



Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**DIMINUTIVOS: UMA ANÁLISE MORFOSSEMÂNTICA DE MORFEMAS
AVALIATIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Rafael Martins Rocha

Brasília

2016

Rafael Martins Rocha

DIMINUTIVOS: UMA ANÁLISE MORFOSSEMÂNTICA DE MORFEMAS
AVALIATIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UnB – como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Linguística, na área de concentração de Teoria e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente

Brasília

2016

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RR672d Rocha, Rafael Martins
Diminutivos: uma análise morfossemântica de
morfemas avaliativos do português brasileiro /
Rafael Martins Rocha; orientador Helena da Silva
Guerra Vicente. -- Brasília, 2016.
113 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Linguística) --
Universidade de Brasília, 2016.

1. Diminutivos. 2. Morfologia avaliativa. 3.
Grau. 4. Flexão. 5. Derivação. I. Vicente, Helena da
Silva Guerra, orient. II. Título.

Rafael Martins Rocha

DIMINUTIVOS: UMA ANÁLISE MORFOSSEMÂNTICA DE MORFEMAS
AVALIATIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília – PPGL/UnB – como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Linguística, na área de concentração de Teoria e Análise Linguística.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente (UnB) – Presidente

Profa. Dra. Ana Paula Scher (USP) – Membro Efetivo

Prof. Dr. Marcus Vinícius da Silva Lunguinho (UnB) – Membro Efetivo

Profa. Dra. Heloisa Maria Moreira Lima-Salles (UnB) – Suplente

AGRADECIMENTOS

Quero expressar a minha gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o término deste trabalho e às que estiveram presentes ao longo da minha trajetória acadêmica. Primeiramente, à minha querida orientadora, Profa. Dra. Helena da Silva Guerra Vicente, por ter acreditado no meu potencial desde a época da graduação. Agradeço pelo respeito, atenção e generosidade com que sempre me tratou. Seus conselhos, críticas e incentivos foram extremamente importantes para o meu crescimento. Sem dúvida, a senhora é um modelo de seriedade e profissionalismo acadêmico para mim.

Aos membros da Comissão Examinadora, por terem aceitado prontamente o convite. À Profa. Dra. Ana Paula Scher, por ser tão gentil e por valorizar, acima de tudo, o diálogo. Ao Prof. Dr. Marcus Lunguinho, de quem tive o prazer de ter sido aluno durante o mestrado. Meu muito obrigado pelos grandes ensinamentos, pela paciência ao solucionar as minhas dúvidas, pelas proveitosas discussões que tivemos sobre a minha pesquisa. O senhor, também, é mais uma referência do profissional que um dia eu pretendo me tornar. Falando em referências, tive a sorte de ter a minha formação na Universidade de Brasília porque lá pude encontrar várias delas, como a Profa. Dra. Heloisa Salles. Agradeço à senhora pelos conhecimentos que adquiri a partir de suas aulas, pelos valiosíssimos comentários à apresentação que fiz no evento “Tardes Gerativas”, organizado pelo nosso grupo de pesquisa (LEFOG), e pela avaliação do meu trabalho de qualificação.

Aos professores do PPGL/UnB que ministraram disciplinas que cursei: Profa. Dra. Eloisa Pilati, Profa. Dra. Flávia de Castro Alves, Profa. Dra. Marina Magalhães, Profa. Dra. Rozana Naves, Prof. Dr. Thiago Chacon. Cada um deles teve um papel fundamental nesta etapa da minha trajetória. Aos professores Marina Magalhães e Thiago Chacon, em especial, pelo interesse com que sempre ouviram as minhas ideias.

À Profa. Dra. Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ), pelas críticas e sugestões feitas a uma versão inicial do trabalho.

Ao Prof. Dr. Andrew Nevins (UCL), por ter me recebido na *University College London* com grande receptividade.

Às linguistas Dra. Lara Frutos e Dra. Paula Armelin, pelos comentários que fizeram à minha apresentação de pôster no III Congresso Internacional de Estudos Linguísticos realizado na UnB.

Aos queridos colegas de pós-graduação e membros do LEFOG, pelo companheirismo: Arion Cruz, Bruna Moreira, Cristiany Silva, Paula Baron e Wagner Santos.

À Bete Ferreira, pela amizade que construímos ao longo do mestrado, pelas caronas, pelas parcerias (solução de dúvidas/estudos para as provas), pelas conversas descontraídas, pelo apoio. Não tenho palavras para mensurar o quão importante foi ter sua companhia nesses últimos dois anos. Você tornou esta etapa ainda mais agradável.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Por último, meus agradecimentos àqueles que têm um lugar especial na minha vida pessoal. Aos meus pais, por terem me dado a oportunidade que eles próprios infelizmente não tiveram. Ao meu irmão Leo, por ser meu grande parceiro. Ao meu sobrinho Davi, simplesmente por ser o bebê mais fofo do tio. Ao Andy, pela cumplicidade e apoio emocional. Dedico esta dissertação a vocês.

RESUMO

ROCHA, Rafael Martins. Diminutivos: uma análise morfossemântica de morfemas avaliativos do português brasileiro. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – PPGL, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa os morfemas avaliativos do português brasileiro. Mais especificamente, o enfoque da investigação são os sufixos de diminutivo mais produtivos da língua, -inho/-zinho, nos diversos tipos de construções que podem formar: nominais (“timinho”); pronominais (“euzinho”), adjetivais (“magrinho”), adverbiais (“devagarzinho”), locucionais (“de manhãzinha”), participiais (“rasgadinho”) e gerundivas (“correndinho”). Sob a fundamentação teórica da proposta de Lobato (2010), a análise segue dois planos: o morfológico e o semântico. Neste, uma nova perspectiva é inaugurada. Em sua maioria, pesquisas linguísticas têm ressaltado a expressividade dos morfemas de diminutivo e consequente variabilidade de significados subjetivos advindos de sua anexação. No entanto, em vez desse viés morfopragmático, adotamos as considerações da semântica escalar (KENNEDY, 2000; KENNEDY & MCNALLY, 2005) para propor que os sufixos -inho/-zinho devem ser analisados como modificadores de grau e não como operadores discursivos. Isto é, defendemos a existência da regularidade semântica da comparação gradual presente nas formações ‘X-inho’/‘X-zinho’, que pode veicular tanto maximização como minimização de certa propriedade/conceito. Naquele, reavaliamos o estatuto dos diminutivos frente às morfologias flexional e derivacional. Tradicionalmente, os morfemas avaliativos são classificados como derivacionais. Porém, ao revisar criticamente os parâmetros comumente empregados para a tomada desse posicionamento, propomos que os sufixos -inho/-zinho são mais bem categorizados como flexão, do tipo “inerente”, proposto por Booij (1996). Por fim, discutimos alguns direcionamentos para os quais as repercussões de nossa análise apontam, com vistas a uma nova sistematização formal dos diminutivos do português brasileiro.

Palavras-chave: diminutivos; morfologia avaliativa; flexão/derivação; grau.

ABSTRACT

ROCHA, Rafael Martins. Diminutives: a morphosemantic analysis of Brazilian Portuguese evaluative morphemes. Dissertation (MA in Linguistics) – PPGL, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

This dissertation has as its research topic the evaluative morphemes of Brazilian Portuguese. More specifically, the focus of the investigation is on the most productive diminutive suffixes, -inho/-zinho, in the various types of constructions they can form: nominal (“timinho”), pronominal (“euzinho”), adjectival (“magrinho”), adverbial (“devagarzinho”), prepositional (“de manhãzinha”), participial (“rasgadinho”), and gerundive (“correndinho”). Under the theoretical framework proposed by Lobato (2010), the analysis follows two domains: morphological and semantic. For this latter, a new perspective is inaugurated. The majority of linguistic researches have emphasized the expressiveness of diminutive morphemes and consequent variability of subjective meanings produced by their attachment. However, instead of this morphopragmatic approach, we adopt the considerations of scalar semantics (KENNEDY, 2000 & KENNEDY & MCNALLY, 2005) to propose that the suffixes -inho/-zinho must be analyzed as degree modifiers and not as discursive operators. That is, we defend the existence of the semantic regularity of degree comparison in ‘X-inho’/‘X-zinho’ formations, which can express either maximization or minimization of a property/concept. As for the former, we reassessed the status of diminutives in relation to inflectional and derivational morphology. Traditionally, evaluative morphemes are classified as derivational. Nevertheless, after reviewing the criterion commonly used to support this position, we propose that the suffixes -inho/-zinho are better categorized as inflection, of the “inherent” type, proposed by Booij (1996). Finally, we discuss a few directions in which our analysis point, aimed at a new formal system of Brazilian Portuguese diminutives.

Keywords: diminutives; evaluative morphology; inflection/derivation; degree.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – Teoria Gerativa: pressupostos teóricos	4
1.1 Introdução	4
1.2 A perspectiva internalista da linguagem	4
1.3 A modularidade da mente/cérebro e linguagem humanos	5
1.4 O problema lógico da aquisição	8
1.5 A hipótese da maturação	11
1.6 Conclusão do capítulo	14
Capítulo 2 – A arquitetura da gramática	16
2.1 Introdução	16
2.2 Léxico: breve histórico sobre os desenvolvimentos do Lexicalismo	16
2.3 Morfologia: diferentes concepções teóricas no modelo gerativista	22
2.4 Lobato (2010): uma abordagem naturalista e orgânica da Faculdade de Linguagem	24
2.4.1 Estrutura Conceptual: contra o módulo Léxico	24
2.4.2 Morfologia: um módulo gramatical autônomo	26
2.4.3 A interação entre os módulos	29
2.5 Questões norteadoras	32
2.6 Conclusão do capítulo	33
Capítulo 3 – Sobre os diminutivos	35
3.1 Introdução	35
3.2 Na tradição gramatical	35

3.3 Na abordagem linguística	36
3.3.1 De Camara Jr (1970) em diante: a expressividade, a opcionalidade e o caráter derivacional do grau diminutivo	37
3.3.2 Discussão.....	41
3.3.3 Guimarães & Mendes (2011): uma proposta de infixação.....	42
3.3.4 Discussão.....	46
3.3.5 Armelin (2015): gênero e morfologia avaliativa.....	48
3.3.6 Discussão.....	59
3.4 Conclusão do capítulo.....	62
Capítulo 4 – Diminutivos: uma proposta de reanálise do grau	64
4.1 Introdução	64
4.2 Considerações morfológicas	64
4.2.1 Flexão e derivação.....	64
4.2.2 Booij (1994, 1996): a flexão não é monolítica.....	68
4.2.3 Adaptação da proposta de Booij.....	70
4.3 Considerações semânticas.....	71
4.3.1 Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005): sobre a gradabilidade, suas formas de expressão e significância linguística	72
4.3.2 Diminutivos: a regularidade da semântica de grau	76
4.4 Proposta de reanálise do grau	84
4.5 Retomada das questões norteadoras e apontamento das questões remanescentes.....	87
4.6 Conclusão do capítulo.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como enfoque de análise o grau diminutivo do português brasileiro. A investigação se concentra nas construções morfológicas “X-inho” e “X-zinho”, formadas pelos sufixos de diminutivo mais comumente empregados na língua. Incluem-se na discussão tanto os diminutivos nominais (“menininho”, “livrinho”) quanto os pertencentes às demais classes, como adjetivos (“magrinho”, “quentinho”), advérbios (“agorinha”, “pertinho”) e verbos (no particípio, “arrumadinho”, e gerúndio, “correndinho”).

A expressão do grau, independentemente da maneira em que é concretizada, é um fenômeno comum às línguas do mundo. Em se tratando das formações morfológicas, porém, as propriedades dos afixos gradativos podem variar a depender das particularidades de cada língua. Uma das principais discussões acerca do tema têm sido as tentativas de classificação do grau em relação às categorias flexionais e derivacionais. Ainda não se chegou a uma categorização segura que estabeleça a qual âmbito este pertence.

Desde Camara Jr (1970), estudos linguísticos (BASÍLIO, 1987; ROCHA, 1994; GONÇALVES, 2008, 2011) têm adotado a ideia de que o grau constitui processo de derivação em português. Para justificar essa posição, os morfólogos, dentre outros argumentos, consideram afixos gradativos como operadores estilístico-discursivos cuja principal função é a expressão dos múltiplos conteúdos subjetivos que o falante pode evocar sobre um dado objeto referenciado. A presente pesquisa, no entanto, propõe uma reavaliação dos parâmetros de classificação dos sufixos de diminutivo.

No âmbito morfológico, defenderemos que os sufixos -inho/-zinho são morfemas flexionais. Para tal, adotamos as considerações de Booij (1994, 1996) de que a flexão constitui um fenômeno heterogêneo. O morfólogo demonstra que critérios puramente sintáticos, como a concordância, não devem ser os únicos levados em consideração na classificação de um afixo como flexão. Alguns morfemas tradicionalmente considerados como flexionais – entre eles, número dos substantivos, tempo e aspecto dos verbos etc. – embora apresentem efeitos sintáticos, possuem maior relevância semântica uma vez que são motivados por esse aspecto. A presente pesquisa sustenta argumentos que justificam a inclusão do grau diminutivo no rol desse tipo de flexão, denominado por Booij de “inerente”.

Na esfera semântica, trabalhos da semântica de grau como os de Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005) são tomados como referência. A principal tese que advogamos é a de que os morfemas de diminutivo possuem um conteúdo gramatical que envolve comparação gradual em relação à base. Os seguintes dados ilustram essa posição:

- (1) a. Não entendo como esse **cantorzinho** consegue fazer sucesso!
 b. Ele foi e voltou **rapidinho**!

Em cada um deles, os sufixos -inho/-zinho modificam o grau de uma dada dimensão. Em (1a), o falante tem como parâmetro de comparação um modelo ideal do que considera como um “cantor talentoso que merece fazer sucesso”. O morfema de diminutivo, no entanto, indica que o referente denotado pelo nome não possui as propriedades que o qualifiquem como tal. Em “cantorzinho”, minimiza-se o conceito expresso pelo vocábulo “cantor”, colocando em questão a adequação da aplicação desse nome a um indivíduo que esteja abaixo de um padrão. Assim, a conotação pejorativa comumente associada ao diminutivo decorre de uma relação de comparação, que evidencia que o referente não atende satisfatoriamente as expectativas concernentes ao conceito da base (“cantor”).

Semelhantemente, em (1b), o termo diminutivizado também expressa uma diferença de quantidade de uma propriedade. Porém, nesse caso, o diminutivo intensifica o grau de velocidade da ação denotada pelos verbos “ir” e “voltar”.

Dessa forma, por expressarem um conteúdo semântico básico – intensificação ou atenuação de uma dada propriedade ou conceito – os sufixos -inho/-zinho devem ser estritamente analisados como modificadores de grau. Não negamos o caráter avaliativo implícito ao emprego de afixos gradativos, mas, argumentamos a favor da ideia de que qualquer atribuição de significado veiculada por meio de sufixos de diminutivo pressupõe a semântica regular de grau que esses morfemas apresentam. Consequentemente, proporemos que as formações diminutivas devem ser rotuladas pela categoria *DegP*, projeção máxima de grau.

Portanto, este trabalho se estrutura do seguinte modo: no primeiro capítulo, apresentam-se conceitos básicos da teoria gerativa, perspectiva teórica na qual esta pesquisa se baseia; o segundo capítulo discute diferentes propostas de arquitetura da gramática e define o modelo a partir do qual a análise está pautada: o trabalho de Lobato (2010), que consiste em uma abordagem naturalista e orgânica da Faculdade de Linguagem; o capítulo 3, por sua vez,

é dedicado ao exame da literatura sobre o tema; por fim, o capítulo 4 reavalia o estatuto morfológico do grau diminutivo, além de propor um tratamento semântico unificado para as construções avaliativas.

Capítulo 1 – Teoria Gerativa: pressupostos teóricos

1.1 Introdução

Este capítulo aborda os principais postulados teóricos que caracterizam a gramática gerativa, os quais são assumidos por esta pesquisa. Dessa forma, os seguintes aspectos serão discutidos: o tipo de abordagem frente a seu objeto de análise (seção 1.2); a natureza da linguagem humana defendida pela teoria (seção 1.3); a explicação fornecida para a aquisição de uma língua (seção 1.4); e, por último, a hipótese sobre o desenvolvimento de habilidades linguísticas (seção 1.5).

1.2 A perspectiva internalista da linguagem

A linguagem constitui objeto de investigação do conhecimento humano de longa data. Embora a linguística seja uma ciência recente – com sua firmação a partir da primeira metade do século XX com Saussure – o interesse pelo estudo das línguas naturais pode ser traçado desde a Antiguidade clássica. Os gramáticos hindus, dentre os quais se destacou Panini (século IV a.C.), empenharam-se em descrever as propriedades fonéticas e gramaticais da língua védica com a finalidade de preservá-la. Os gregos, por sua vez, motivados por questões filosóficas e estilísticas, estudaram as relações dos fatos de linguagem com a retórica e a lógica, bem como aspectos da gramática (fonologia, morfologia, sintaxe).

Assim como as demais áreas do conhecimento, a linguística passou por grandes transformações frente a seu objeto de pesquisa no decorrer de seu desenvolvimento. O século XX, especificamente, foi marcado pelo redirecionamento de perspectivas. Na primeira metade desse século, as correntes estruturalistas em voga, de um modo geral, concentraram-se nas abordagens antropológica, social e política de linguagem. Seu foco de investigação era a descrição estrutural da língua em uso, com vistas a estabelecer sua relação com o contexto e a cultura em que é realizada. Nesse sentido, o objeto de análise do estruturalismo é a língua-E, externa, extensional.

A vertente estruturalista americana, em especial, foi notadamente influenciada pela psicologia behaviorista de Skinner (1957). Nesse modelo, cujo principal expoente foi Leonard Bloomfield (1887-1949), a linguagem é entendida como manifestação comportamental, isto é,

mesmo que possa ser apreendida estruturalmente, seu uso e contexto de inserção são centrais. A aquisição de língua, assim, consistiria em um condicionamento ou resposta aos estímulos da interação social.

Entretanto, a partir da década de 1950, instaurou-se uma mudança de paradigma na pesquisa científica em linguagem. Idealizada pelo linguista norte-americano Noam Chomsky (1928-...), a Gramática Gerativa surge como forte reação ao estruturalismo americano, ocupando-se, em suas investigações, da relação intrínseca entre a linguagem e a mente/cérebro humanos.

A teoria gerativa é uma perspectiva internalista da linguagem (LYONS, 1987). Seu objeto de estudo é a língua-I, ou seja, sem maiores preocupações com o mundo externo, seu principal interesse é o conhecimento tácito que o falante tem de sua língua, cuja manifestação é individual, intensional e interna à mente/cérebro. Desse modo, figura nessa abordagem o tratamento biológico de seu escopo. A linguagem é compreendida como um fenômeno natural passível de ser isolado em suas propriedades próprias, que, por sua vez, estão fisiologicamente associadas ao organismo humano (bases neurais).

Na visão de Chomsky, a capacidade linguística pertence a um processo evolutivo da espécie humana. A expressão do pensamento por meio da combinação de signos ou estruturas linguísticas é a característica fundamental que diferencia o homem dos demais animais. O ser humano é biologicamente dotado do instinto para aquisição de língua.

1.3 A modularidade da mente/cérebro e linguagem humanos

A modularidade da mente/cérebro humanos constitui uma das mais fundamentais hipóteses sobre a qual a ciência cognitiva tem promovido debates. Segundo Ades (2009), as ideias defendidas por Fodor (1983) inauguraram a discussão em torno do caráter modular dos processos mentais. O pioneirismo do referido trabalho consistiu na defesa de que pelo menos algumas áreas da cognição poderiam ser qualificadas como localizadas e autônomas, rompendo com o pensamento vigente da época, que assumia o funcionamento equânime e holístico do cérebro.

Os sistemas modulares são caracterizados por serem: (i) localizados; (ii) sujeitos a falhas características (a depender do tipo de patologia); (iii) automáticos; (iv) rápidos; (v)

superficiais (processamento simples); (vi) determinados ontogeneticamente (desenvolvimento uniforme); (vii) especializados (domínio específico); (viii) inacessíveis e (ix) informacionalmente encapsulados. É importante ressaltar, porém, que não há obrigatoriedade de que um módulo atenda a todos esses critérios.

Das nove propriedades listadas, duas são amplamente assumidas como mais definidoras: a especificidade de domínio e a encapsulação da informação. A primeira considera que os módulos são dedicados a funções cognitivas específicas, o que implica a restrição de seu *input*. A comparação entre o sistema visual e o linguístico presente em Ades (2009) ilustra bem o que se define por domínio de aplicação. Cada sistema possui competências distintas: o visual se presta a detectar características do mundo visual como contorno, cor, movimento, ao passo que o linguístico é composto de mecanismos especializados para o processamento de aspectos linguísticos, de ordem fonológica, sintática, pragmática etc.

A segunda propriedade, por sua vez, impede que um módulo acesse informação de outras fontes. Fodor (1983) utiliza a ilusão perceptual como exemplo que respalda essa postulação. Existem, muitas vezes, discrepâncias entre o que se percebe e o que se sabe, como demonstra a famosa ilusão ótica de Müller-Lyer. Duas retas de tamanhos exatamente idênticos com ângulos invertidos em suas extremidades em direção oposta podem parecer possuir comprimentos distintos quando confrontadas: a que exhibe segmentos voltados para fora parece maior em relação à que contém segmentos voltados para dentro. Mesmo tendo a consciência de que as linhas são do mesmo tamanho, a percepção sempre nos fará enxergá-las como desiguais. Isso significa que o módulo perceptual se limita a executar estritamente a tarefa para a qual é especializado, sem levar em consideração outros domínios, como o raciocínio, no caso em questão.

Fodor (1983), no entanto, deve ser entendido como uma proposta de modularidade fraca, ou “modesta”, nos termos de Ades (2009). Sua proposta distingue os processos mentais centrais dos periféricos. Enquanto estes, representados pelos mecanismos responsáveis pela percepção visual, reconhecimento facial, aritmética, por exemplo, são modulares, aqueles, como os sistemas de raciocínio e de tomada de decisões, manipulam as informações advindas dos módulos de maneira generalizada.

Posteriormente à teoria fodoriana, surgem trabalhos da psicologia evolucionista, como Cosmides & Tooby (1994) e Pinker (1998), que advogam uma posição mais radical a respeito

da modularidade. A mente humana passa a ser compreendida como inteiramente composta por módulos diversos, configurando a versão de modularidade forte ou “maciça”. As razões para tal tese são vinculadas ao processo biológico evolutivo da espécie humana. A modularização, nessa perspectiva, constituiu um fenômeno não só inevitável como necessário para o nosso sucesso evolutivo.

Na concepção evolucionista, a arquitetura cognitiva humana se desenvolveu por meio de um processo de seleção natural. O homem teve de lidar com uma série de problemas adaptativos, tais como busca por alimentos, identificação de plantas tóxicas, seleção de parceiros, fuga de predadores etc. A seleção natural privilegiou o *design* que melhor fornecesse uma solução para tais problemas. Nesse sentido, um mecanismo de solução geral não daria conta da alta versatilidade de tarefas que deveria computar. Já os sistemas especializados, por terem sido moldados à execução de uma função específica, destacam-se pela sua eficiência de processamento.

Desse modo, inserido nesse contexto de discussão que tem como pano de fundo a afirmação da modularidade mental, a teoria gerativa postula a existência de um componente da mente humana especializado à linguagem (CHOMSKY, 1998, 2000, 2011). Assim como a mente/cérebro possui diferentes módulos responsáveis por atividades cognitivas distintas, como a visão, o raciocínio, a memória, articulada a esse sistema da cognição, mas, autônoma, a Faculdade de Linguagem é o órgão onde se processam as operações referentes à língua(gem). A observação de que o bom funcionamento do sistema linguístico pode prescindir das demais funções cognitivas constitui uma das razões para a dissociação da Faculdade de Linguagem de outros domínios.

Mesmo com avanços científicos notórios, o cérebro ainda é um campo repleto de mistérios, porém, no que se refere às patologias cognitivas, observam-se tanto a deficiência em alguma área da cognição sem efeitos à linguagem como o contrário, isto é, deficiências na linguagem com desenvolvimento pleno das demais operações cognitivas. Para a primeira situação, o caso apresentado em Smith *et al.* (1993) é um exemplo. Nesse estudo, “Christopher” é um indivíduo que sofre de déficits cognitivos severos, mas cuja capacidade linguística permanece intacta. À época da pesquisa, com 31 anos, embora incapaz de cuidar de si mesmo, Christopher dominava 16 línguas, as quais proficientemente traduzia para o inglês. Não menos ilustrativos são os casos em que déficits sensoriais (visão e audição, por exemplo) não impõem restrições significativas à aquisição de uma língua. Por outro lado, há

evidências de que a habilidade linguística pode ser geneticamente afetada por alguma patologia sem impactos consideráveis em outros domínios da cognição, como é o caso do Distúrbio Específico da Linguagem (ou SLI, do inglês, *Specific Language Impairment*).

A Faculdade de Linguagem interage com dois sistemas cognitivos que lhe impõem condições de legibilidade: o articulatório-perceptual e o conceptual-intensional. Chomsky (2011) considera a língua-I como um processo gerativo capaz de produzir estruturas infinitas, que devem ser representadas tanto fonológica como semanticamente. A interface sensório-motora é o componente da externalização e possui múltiplas modalidades, como sons, sinais etc. A interface conceptual-intensional confere significado à forma fonológica.

A concepção tradicional acerca da linguagem, em conformidade com a perspectiva inaugurada pelo filósofo grego Aristóteles, toma as expressões linguísticas como complexos de som e significado. A natureza das estruturas linguísticas de que o falante se utiliza para os mais variados fins (comunicação, expressão do pensamento, interação social), inegavelmente, evidencia a postulação de tal emparelhamento. A Gramática Gerativa, no entanto, propõe a inversão da máxima aristotélica, ou seja, assume-se a ideia de que o significado (abstração) é inicialmente acessado pela mente humana. A externalização, realizada por qualquer que seja a modalidade (som ou sinal), está ancorada no sistema conceptual-intensional. Nos próprios termos de Chomsky (2011: 263): “o núcleo da linguagem parece ser um sistema de pensamento, com a externalização como um processo secundário (incluindo a comunicação, um caso especial de externalização)”¹.

1.4 O problema lógico da aquisição

Na teoria linguística, a aquisição da língua materna é abordada por duas perspectivas diferentes. Uma considera que o processo se dá por transmissão sócio-cultural e consequente aprendizagem de determinado sistema linguístico. A outra encara a aquisição como um desenvolvimento de uma característica genética do ser humano à linguagem.

A primeira abordagem (AUSTIN, 1990; SEARLE, 1995) defende que a experiência desempenha papel primordial na aquisição. Nessa visão, assume-se que a cognição da criança nos primeiros anos de vida é pobre, sendo esta altamente dependente do mundo externo para o

¹ Na versão original: “*the core of language appears to be a system of thought, with externalization a secondary process (including communication, a special case of externalization)*”.

domínio de atividades essenciais, dentre elas, a fala. Os dados do *input* seriam, então, extremamente ricos de forma a garantir a apropriação adequada de uma língua. Além disso, pais, cuidadores ou quaisquer outros indivíduos com os quais a criança convive são vistos como figuras centrais para o sucesso do processo de aquisição. A partir da interação com falantes adultos, a criança é guiada ou instruída a utilizar estruturas linguísticas da sua comunidade de fala.

A segunda alternativa de explicação do fenômeno (CHOMSKY, 1998), por sua vez, adota o pressuposto de que a criança parte de um estado cognitivo rico para a constituição de sua gramática. Por meio do Argumento da Pobreza de Estímulo, questiona-se a eficiência do processo de transmissão-aprendizagem. Os dados aos quais a criança tem acesso em situação real são, em sua maioria, truncados e entremeados, o que tornaria a aquisição não só menos eficiente como bem mais lenta e penosa caso fossem o principal agente envolvido. Outro fato que também se leva em consideração é o de que o desenvolvimento da fala independe de direcionamento ou monitoração. Nem sempre existe a preocupação por parte dos responsáveis em ensinar a criança, que, notadamente, na maioria das vezes, resiste aos comandos dos adultos. A falta de um encaminhamento mais sistematizado ou a teimosia infantil, no entanto, não produzem efeitos drásticos na aquisição.

O modelo gerativista advoga a hipótese inatista de desenvolvimento da linguagem. A uniformidade com que a aquisição acontece a todos os seres humanos, salvo os casos de problemas neurológicos específicos, constitui um dos principais argumentos para tomar propriedades biológicas da espécie como fator determinante da capacidade linguística.

Nesse sentido, Anderson & Lightfoot (2000), por exemplo, destacam a impossibilidade de a aquisição da linguagem consistir em um mero mecanismo de imitação. O conhecimento de língua que a criança exhibe desde muito cedo extrapola os dados a que esteve exposta em curto espaço de tempo. Os linguistas ilustram tal fato com considerações a respeito do verbo *to be* do inglês, *is*, que pode realizar-se na sua forma plena *is* ou reduzida *'s*, conforme ilustrado em (1) e (2):

(1) *Kim is happy.*

(2) *Kim's happy.*

Em determinados contextos, como na comparação entre dois termos, a única possibilidade de ocorrência, porém, é a da forma plena do verbo, isto é, a reduzida é agramatical, como se observa nos exemplos seguintes:

(3) *Kim's happier than Tim is.*

(4) **Kim's happier than Tim's.*

A criança intuitivamente adquire o conhecimento de que a forma reduzida apresenta determinadas restrições, de tal modo que utiliza categoricamente a forma plena do verbo, *is*, quando essa é a única realização possível na língua, sem quaisquer variações com a forma agramatical, logo na fase inicial de aquisição. A aquisição da estrutura linguística em questão, portanto, não pode ser pautada na mera reprodução de um padrão de comportamento.

Primeiramente, conforme destacam os linguistas, a experiência não fornece o dado negativo, as exceções à generalização quanto à dupla possibilidade de ocorrência da forma verbal *is*. Contudo, mesmo assim, a criança sabe, inconscientemente, que tais restrições existem e, por isso, sistematicamente, não as viola. Em segundo lugar, se a aquisição realmente consistisse em analogia, não se explicaria o fato de a criança não ter generalizado as duas formas de realização de *is* para todos os casos, uma vez que essa seria, a priori, a mais lógica das analogias.

Em oposição ao estruturalismo de Bloomfield, Chomsky não se baseia na hipótese da dependência de estímulos. Ressalta, pelo contrário, o aspecto criativo da língua, isto é, a possibilidade de criação e interpretação de sentenças inéditas e a capacidade do falante de agir livremente sobre as operações linguísticas conforme as regras gramaticais de sua língua.

Ao estado inicial da Faculdade de Linguagem, Chomsky atribui o nome de Gramática Universal (UG, do inglês *Universal Grammar*). Esta constitui uma matriz estrutural sobre a qual as línguas se desenvolvem. Sua composição abrange tanto princípios, leis gerais comuns a todas as línguas naturais, quanto parâmetros, propriedades particulares que diferenciam os diversos sistemas linguísticos entre si. A constituição da Gramática Universal sugerida no gerativismo, assim, visa a dar conta do caráter universal da linguagem, biologicamente inerente à espécie humana, bem como do particular, que compreende as variações entre as línguas.

O rápido avanço com que os valores paramétricos são fixados se deve à própria formatação da Gramática Universal, que permite a aquisição de qualquer língua humana. O indivíduo é geneticamente dotado da capacidade de adquirir a língua natural à qual foi exposto. A experiência é vista como relevante na aquisição na medida em que se constitui como um mecanismo ativador de todo o processo. Não se nega, desse modo, a necessidade de exposição da criança a um *input* linguístico para a internalização da gramática de sua língua. Pelo contrário, os dados linguísticos primários servem de matéria-prima para a Gramática Universal, que tem como função organizá-los em um sistema linguístico particular.

Uma vez internalizado um sistema coerente de regras e princípios de uma dada língua, o falante é capaz de construir um conjunto infinito de sentenças gramaticais. O conhecimento intuitivo que o falante tem sobre a gramática de sua língua recebe o nome de “competência”, principal objeto de investigação do linguista segundo Chomsky. O uso concreto da língua, “desempenho” ou “performance”, está associado a uma série de fatores extralinguísticos como crenças sociais, atitudes do falante em relação ao enunciado, memória etc, que, portanto, não reflete necessariamente o conhecimento inconsciente das regras de determinado sistema linguístico.

1.5 A hipótese da maturação

Instaurado por Lenneberg (1967), outro princípio caracterizador da teoria gerativa é o que ficou conhecido como “hipótese da maturação” ou “hipótese do período crítico”, que consiste na defesa de que o desenvolvimento do conhecimento linguístico fica gradualmente comprometido à proporção do avanço da idade. Tal postulação considera que o desenvolvimento da aquisição de linguagem, enquanto atividade humana biologicamente programada, possui forte relação com os estágios maturacionais do cérebro.

Menuzzi (2000) discute diferentes tipos de evidência utilizados na literatura para a sustentação da hipótese da maturação. Destaca, porém, que os argumentos mais convincentes nessa direção são aqueles fornecidos por pesquisas que buscam esclarecer, por meio de indícios positivos e não por exclusão de alternativas menos plausíveis, o modo como o processo de maturação biológica da Gramática Universal repercute no desenvolvimento da linguagem.

O autor menciona o próprio trabalho de Lenneberg (1967) como uma proposta de evidência positiva para a corroboração da hipótese. Lenneberg (1967) aponta constatações que sinalizam a correlação entre o desenvolvimento fisiológico do cérebro e a evolução de capacidades linguísticas. Uma delas se refere aos estágios da fala infantil, que costumam ser os seguintes:

- a) 9 aos 14 meses de idade: enunciados de uma palavra;
- b) 16 aos 24 meses: enunciados de duas palavras;
- c) 30 aos 36 meses: enunciados de cinco ou mais palavras.

A partir dessa sistematicidade das etapas pelas quais a linguagem oral progride, Lenneberg conclui que parece ser plausível que as habilidades linguísticas estejam sujeitas a certos condicionamentos maturacionais. Dessa forma, a linguagem humana possui as quatro características básicas que a qualificam como comportamento fortemente regulado pela maturação orgânica da constituição fisiológica humana, a saber:

- (i) correlação sistemática entre o comportamento e idade;
- (ii) constância do *input*, de forma que sua influência não possa servir como justificativa da sequenciação do desenvolvimento do comportamento;
- (iii) inexistência de motivações práticas para o surgimento imediato do comportamento;
- (iv) ausência de qualquer direcionamento objetivo que resulte nas primeiras manifestações do comportamento.

Outro forte argumento segundo Menuzzi (2000) são os resultados obtidos pelas pesquisas que dizem respeito à aquisição de segunda língua. Dentre elas, ressalta-se a análise de Johnson & Newport (1989), que buscou investigar os efeitos do período crítico sobre o nível de proficiência em inglês de imigrantes coreanos e chineses. O referido estudo consistiu na aplicação de testes de julgamento em que os participantes deveriam identificar estruturas bem formadas específicas do inglês.

As autoras, a fim de verificarem a correlação entre faixa etária e desempenho linguístico na L2, selecionaram indivíduos que iniciaram o processo de aquisição de segunda língua em idades variadas. Os resultados obtidos da amostragem selecionada revelaram que aqueles que começaram o processo de aquisição de inglês entre 3 e 7 anos de idade

adquiriram fluência nativa na língua. A partir dos 7 anos, no entanto, observou-se uma queda de qualidade de desempenho, aliás, cada vez maior à medida que a idade avança. Os indivíduos entre 17 e 39 anos apresentaram desempenho expressivamente inferior aos mais jovens, embora exista variação individual mais notável nesse grupo (tal variação, contudo, é dependente de fatores extralinguísticos: inteligência, motivação, atenção etc).

Assim, Johnson & Newport (1989) confirmam os postulados de Lenneberg (1967). Demonstram que o período ótimo para aquisição de L2 vai até os 4 anos, espaço de tempo de maior crescimento do cérebro. A partir de então, inicia-se um processo de estagnação gradual, rumo à estabilidade da gramática adulta. Finalmente, entre os 16 e 18 anos, fim da puberdade, a maturação cerebral é consolidada, tornando a capacidade de aquisição dependente não mais da “programação” biológica relativa ao desenvolvimento do cérebro, mas de fatores extralinguísticos. Esse tipo de evidência mais direta/positiva, portanto, ratifica tanto a hipótese da maturação quanto a do inatismo.

É importante ressaltar, porém, que existem trabalhos na literatura que argumentam contra a aceitação plena da hipótese do período crítico. De acordo com Pallier (2007), por exemplo, se, por um lado, parece ser inegável que a idade tenha papel fundamental na probabilidade de eficiência do processo de aquisição, por outro, há um debate acerca do teor do impacto da “perda” – isto é, se realmente esse termo for adequado – da plasticidade neural.

De um modo geral, estudos confirmam que quanto mais cedo se adquire uma língua (seja primeira ou segunda), maior será o nível de proficiência atingido. Curtiss (1977, *apud* PALLIER, 2007) está entre os trabalhos que apontam para essa conclusão ao observar que crianças que iniciaram a aquisição tardiamente por situação de abandono possuem habilidades linguísticas limitadas mesmo após receberem instrução. Nessa mesma direção, estão os resultados de pesquisas que analisaram a aquisição de língua de sinais de diferentes grupos etários (MAYBERRY & EICHEN, 1991; NEWPORT, 1990, *apud* PALLIER, 2007). Constatou-se que os indivíduos que foram expostos à língua no meio da infância têm menor domínio que aqueles cuja aquisição se deu desde o início da fase infantil. Todavia, os primeiros superam os indivíduos que apenas tiveram contato com a língua de sinais na adolescência ou já na fase adulta.

Entretanto, a associação estrita entre efeitos de idade e fatores maturacionais tem sido questionada. Pallier (2007) cita Mayberry *et al.* (2001) como um dos trabalhos que relativizam essa correlação. Nesse estudo, compararam-se dois grupos de pessoas que

adquiriram a língua de sinais americana tardiamente, entre 9 e 15 anos: um com participantes surdos congênitos, isto é, cuja aquisição em questão era de L1, e outro com indivíduos que perderam a audição no decorrer dos anos, mas que haviam começado a adquirir o inglês, ou seja, cuja língua de sinais constitui L2. Observou-se que o segundo grupo apresenta melhor desempenho que o primeiro. Isso significa que, se a proficiência dependesse apenas de fatores maturacionais, os participantes dos dois grupos deveriam obter resultados semelhantes já que ambos estão na mesma faixa etária. Fica claro, portanto, que outros fatores, nesse caso, a experiência, ou a exposição a uma língua nos anos iniciais, também possuem papel fundamental na eficiência da aquisição.

Além disso, pesquisas demonstram que a maturação cerebral não impossibilita o domínio proficiente de uma segunda língua, por exemplo. O atraso na aquisição de L2 diminui, porém, não extingue a chance de um indivíduo atingir desempenho muito próximo do nativo (BIRDSONG, 1999, entre outros, *apud* PALLIER, 2007). Esse fato põe em dúvida a afirmação de que após um dado período crítico – a puberdade – a aquisição fica comprometida.

Desse modo, há evidências que problematizam a assunção de que a aquisição está pautada em estágios maturacionais bem definidos. Contudo, a ideia de que o fator idade é significativo ao domínio proficiente de uma língua constitui ponto pacífico na literatura.

1.6 Conclusão do capítulo

De um modo geral, as ciências, de quaisquer áreas do conhecimento, produzem, ao longo de sua formação e desenvolvimento, uma série de postulados teóricos. As diversas teorias se distinguem pelas hipóteses e conceitos que advogam. Neste capítulo, foram abordados os pressupostos básicos assumidos pela gramática gerativa:

- a) perspectiva internalista da linguagem;
- b) tese nativista de aquisição;
- c) hipótese da modularidade da cognição e da linguagem;
- d) hipótese da maturação cerebral/período crítico à aquisição.

Qualquer abordagem que se insira no âmbito gerativista, em menor ou maior grau, deve necessariamente refletir em seu modelo teórico os pressupostos elencados acima.

Capítulo 2 – A arquitetura da gramática

2.1 Introdução

De um modo geral, a estrutura da gramática e a designação do papel de cada parte que a compõe constituem uma das maiores preocupações da teoria linguística. As várias propostas inseridas no quadro gerativista se diferenciam pelas considerações divergentes a respeito da arquitetura gramatical. Este capítulo tem como principal objetivo traçar, concisamente, um panorama das diversas formulações teóricas acerca da gramática na literatura gerativa, bem como apresentar o modelo que esta dissertação adota: o trabalho de Lobato (2010). Além disso, também serão introduzidos os pontos fundamentais que esta pesquisa pretende investigar.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: na seção 2.2, apresentamos sucintamente as diferentes posturas em relação ao componente lexical; a seção 2.3 tem como enfoque os diversos tratamentos dados ao componente morfológico; a seção 2.4 busca tecer as principais ideias que caracterizam a proposta de Lobato (2010) no que se refere aos módulos gramaticais que assume, à contribuição de cada parte da gramática à construção de palavras e à maneira como é feita a distinção entre as morfologias flexional e derivacional; e, finalmente, a seção 2.5 expõe questões que guiam a análise desta pesquisa sobre os diminutivos do português brasileiro.

2.2 Léxico: breve histórico sobre os desenvolvimentos do Lexicalismo

O Lexicalismo, como o próprio nome sugere, instaura-se com o postulado da existência de um módulo da gramática denominado Léxico¹. O que define esse módulo e como se dá sua interação com o componente sintático, entretanto, passou por diferentes revisões teóricas ao longo do desenvolvimento das abordagens lexicalistas (GUEVARA & SCALISE, 2005).

¹ Adotaremos a mesma estratégia utilizada por Lobato (2010): empregaremos inicial maiúscula sempre que estivermos nos referindo a um módulo da gramática e letra minúscula quando estivermos considerando a acepção mais geral do termo, isto é, sua existência enquanto componente (e não módulo).

Nos estágios iniciais da teoria gerativa, o léxico surge sem um lugar delimitado na arquitetura gramatical. Em Chomsky (1957), o mecanismo transformacional é o único capaz de estruturar expressões linguísticas. O léxico, dessa forma, nada mais era do que uma listagem de palavras simples, isto é, sem estrutura interna, que são sujeitas às regras de reescrita. As palavras complexas e os diferentes arranjos desse tipo de item são frutos das transformações promovidas pelas *phrase structure rules* – instruções configuracionais de uma derivação – e regras de inserção lexical.

Tal tratamento transformacionalista, no entanto, logo se mostrou inviável. O sistema computacional possuía uma capacidade gerativa tão grande que sobregerava expressões linguísticas agramaticais. Como ilustração desse problema, vejamos a aplicação das regras de reescrita em (1) para a construção da estrutura sintática em (2):

(1) (i) $S \rightarrow NP + Aux + VP$

(ii) $NP \rightarrow D + N$

(iii) $VP \rightarrow V + NP$

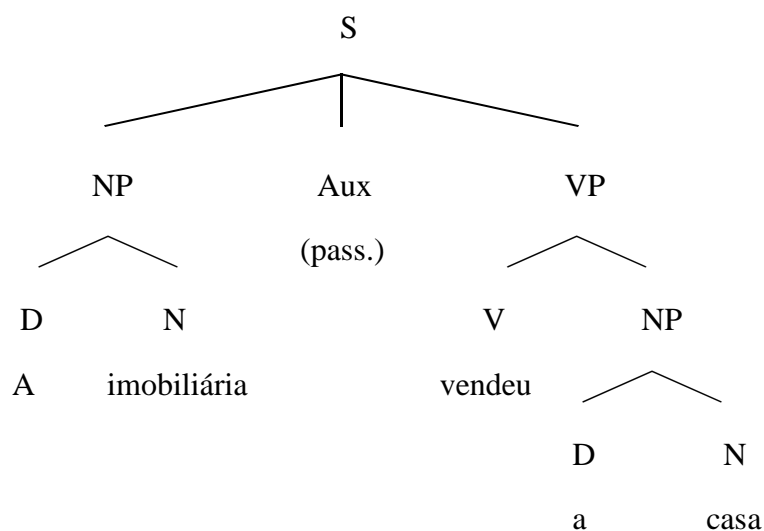
(iv) $Aux \rightarrow \text{pres., pass.}$

(v) $D \rightarrow \text{o, a ...}$

(vi) $N \rightarrow \text{imobiliária, casa ...}$

(vii) $V \rightarrow \text{vender, ler, correr ...}$

(2) A imobiliária vendeu a casa:



A princípio, as transformações são assumidas por produzirem, adequadamente, sentenças gramaticais. No exemplo acima, verifica-se a boa formação da sentença em português “A imobiliária vendeu a casa”. Porém, sua postulação perde força teórica ao não se garantir a impossibilidade de geração de sentenças agramaticais. Ora, como no estágio da teoria em questão o léxico não traz restrições quanto às relações sintagmáticas que os itens devem estabelecer entre si, as mesmas regras que geraram “A imobiliária vendeu a casa” permitem a produção de construções malformadas como “*A casa vendeu a imobiliária”.

Com *Aspects of the Theory of Syntax* (CHOMSKY, 1965), há a separação entre o léxico e as regras de reescrita. Nesse momento da teoria, o componente lexical ainda não se constitui como um módulo autônomo com organização própria, mas passa a armazenar itens lexicais com maior especificação. As palavras do léxico são entendidas como unidades portadoras de propriedades gramaticais, do tipo categoria lexical ([± N] “natureza nominal”, [± V] “natureza verbal”), traços inerentes ([± animado], [± contável] etc.), traços de subcategorização ([+ D ___]_{NP}, [+ ___ NP]_{VP} etc.), traços seletivos. Tanto os processos morfológicos quanto os processos sintáticos continuam, porém, sendo feitos pelo componente transformacional, que se vale das informações lexicais para a construção de palavras e sentenças, respectivamente.

A hipótese lexicalista emerge, finalmente, com Chomsky (1970). O Léxico passa a constituir um módulo autônomo da gramática com suas próprias regras de formação de palavras. O foco da análise desse trabalho é demonstrar que determinadas palavras são derivadas lexicalmente e não transformacionalmente. De forma a evidenciar tal consideração, Chomsky (1970) chama a atenção para a distinção entre dois tipos de nominalizações: as formas derivadas, de (3), e gerundivas, ilustradas em (4):

(3) nominais derivados

a. *John's refusal of the offer.*

b. *John's criticism of the book*

(4) nominais gerundivos

a. *John's refusing the offer.*

b. *John's criticizing the book.*

Segundo Scalise (1984), os motivos que levaram Chomsky (1970) à divisão supramencionada podem ser observados em pelo menos três características diferenciais bastante notáveis:

(i) produtividade sintática: os nominais gerundivos podem figurar em sentenças bem formadas mais predominantemente. Isso significa que, de maneira oposta, nem toda sentença possui nominal derivado correspondente. Por exemplo:

(5) sentenças

a. *It is easy to please John.*

b. *John amused the children with his stories.*

c. *It seems that John is gone.*

(6) sentenças com nominais gerundivos correspondentes às proposições de (5)

a. *its **being** easy to please John.*

b. *John's **amusing** the children with his stories.*

c. *its **seeming** that John is gone.*

(7) sentenças com nominais derivados correspondentes às proposições de (5)

a. **the **easiness** to please John.*

b. **John's **amusement** of the children.*

c. **its **seem** that John is gone.*

(ii) regularidade semântica: os nominais gerundivos apresentam conteúdo semântico previsível, ao manter o sentido do verbo a partir do qual é formado. Já os nominais derivados possuem significados idiossincráticos em relação a item verbal correspondente. Conforme Scalise (1984) destaca, entre os nominais derivados mencionados por Chomsky, não se faz tão nítida, por exemplo, a relação semântica entre os nomes *revolution* e *construction* e suas respectivas bases verbais *revolve* e *construct* em sintagmas como *the French revolution* e *the Anglo-Saxon genitive construction*.

(iii) estrutura interna: nominais gerundivos possuem estrutura interna de S ao passo que nominais derivados revelam estrutura de NP. Essa diferença explica por que apenas os nominais derivados podem ser pluralizados – evidenciado em (8) –, assim como justifica o fato de os primeiros serem modificados por advérbio e os segundos, por adjetivo, conforme se observa em (9). Além disso, a natureza sentencial dos nominais gerundivos faz com que apenas eles sejam capazes de formarem construções de *Dative Shift*, exemplificado em (10).

(8) pluralização

a. **John's many refusings of the offer.*

b. *John's many refusals of the offer.*

(9) modificação

a. *John's sarcastically criticizing the book.*

b. *John's sarcastic criticism of the book.*

(10) construção de *Dative Shift*

a. *John's giving a book to Bill* → *John's giving Bill a book.*

b. *John's gift of a book to Bill* → **John's gift of Bill a book.*

Chomsky (1970) defende, portanto, que os nominais gerundivos (*criticizing, refusing, amusing*) são caracterizados pela produtividade sintática, previsibilidade semântica e estrutura interna similar à de um objeto do tipo S (sentencial), ao passo que os nominais derivados (*criticism, refusal, amusement*), contrariamente, distinguem-se pelas irregularidades e correspondência à estrutura interna de um NP. Nesse sentido, conforme destaca Lobato (2010), Chomsky (1970) mantém as considerações estruturalistas de Sweet (1913)² e Bloomfield (1933)³ ao reservar ao Léxico o armazenamento de idiosincrasias, que associa às formações lexicais, e atribuir à sintaxe o papel de fornecer material para construção de objetos marcados pelas características regularidade e produtividade sintáticas.

² “Grammar deals with the general facts of language; lexicology, with the special facts” (SWEET, 1913, *apud* LOBATO, 2010: 20). Tradução livre: “a gramática lida com os fatos gerais da língua; a lexicologia, com os fatos especiais”.

³ “[the lexicon] is a list of basic irregularities” (BLOOMFIELD, 1933, *apud* LOBATO, 2010: 20). Tradução livre: “[o léxico] é uma lista de irregularidades básicas”.

Cabe ressaltar, no entanto, ainda nos valendo de Lobato (2010), que o trabalho fundador da hipótese lexicalista não advoga a tese de que o Léxico constrói palavras, mesmo no que se refere àquelas de tipo lexical. Este módulo, anterior aos módulos Sintaxe e Morfologia, lista itens lexicais, providos de informações sintáticas, semânticas e fonológicas, as quais são extremamente relevantes para posterior inserção sintática e realização morfofonológica, respectivamente. A principal diferença entre construtos lexicais e construtos sintáticos diz respeito às fontes utilizadas na formação de cada um: para os primeiros, apenas o Léxico fornece informações, lexicais e categoriais, que são realizadas fonologicamente pela Morfologia; para os últimos, além do conteúdo proveniente do Léxico, operações sintáticas adicionam informações a um dado item, contribuindo para a construção de seu afixo, para que então aconteça a construção morfofonológica da palavra.

As ideias de Chomsky (1970), como apontam Guevara & Scalise (2005), resultaram no desenvolvimento de duas versões da hipótese lexicalista na literatura: Hipótese Lexicalista Forte, à qual pertencem, entre outros, Di Sciullo & Williams (1987), Kiparsky (1982), Lapointe (1980), e Hipótese Lexicalista Fraca, em que estão inseridos trabalhos como Allen (1978), Aronoff (1976) e Siegel (1974). Nesta, existe separação entre morfologia flexional e morfologia derivacional, sendo a primeira sintática e a segunda lexical. Tal assunção significa, pelo menos no que diz respeito às categorias flexionais, interação dos processos morfológicos com a sintaxe. Naquela, por sua vez, a estruturação das palavras, seja ela feita derivacional ou flexionalmente, restringe-se ao Léxico, ou seja, palavras complexas são formadas pré-sintaticamente, não havendo a possibilidade de aplicação de regras sintáticas no nível morfológico.

O conceito de léxico também passou por revisões em outras teorias inseridas na Gramática Gerativa. Halle & Marantz (1993), por exemplo, introduzem uma concepção teórica bastante particular, no sentido de colocar em questão a própria existência desse módulo na arquitetura gramatical. Nessa proposta fundadora da Morfologia Distribuída, a função de prover formativos à derivação se encontra distribuída em três listas, localizadas antes e depois da computação sintática: lista 1, pré-sintática, contém raízes e elementos funcionais; a lista 2 fornece itens de vocabulário a serem inseridos após a estruturação sintática dos traços abstratos; e lista 3, que provê o significado das expressões linguísticas.

2.3 Morfologia: diferentes concepções teóricas no modelo gerativista

Em Chomsky (1970), a Morfologia constitui um dos módulos da arquitetura gramatical que contribuem para a formação de palavras. Sua função principal é a de conferir forma fonológica às informações fornecidas pelo Léxico ou pelo Léxico e Sintaxe. Desse modo, a Morfologia realiza tanto palavras formadas por afixação lexical quanto as criadas por afixos sintáticos.

Semelhantemente à profusão de (re)formulações referentes ao léxico, a morfologia também tem recebido diferentes caracterizações na teoria linguística. Segundo Lobato (2010), duas posturas se destacam no modelo gerativista: uma que nega a autonomia da morfologia enquanto módulo independente da gramática e outra que defende tal entendimento. Em relação às considerações de Chomsky (1970), a primeira tendência atenua a distinção entre formação lexical e formação sintática, pois considera que todo e qualquer processo de construção de palavras acontece num mesmo lugar, na Sintaxe. Nessa perspectiva, o sistema computacional processa tanto palavras como sintagmas e sentenças. Já a segunda vertente defende a existência de um módulo, no qual ocorrem derivações lexicais, responsável pela construção de palavras distinto da Sintaxe, *locus* das formações sintáticas.

O exame que Lobato (2010) faz de três⁴ teorias morfológicas evidencia o tratamento diversificado dado tanto à questão da autonomia bem como do papel o qual o componente morfológico desempenha. A teoria Amorfa (*A-morphous Morphology Theory*) de Anderson (1992) não separa a afixação lexical da sintática, mas, ainda assim, admite a independência da Morfologia. Em contrapartida, a teoria lexicalista estrita (*Strict Lexicalist Theory*) de Lieber (1992) e a teoria da Morfologia Distribuída (*Distributed Morphology Theory*) de Halle & Marantz (1993) são propostas que questionam a tese de um módulo Morfologia autônomo, com a diferença de que esta o faz relativamente e aquela veementemente.

A teoria Amorfa busca revisar o conceito de morfema, porém, não nega a necessidade de se postular um módulo construtor de palavras. O léxico possui apenas morfemas lexicais, isto é, os radicais são as únicas unidades teóricas independentes dotadas de significado e forma fonológica no modelo. O que se entende por afixos é obtido após a aplicação de regras. Inicialmente, feixes de traços morfossintáticos (como nominativo, dativo, singular, plural etc.) são associados aos radicais sintaticamente. A Morfologia, então, por meio de um sistema de

⁴ A autora também examina outros trabalhos em seu estudo, como Kiparsky (1982) e Di Sciullo & Williams (1987). No entanto, para fins de análise, selecionamos os três mais enfatizados.

regras, implementa a estrutura morfofonológica dos afixos. Palavras derivadas e palavras flexionadas são formadas pelo mesmo módulo gramatical, o morfológico. A distinção entre elas é associada ao domínio de aplicação de regras morfofonológicas: para construir as primeiras, apenas as propriedades semânticas e seletivas dos radicais são acessadas; para as segundas, os traços morfossintáticos também são interpretados.

Já Lieber (1992) adota uma visão mais radical ao propor que o sistema computacional é o único mecanismo capaz de gerar expressões linguísticas, o que significa que tanto palavras quanto sintagmas e sentenças são estruturados na Sintaxe. O léxico, nessa abordagem, lista não apenas os radicais, mas também afixos, lexicais e sintáticos. Cada um dos referidos morfemas traz informações a respeito de suas possibilidades de combinação (esquemas de subcategorização), além de ambos já entrarem no processamento sintático com forma fonológica. O componente sintático, valendo-se das mesmas relações sintagmáticas estabelecidas entre unidades de nível sentencial, como núcleo, especificador e complemento, associa os lexemas a seus devidos afixos. Dessa maneira, a construção de palavras deixa de ser da alçada de um nível gramatical morfológico e passa a ser executada pelo sintático.

A Morfologia Distribuída também problematiza o estatuto da Morfologia como módulo gramatical, contudo, diferencia-se da teoria de Lieber (1992) ao não reduzi-la inteiramente à Sintaxe. Tanto operações sintáticas quanto operações morfológicas, cada uma com funções próprias, são responsáveis pela derivação de expressões linguísticas, sejam elas unidades do tipo palavra ou sentença.

Na proposta de Halle & Marantz (1993), raízes e afixos constituem unidades teóricas independentes desprovidas de conteúdo fonológico. Estes apresentam-se como traços morfossintáticos abstratos, de forma semelhante ao conceito de morfema da teoria Amorfa. Tais traços são arranjados por operações que os adjungem ou os deslocam ao longo da derivação sintática. Uma vez já constituída sintaticamente, a palavra é estruturada morfofonologicamente no componente integrado à Sintaxe denominado Estrutura Morfológica, onde ocorrem a inserção vocabular ou acréscimo de morfemas. Assim, a conceituação de morfologia, nesse modelo, é abordada a partir de uma perspectiva sintática, que considera que a formação de palavras é feita por diferentes partes da gramática. Decorre-se daí, portanto, o caráter “distribuído” que intitula a teoria.

Mostraremos adiante que todas as teorias abordadas acima, embora tenham, inegavelmente, contribuído para o avanço das discussões acerca de fenômenos morfológicos –

nível da palavra – apresentam problemas no modo como concebem a divisão de trabalho entre as partes da gramática.

2.4 Lobato (2010): uma abordagem naturalista e orgânica da Faculdade de Linguagem

Conforme foi abordado anteriormente, diferentes concepções de léxico e morfologia foram traçadas na literatura linguística. Nesta seção, apresentamos o trabalho de Lobato (2010), que propõe uma arquitetura da gramática que leva à risca a tese gerativista da modularidade da linguagem⁵.

Lobato (2010) considera que, assim como o corpo humano é constituído por um conjunto de órgãos caracterizados por um tipo específico de célula e pelo desempenho de uma dada atividade, a Faculdade de Linguagem é organicamente dividida em componentes que operam com certa matéria (*input*) e que exercem certa tarefa. Desse modo, dois critérios são assumidos como definidores para a caracterização de um módulo gramatical: a uniformidade de objetos e precipuidade de função. Sua análise demonstra que o que se entende por léxico não passa de um conjunto de propriedades características de outros sistemas verdadeiramente modulares. Por outro lado, argumenta-se a favor da autonomia da Morfologia.

2.4.1 Estrutura Conceptual: contra o módulo Léxico

Primeiramente, Lobato (2010) destaca que alguns fatos linguísticos revelam a necessidade de se postular um nível capaz de estocar informações cruciais para produção e interpretação de expressões linguísticas. No plano morfolexical, tais informações podem, quando de caráter paradigmático, tanto estabelecer padrões de exclusão entre itens nos aspectos fonológico, morfossintático e semântico, como se observa nas rimas e nas flexões verbais, quanto guiar, sintagmaticamente, a combinação de elementos mórficos constituintes de uma palavra, como a associação de vogal temática a um radical verbal, por exemplo.

Além disso, a aquisição de uma língua passa necessariamente por um processo de constituição de um inventário de vocábulos. Este deve ser minimamente compartilhado entre os falantes para fins de entendimento mútuo. Aliás, é necessário ressaltar também que tal conjunto de palavras pode ser expandido continuamente, mesmo após o estágio estacionário

⁵ Confira a seção 1.3 do capítulo 1 desta dissertação, que abordou esse pressuposto teórico da gramática gerativa.

da gramática. Esse fato explica a possibilidade de variações entre os léxicos mentais de cada indivíduo a depender de múltiplos fatores, como diferenças dialetais e acesso a vocabulário especializado.

Desse modo, ainda segundo a autora, é inegável a existência de um léxico na Faculdade de Linguagem. Questionável, porém, é sua postulação como módulo gramatical separado e independente. Levando à risca os pressupostos que subjazem à teoria gerativa, Lobato parte da premissa de que um módulo somente se constitui como tal se possuir, necessariamente, “objetos próprios” e “função precípua”. Sua tese é a de que as diferentes propostas de Léxico não conseguem justificar a natureza modular desse componente.

Aparentemente, a concepção lexemática de Léxico parece não apresentar problemas, por satisfazer as duas condições relevantes destacadas acima. O Léxico lista apenas radicais, ou seja, possui um objeto exclusivo, e sua função principal é justamente fornecer tais morfemas (lexemas) para a formação de palavras. Uma inconsistência dessa hipótese, contudo, refere-se à contradição de relacionar, como o faz implicitamente, caráter lexical a unidades do tipo radical. Uma vez que se considera que os únicos objetos armazenados no Léxico são os radicais, deveriam apenas eles serem caracterizados como lexicais, mas não é essa a pretensão da hipótese ao ressaltar que determinados afixos também devem ser rotulados como lexicais.

A visão idiossincrática, por sua vez, parece acomodar mais adequadamente a distinção lexical/gramatical, porém, é problemática quanto a seu objeto e função. O Léxico arrola tanto radicais como afixos marcados por irregularidades. A incoerência mais visível desse postulado é a sua heterogeneidade de unidades. De modo decorrente, o Léxico, na acepção em questão, também tem sua função comprometida. Não é possível generalizá-lo como módulo fornecedor de todos os radicais e afixos de uma língua, mas apenas dos morfemas idiossincráticos. Essa situação implicaria redundância no sistema, já que outro módulo deveria, em tese, ficar responsável pela listagem de radicais e afixos, mas de natureza não-idiossincrática.

A redundância é considerada por Lobato (2010) como a principal falha do que vem sendo concebido como Léxico na teoria gerativa. No programa minimalista (CHOMSKY, 1995 e trabalhos posteriores), por exemplo, os itens lexicais já trazem em si uma série de informações de ordem fonológica, sintática e semântica. Isso significa que em algum ponto na

gramática, inevitavelmente, haverá sobreposição entre as informações do Léxico e os demais módulos, Fonologia, Sintaxe e Semântica.

Tendo em vista as desvantagens associadas às propostas de cunho lexicalista, a linguista refuta a existência de um Léxico e lança mão de um novo postulado no lugar desse módulo: a Estrutura Conceptual. A Faculdade de Linguagem contém um nível abstrato onde estão alocados os conceitos “substantivos”, no sentido sapiriano do termo. Tais conceitos podem ganhar a forma de radicais, afixos ou construções sintáticas. Por exemplo, a nomeação de objetos (**port-a**, **livr-o**) ilustra os primeiros; a conceituação de agentes de uma ação expressa sufixalmente (joga-**dor**, cant-**or**) demonstra a segunda possibilidade; a factividade (lamento **que esteja chovendo/estar chovendo**) é um dos conceitos materializados pelo terceiro tipo de objeto.

Assim, desvincula-se a expressão de conteúdo “lexical” a radicais, característica do Léxico lexemático. A Estrutura Conceptual se limita à armazenagem de conceitos independentemente da forma como estes são encapsulados. A distinção entre interpretação lexical e interpretação gramatical pode ser adequadamente captada com respeito à origem das informações envolvidas na formação de palavras: o substantivo/lexical vem da Estrutura Conceptual; o gramatical, da própria estrutura mórfica da palavra (Morfologia)⁶.

A Estrutura Conceptual atende os requisitos necessários para sua inclusão entre os módulos da linguagem, sem incorrer em inadequações. Seu objeto são as unidades conceptuais abstratas e sua função é a de prover substância, conteúdo lexical às expressões linguísticas. Detalharemos a seguir a contribuição da Estrutura Conceptual aos demais módulos gramaticais, principalmente no que se refere à Morfologia, entendida, na proposta de que nos valem, como um módulo autônomo da gramática.

2.4.2 Morfologia: um módulo gramatical autônomo

Diferentemente da postura quanto ao Léxico, Lobato (2010) mantém a Morfologia como módulo específico e autônomo. A fim de que a gramática preserve sua natureza

⁶ É importante ressaltar que a proposta de Lobato (2010) distingue, mas não dicotomiza as interpretações lexical e gramatical. Tal fato é evidenciado pela seguinte passagem do trabalho da autora: “[...] o próprio molde para construção de palavras é formado por conceitos que também têm origem na Estrutura Conceptual, de modo que ser gramatical não significa ser desprovido de substância semântica. Ser gramatical significa que foi atualizado na parte do molde que acaba sendo usado para dar a própria forma de palavra” (LOBATO, 2010: 57).

modular, a principal ideia defendida é a de que a teoria gramatical precisa de um lugar propriamente dedicado à construção de palavras. Para sustentar essa consideração, mais uma vez, a presença de objetos e função característicos é tida como imperiosa a sistemas modulares.

Chomsky (1970) confere à Morfologia um papel que não pode ser tomado como inerente a esse módulo. Nessa proposta, existe a vantagem de se supor que diferentes partes da palavra são providas por diferentes módulos, ou seja, cada módulo possui uma contribuição própria à construção das palavras. Assume-se que as estruturas morfológicas são abstratas, isto é, são inicialmente constituídas sem forma fonológica. No entanto, seu maior defeito é considerar como função principal da Morfologia a realização fonológica dos morfemas, tarefa que deveria ser estritamente relacionada ao módulo Fonologia. À Morfologia, cabe a organização dos elementos mórficos.

Em relação a Anderson (1992), a autora observa que, embora este assumira a Morfologia como módulo construtor de palavras, as formalizações sugeridas dessa análise não estão livres de questionamentos. Primeiramente, não lhe parece justificável propor que a Morfologia desempenha sua função por meio de regras, como o faz a teoria Amorfa. Outra objeção ao referido trabalho é feita com base no postulado de traços morfossintáticos, como nominativo, dativo, passado, futuro, para a construção afixal. Lobato argumenta que o que se coloca sob o título de um traço é, na verdade, uma “estrutura de traços”. Por exemplo, para o traço “futuro”, no que se referem às construções perifrásticas (como as do português “ir + infinitivo”), em vez de um único conceito, há a projeção de propriedades lexicais do verbo principal e propriedades gramaticais do auxiliar para expressão desse tempo. Torna-se, assim, difícil operar com alguns conceitos da teoria Amorfa.

A proposta de Lieber (1992) não se atenta à modularidade da linguagem. Como não há uma parte da gramática exclusivamente dedicada à morfologia, o sistema computacional de sua teoria é capaz de formar tanto palavras como sentenças. Não se verifica, conseqüentemente, a especialização de objetos e função.

Do mesmo modo, a teoria da Morfologia Distribuída tem o problema de seu módulo de construção de palavras não satisfazer os critérios que atestam propriedade modular. Nessa teoria, palavras e sentenças também são, indistintamente, fatos de Sintaxe, o que significa que esse sistema não possui objeto próprio e função precípua. Lobato também estende a crítica

que faz à teoria Amorfa à Morfologia Distribuída no que diz respeito à postulação de traços morfossintáticos.

A partir das observações apontadas acima, Lobato (2010) constata ser necessária a existência de um módulo Morfologia que consiga, por um lado, dar conta da configuração mórfica de uma língua, e, por outro, expressar certas propriedades fonológicas de estruturas morfológicas. Contudo, ressalta não se dever enfatizar o segundo aspecto em detrimento do primeiro devido ao risco de se extrapolarem os domínios da morfologia.

A autora destaca que a categoria gramatical e o acento são propriedades inter-relacionadas inerentes à unidade palavra. Esta pode estar presente ou ausente, no sentido de que todas as palavras de uma língua são ou tônicas ou átonas; aquela, por sua vez, constitui uma característica compulsória: todas as palavras de uma língua pertencem a uma dada categoria.

Generalizações podem ser feitas com base na relação entre acentuação e categorização. Em português, por exemplo, a diferença de acentuação do elemento mórfico vogal temática distingue nomes de verbos. O referido morfema, quando associado a uma base nominal, é sempre átono (bol-**a**, sin-**o**, chav-**e**). Entretanto, pode ser tônico no caso das formações verbais, como claramente revelam algumas flexões (am-**á**-ssemos, vend-**ê**-ssemos, part-**í**-ssemos). Outro fato, comumente observado entre as línguas, aliás, é o de que palavras funcionais são, em geral, átonas (como, por exemplo, os artigos).

Assim, postula-se a existência de um módulo autônomo que seja responsável por lidar com as propriedades relacionadas a estruturas morfológicas. Como esse entendimento tem como motivação a defesa de uma hipótese naturalista sobre a arquitetura da gramática, a Morfologia também deve possuir objeto e função próprios. Primeiramente, o processo de construção de palavras envolve a atribuição mórfica. As diferentes categorias gramaticais adotam configurações morfológicas distintas. De acordo com Lobato (2010), então, a Morfologia tem o papel de organizar os elementos constitutivos das palavras de uma língua.

Além disso, deve-se garantir a uniformidade de seu objeto. A autora observa que “a menor unidade linguística a que o acento se aplica é a palavra” (LOBATO, 2010: 59). Separam-se palavras átonas de palavras tônicas. Apenas essas últimas são constituídas na Morfologia. A Morfologia atribui acento primário às palavras.

Para ficar claro, nos próprios termos de Lobato (2010: 60):

“Nessa visão, cabe à Morfologia o papel de construir as palavras estruturalmente, em termos de posições mórficas, de acordo com a categoria gramatical, e essa construção determina as bases para a interpretação prosódica. Essa abordagem satisfaz às duas exigências que estamos atribuindo aos módulos da FL: a Morfologia é um módulo caracterizado por um dado tipo de objeto e por uma dada função – é um módulo que tem a função de construir palavras, e só produz palavras tônicas”.

Isso significa que, no referido modelo, a falta de função precípua da Morfologia é apenas aparente. Ambas as tarefas às quais esse módulo se dedica – organização mórfica e atribuição de acento – são caracteristicamente suas por estarem estritamente conectadas a seu objeto.

2.4.3 A interação entre os módulos

Conforme vem sendo discutido, a Faculdade de Linguagem é composta por sistemas modulares. Ressalta-se, todavia, que, se por um lado, a análise em discussão advoga a autonomia entre os módulos gramaticais por ela propostos, por outro, não exclui de forma alguma a possibilidade de interface entre as diferentes partes da gramática. Assim, detalharemos nesta subseção a contribuição de cada módulo para a constituição das expressões linguísticas.

A Estrutura Conceptual é um componente independente gerador de estruturas semânticas abstratas. Os conceitos que produz não devem ser isoladamente associados nem à Morfologia nem à Sintaxe, pois, em sendo anteriores, a ambas, contribuem da mesma forma fornecendo informações que servem como *input* para esses módulos. Adotando a terminologia chomskiana, Lobato (2010) denomina o módulo gerativo de estruturação conceptual de “módulo Concepto-Intencional” (C-I).

A Morfologia e a Sintaxe são entendidas como sistemas processadores da informação gerada na Estrutura Conceptual. As duas compartilham o mesmo objetivo: linearização de estruturas abstratas. A diferença é que a primeira converte configurações semântico-formais em configurações morfológicas; as segundas, configurações semântico-formais em configurações sintáticas. Isto é, cada uma “lê” aspectos diferentes das estruturas conceptuais.

A Morfologia, como já mencionado, leva em conta o acento primário. Já a Sintaxe executa sua função com base no traço formal de Caso.

Aplicando o raciocínio exposto acima, a autora tece mais discussões a respeito da distinção entre morfologia flexional e morfologia derivacional. Demonstra que esta é fruto da interface Estrutura Conceptual/Morfologia ao passo que aquela advém da interface desses módulos com a Sintaxe. Para tal, sua análise se concentra na expressão do gênero em português.

Observa-se uma divisão entre formas masculinas e formas femininas correspondentes. Para as primeiras, as seguintes palavras servem de base para as considerações:

(1) a. menino

b. lobo

Tais formas são tomadas como derivacionais. Embora em todos os casos listados haja denotação de sexo do referente, na verdade, não há previsibilidade das informações atribuídas pelo gênero. Isso fica evidenciado por meio de outras formas masculinas:

(1) c. mosquito

d. livro

Em (1c), mesmo também havendo referente animado, não se expressa sexo; e, em (1d), por se tratar de referente inanimado, o gênero somente possui valor formal. Um questionamento possível a essa proposta que identificamos seria o fato de a comparação estabelecida para a tomada de conclusões não considerar, a priori, termos da mesma natureza, já que são comparados nomes com contraparte feminina (1a e 1b) vs. nomes sem contraparte feminina (1c e 1d). Ambos os tipos, contudo, assemelham-se pelo fato de serem constituídos independentemente da possibilidade de formação de palavra feminina correspondente, uma vez que, nessa situação, o masculino é sempre a forma-base para o feminino, e não o contrário. Logicamente, para o feminino, sim, não parece poder haver qualquer possibilidade de uniformização entre formas femininas produzidas a partir de formas masculinas e formas

originariamente femininas. Por isso mesmo, vale ressaltar que o nosso recorte de análise cobrirá unicamente o primeiro tipo⁷.

A irregularidade não se faz presente nas formas femininas tradicionalmente entendidas como “flexionadas”, provenientes de base masculina. Por apresentarem previsibilidade semântica, as formações em (2) devem ser analisadas como constituídas pela interface com a Sintaxe.

- (2) a. menina
- b. loba
- c. bonita
- d. educada

Lobato (2010), no entanto, distingue duas maneiras pelas quais essas palavras femininas são construídas com contribuição da Sintaxe. Uma possibilidade é a de serem resultado de uma relação de exclusão frente à base masculina. Nessa situação, como é o caso de (2a) e (2b), a derivação da forma feminina é dada pela Sintaxe Paradigmática. Outra relação relevante para a produção de formas femininas, como as de (2c) e (2d)⁸ é a concordância, típica da Sintaxe Sintagmática.

Tanto a Sintaxe Paradigmática quanto a Sintaxe Sintagmática operam com o conceito de Caso, traço formal básico do módulo sintático. A primeira o faz com geração de partes de estruturas do nível palavra e a segunda se vale das relações gramaticais que as palavras estabelecem entre si. Para além do âmbito flexional, a autora inclui como caso de derivação na Sintaxe Paradigmática as formações deverbais, denominais e deadjetivais, cujos radicais das palavras derivadas são consequência de uma relação de oposição ao radical da base. Já as preposições marcadoras de Caso e os complementadores constituem outros representantes produzidos na Sintaxe Sintagmática.

Em síntese, diferentes módulos são utilizados na derivação de uma palavra. Com inspiração em Chomsky (1970), a proposta de Lobato (2010) também separa formações

⁷ Esse recorte se justifica por evidenciar o principal objetivo desse momento da discussão: mostrar como o modelo de Lobato (2010) distingue flexão de derivação.

⁸ Nesse caso, o que vale para (2c) e (2d) também se estende a suas respectivas formas masculinas: “bonito” e “educado”. Isto é, o gênero de adjetivos é dado pela concordância que esses termos estabelecem com o núcleo de um sintagma nominal.

regulares e previsíveis das irregulares e imprevisíveis. A morfologia derivacional é associada à Morfologia e morfologia flexional à Sintaxe. Essa última é heterogênea, podendo ser estruturada sintagmática ou paradigmaticamente.

2.5 Questões norteadoras

Conforme o título desta dissertação sugere, a discussão sobre os diminutivos do português brasileiro será pautada nos aspectos morfológico e semântico. Buscaremos revisar as posições consolidadas na literatura de que o grau se presta a expressar múltiplos conteúdos polissêmicos e que sua natureza seja derivacional.

Assim, no âmbito morfológico, o enfoque central será na reavaliação do estatuto dos morfemas de diminutivo. Consequentemente, os critérios que distinguem flexão de derivação serão abordados. Entretanto, mais do que elencá-los, discutiremos, ao longo deste trabalho, algumas de suas implicações, principalmente, é claro, no que diz respeito às formações diminutivas. As seguintes questões se colocam:

- 1) Qual a caracterização mais adequada da distinção flexão/derivação?
- 2) Qual o verdadeiro estatuto morfológico dos morfemas avaliativos?

No plano semântico, o principal objetivo é identificar a contribuição básica dos morfemas -inho/-zinho ao significado da base. Haja vista os diversos sentidos que, sob a perspectiva morfopragmática, são associados aos morfemas avaliativos, também procuraremos elucidar como nuances subjetivas são derivadas. Traduzindo esses objetivos em forma de questões norteadoras:

- 3) Qual é o conteúdo essencial dos sufixos -inho/-zinho? É possível estabelecer um tratamento semântico unificado para os diminutivos?
- 4) Como explicar a possibilidade de expressão de significados variados?

Assumindo as considerações de Lobato (2010), é extremamente relevante identificar tanto as relações envolvidas no acionamento de -inho/-zinho – sintagmáticas ou paradigmáticas – quanto o tipo de informação veiculada – se gramatical ou não – por esses morfemas, para que se possa responder:

5) Qual módulo da gramática deve lidar com a formação de diminutivos morfológicos?

Além disso, a partir das respostas a essas perguntas, será possível esboçar uma sistematização que capte as propriedades morfossemânticas do grau diminutivo do português brasileiro.

2.6 Conclusão do capítulo

Este capítulo expôs uma revisão teórica a respeito das diversas formulações acerca do entendimento sobre léxico e morfologia presentes na teoria gerativa. Quanto ao léxico, mostrou-se que, a partir de Chomsky (1970), os trabalhos têm se dividido em: lexicalistas, nas vertentes forte (DI SCIULLO & WILLIAMS, 1987; KIPARSKY, 1982; entre outros) e fraca (ALLEN, 1978; ARONOFF, 1976; entre outros), e não-lexicalistas (HALLE & MARANTZ, 1993). Já em relação à morfologia, as análises tendem a assumir ou negar sua autonomia enquanto módulo da gramática. A Teoria Amorfa de Anderson (1992) está entre as que defendem a primeira postura, ao passo que a Teoria Lexicalista Estrita de Lieber (1992) e a Teoria da Morfologia Distribuída de Halle & Marantz (1993) representam a segunda visão.

Adotou-se o trabalho de Lobato (2010) como modelo teórico a partir do qual a construção de palavras pode ser mais adequadamente abordada. Nessa proposta, a gramática é concebida de forma organicamente modular, o que significa que cada uma de suas partes é marcada por duas propriedades: (i) objeto próprio e (ii) função precípua. As demais teorias morfológicas contemporâneas, por não atenderem a esses requisitos, propõem uma arquitetura gramatical cujos componentes não são, tecnicamente, modulares, mas, sim, por vezes, redundantes.

No que diz respeito à estrutura da gramática proposta por Lobato (2010), então, primeiramente, a existência de um módulo Léxico é refutada. Discutiu-se que as suposições sobre o Léxico apresentam problemas teóricos, tais como associação estrita entre conteúdo lexical e radical (concepção lexemática), heterogeneidade de unidades (concepção idiosincrática) e implicação de redundância ao sistema (concepção minimalista). Por conta disso, para estocar informações lexicais, ou melhor, conteúdos semânticos abstratos, a autora postula um módulo denominado Estrutura Conceptual.

A Morfologia e a Sintaxe também constituem módulos independentes na proposta de Lobato (2010). Ambas são supridas por estruturas abstratas geradas no módulo semântico. A diferença, porém, é que a primeira atribui acento primário e produz estruturas morfológicas, enquanto que a segunda, por sua vez, organiza estruturas sintáticas a partir do traço formal de Caso.

A construção de palavras, nesse modelo, envolve a contribuição de diferentes módulos. Assim, a identificação das fontes utilizadas na derivação consegue dar conta da distinção morfologia flexional vs. morfologia derivacional, já sugerida em Chomsky (1970). Em Lobato (2010), a Morfologia constrói palavras tônicas como um todo, mas as diferentes partes desse objeto podem ser formadas com o uso apenas de informações da Estrutura Conceptual, isto é, sem apelo à Sintaxe (derivação), ou com acesso a ambos os módulos (flexão). Nesse último caso, a teoria entende que a Sintaxe não se restringe às relações sintagmáticas, mas também abarca as relações paradigmáticas.

Capítulo 3 – Sobre os diminutivos

3.1 Introdução

Diversos trabalhos têm analisado os diminutivos do português brasileiro. No que tange a uma abordagem (morfo)fonológica, por exemplo, destacam-se as pesquisas de Bisol (2010), Ferreira (2005), Lee (1999), Menuzzi (1993), entre outros. Entretanto, como o foco desta dissertação se concentra nos aspectos morfológico e semântico dos morfemas -inho/-zinho, este capítulo trata dos trabalhos da literatura sobre o tema que têm como enfoque considerações sobre esses dois planos de análise. A seção 3.2 tece breves considerações a respeito da perspectiva prescritiva. O principal destaque, no entanto, é dado à abordagem científica. A seção 3.3 visa a apresentar e discutir algumas pesquisas linguísticas a fim de mostrar seus impasses e, conseqüentemente, introduzir um novo exame dos diminutivos.

3.2 Na tradição gramatical

Durante algum tempo, as gramáticas tradicionais adotaram um posicionamento consensual ao considerar o grau como flexão em português. Atualmente, no entanto, são poucas as que não classificam o grau como processo de derivação. Outra tendência notável é a menção ao teor de expressividade dos afixos gradativos, embora ainda haja ênfase no significado dimensivo de tais morfemas.

A fim de apresentar a abordagem tradicional sobre o tema, analisam-se duas gramáticas prescritivas: Faraco & Moura (2003) e Rocha Lima (1992). Optamos por essas obras em especial por suas posturas de análise distintas.

Faraco & Moura (2003), assumindo os direcionamentos da Nomenclatura Gramatical Brasileira, abordam o tema em uma subseção intitulada “Flexão de Grau”. Considera-se que a marcação formal de diminutivo em nomes e adjetivos indica tamanho e intensidade, respectivamente. Chama-se a atenção para o fato de o advérbio, classe invariável, poder receber modificação de grau: “O fato aconteceu **cedinho**”. Admite-se também a possibilidade de o diminutivo expressar estado emotivo “em algumas palavras” (“filhinho”, por exemplo). Faraco & Moura, porém, não fornecem argumentos que justifiquem seu posicionamento

quanto à classificação do grau como flexão. Limitam-se a apresentar ao leitor o contraponto dos linguistas, que preferem o rótulo de derivação para a categoria em questão.

Em Rocha Lima (1992), por sua vez, em considerações muito breves na seção sobre os substantivos, duas espécies de grau são mencionadas: a “gradação dimensiva”, típica dos nomes, que indica aumento ou diminuição do tamanho de determinado ser, e a “gradação intensiva”, própria dos adjetivos, que indica intensidade maior ou menor de determinada propriedade. As situações em que o grau aparece em pronomes, verbos e advérbios – como em “**Elezinho** é um encanto”, “Nenê está **dormindinho**” e “Irei **agorinha** mesmo” – são tomadas como excepcionais.

No caso particular dos diminutivos, Rocha Lima (1992) apresenta tanto a forma analítica, com o emprego do adjetivo “pequeno”, como a sintética. Para essa última, elenca uma série de sufixos de diminutivo utilizados em construções morfológicas: -ito (“papelito”), -ulo (“glóbulo”), -culo (“gotícula”), -ote (“velhote”), -im (“espadim”) etc. Também destaca a possibilidade de o diminutivo ser meramente formal, em que o sufixo não expressaria diminuição, mas sim a cristalização de um sentido, como “folhinha” (calendário) e “corpinho” (peça de vestuário).

A classificação do grau aumentativo e diminutivo como derivação é justificada pela polissemia de significados. O gramático defende que a semântica central do diminutivo é a expressão de carinho, o que seria a razão pela qual afixos gradativos são aplicados até nos adjetivos: “limpinho”, “bonitinho”, “pequenito”. Outra acepção possível segundo o autor é a de pejoratividade, exemplificada por palavras como “livreco” e “casebre”.

3.3 Na abordagem linguística

Nesta seção, abordam-se algumas das principais pesquisas científicas acerca da morfologia avaliativa do português brasileiro cujo enfoque é dado aos diminutivos em -inho/-zinho. Também se examinaram essas análises, como forma de introduzir a necessidade de um novo tratamento dos morfemas avaliativos, o qual se propõe no capítulo 4.

3.3.1 De Camara Jr (1970) em diante: a expressividade, a opcionalidade e o caráter derivacional do grau diminutivo

Camara Jr. (1970) constitui um dos pontos de referência aos trabalhos acadêmicos que abordam o tema da gradação. De maneira categórica, o autor classifica o grau como um processo derivacional em português. A principal motivação para tal posicionamento diz respeito à opcionalidade sintática dos afixos de grau.

O linguista considera equivocada a inclusão do grau no rol das flexões nominais. Se, em latim, a morfologia era o único meio de expressão da categoria em questão, em português, a situação seria outra. A ilustração se baseia no caso particular do superlativo. Naquela língua, havia um paradigma flexional composto por dois morfemas gramaticais: *-ior* e *-issimus*, sufixos de grau comparativo e superlativo, respectivamente. Para o adjetivo latino *felix*, por exemplo, empregavam-se as formas *felicier* e *felicissimus* obrigatoriamente: *homo felicier lopo* ‘o homem é mais feliz do que o lobo’, *homo felicissimus animallium* ‘o homem é o mais feliz dos animais’. Em português, tanto a comparação entre dois termos como a indicação da sobrelevação de determinada característica são realizadas, por excelência, sintaticamente ‘mais X do que’ e ‘o mais X’. A estratégia morfológica de expressão do superlativo pelo sufixo *-íssimo* constitui um processo estilístico. O acionamento de afixos gradativos, desse modo, também é tido como altamente dependente da preferência pessoal do falante.

Seguindo a linha inaugurada por Camara Jr (1970), a quase unanimidade das pesquisas linguísticas classifica o grau como derivação em português. Assume-se que os afixos de grau não são motivados por nenhum princípio de ordem gramatical, ressaltando a natureza não-obrigatória de tais morfemas. Sendo assim, a literatura tem defendido a ideia de que a subjetividade do falante deve ser entendida como ponto central tanto no acionamento do grau como em sua atribuição de significado a uma base.

O principal destaque de análises como Basílio (1987), Rocha (1994), Loures (2000), Gonçalves (2005, 2008, 2011) é o de que afixos gradativos possuem função estilístico-expressiva, ou seja, veiculam uma polissemia de significados em construções morfológicamente complexas. Nesses trabalhos, as diferentes reações emocionais do falante frente a um objeto são responsáveis pelas múltiplas acepções atribuídas por morfemas de grau, tais como afetividade, apreciação, pejoratividade, depreciação.

Basílio (1987) considera o grau diminutivo, além do aumentativo e superlativo, como processo de derivação dedicado à manifestação das atitudes subjetivas do falante. Embora reconheça que possa haver casos em que conteúdos de natureza semântica são veiculados, destaca que os “diminutivos pejorativos” e os “diminutivos afetivos” são exclusivamente expressivos. Em “O vestido era de um **algodãozinho** ordinário” e “Vem, **filhinho**, a **sopinha** está pronta” (BASÍLIO, 1987: 75), por exemplo, afirma que os dados não possuem nenhum significado de dimensionamento, mas, sim, sentido emocional negativo (pejoratividade) e positivo (afetividade), respectivamente.

Em sua análise, a formação diminutiva sintética é marcada pela expressividade. Ao comparar sentenças como “Consegui comprar vinte **bonequinhas**” vs. “Consegui comprar vinte **bonecas pequenas**” (BASÍLIO, 1987: 85), defende-se que, mesmo quando indica dimensão menor (em relação a um padrão implícito), o meio morfológico de expressão é intimamente relacionado à subjetividade do falante. A construção analítica, por outro lado, denota tamanho pequeno de maneira objetiva/neutra.

Semelhantemente, Rocha (1994: 39/40), por sua vez, considera que, dentre os diversos matizes que -inho pode assumir, destacam-se pelo menos três usos:

- (1) Subjetivo – envolve a subjetividade do falante (carinho, amor, educação). Para ilustrar, o autor dá o seguinte exemplo: “– **Filhinho**, vai para a **caminha** tomar o seu **leitinho!**”;
- (2) Valorativo – expressa um julgamento de valor, seja ele positivo ou negativo, sobre um referente. O contraste de valoração pode ser observado em: “– Este é o **timinho** do meu coração!”, quando -inho é um sufixo melhorativo, em oposição a “– Este **timinho** viajou de ônibus!”, em que o sufixo é pejorativo;
- (3) Diminutivo – denota tamanho reduzido. Por exemplo, “– Ele mora naquela **casinha** da esquina”.

Essa natureza tríplice do sufixo de grau, segundo Rocha, constitui evidência suficiente para propor uma redenominação dos sufixos recorrentemente classificados como diminutivo ou aumentativo. Em consonância ao trabalho de Rosa (1982), o autor considera que “toda formação gradual complexa expressa necessariamente afetividade [...]” (ROCHA, 1994: 40). Dessa forma, sufixos de grau deveriam, na verdade, ser chamados de sufixos afetivos.

Loures (2000) também concebe o diminutivo como um dos recursos expressivos da língua. Enfatiza que os variados valores atitudinais são responsáveis pela alta produtividade dos afixos gradativos. Os sufixos de diminutivo se anexam a substantivos (“leizinha”), pronomes (“euzinho”), adjetivos (“mensalinho”), verbos (“dormindinho”), interjeições (“adeusinho”) para expressar conceitos emocionais positivos ou negativos.

Já Gonçalves (2008, 2011) tem como principal enfoque a discussão de critérios que apontam a natureza derivacional do grau. Para tal, o autor assume propostas como a de Bybee (1985), que advogam uma perspectiva em que a distinção flexão/derivação é gradiente e não estanque. Pressupõe-se a existência de um *continuum* em que cada um dos polos corresponde a um tipo de morfologia. Os diversos morfemas de uma língua se diferenciam pela proximidade ou distanciamento em relação aos eixos flexional e derivacional. Para o grau, Gonçalves (2008: 157) destaca que “nenhum teórico da atualidade, talvez em decorrência das inquestionáveis e consistentes argumentações de Mattoso Câmara Jr., considera a gradação morfológica um processo flexional”.

Na visão do autor, embora não constitua totalmente um processo de derivação, o grau possui mais propriedades de elementos prototípicos dessa espécie que das categorias flexionais. Pelo menos oito critérios podem ser utilizados para a classificação da gradação. Dentre eles, poucos, mais especificamente, três, a aproximam da flexão, ao passo que cinco definem seu caráter majoritariamente derivacional.

Assim como a flexão, os morfemas de grau (i) são produtivos; (ii) constituem o elemento mais proeminente da construção morfológica complexa; e (iii) não acarretam mudança de categoria da base¹. Em desacordo com Camara Jr (1970), que ressaltava uso limitado de diminutivos à sua época, pesquisas linguísticas, como Loures (2000) e Piza (2001), apontam que o sufixo -inho não possui restrições de aplicabilidade em larga escala, podendo ser acrescentado a várias categorias. No plano interpretativo, o conteúdo mais significativo em formações diminutivas é a base. Diferentemente do que ocorre com a derivação, o afixo não determina a interpretação da palavra resultante, mas mantém a semântica central da base ao acrescentar seu conteúdo (“jambeiro” vs. “carrinho”, por exemplo). Finalmente, a diminutivização mantém a classe da base (aquela_[pronome] → aquelazinha_[pronome]).

¹ Gonçalves (2008) não apresenta os parâmetros nessa ordem. Para facilitar a compreensão, seguimos numeração própria.

Contudo, as semelhanças dos afixos gradativos com a derivação predominam. Os critérios utilizados para essa constatação são os seguintes: (iv) obrigatoriedade sintática; (v) estratégias de materialização; (vi) regularidade semântica; (vii) recursividade; (viii) lexicalização.

O quarto parâmetro considera que apenas a flexão é requerida sintaticamente. Não sendo motivados por um contexto sintático, os morfemas de grau são concebidos como opcionais e dependentes exclusivamente da vontade do falante. O autor cita como exemplo casos em que não há concordância de grau entre nome-adjetivo: “menina bonitinha”, “menininha bonita” etc. O quinto leva em conta os meios de manifestação: formações flexionais somente ocorrem morfológicamente, já o conteúdo expresso por elementos derivacionais pode ser veiculado por outros meios. A possibilidade de exteriorização sintética ou analítica coloca o diminutivo mais próximo desses últimos.

O sexto postula que a flexão possui maior regularidade semântica. A derivação, contrariamente, é associada a conteúdos variados. Conforme defendido na literatura, os afixos gradativos são altamente expressivos, o que significa que imprimem diversos conceitos à base. Assim, o grau também é derivacional sob esse parâmetro. O sétimo também revela outro comportamento típico de derivação. Somente esta permite a reaplicação de morfemas. As categorias flexionais são mutuamente excludentes entre si. A co-ocorrência de sufixos de diminutivo, como em “vidinhazinha”, é perfeitamente possível na língua.

O critério (viii), por fim, diz respeito às arbitrariedades mais comumente observadas na derivação que na flexão. No aspecto semântico, as construções morfológicas diminutivas nem sempre possuem significado previsível, isto é, cujo produto seja a soma das partes. Em algumas ocorrências, o sufixo -inho atribui sentidos completamente inesperados. Como exemplos de diminutivos lexicalizados, citam-se “cozinha: ‘salgado’”, “folhinha: ‘calendário’”, “raspadinha: ‘jogo’”.

Portanto, o principal ponto de consenso entre as diversas análises é o de que morfemas avaliativos são marcados pela opcionalidade e irregularidade semântica. Além disso, de um modo geral, a posição da literatura sobre o tema é a de que o grau diminutivo em português brasileiro constitui um processo muito próximo do que se tem classificado como derivação.

3.3.2 Discussão

Esta dissertação propõe um novo viés de análise para os morfemas avaliativos. Conforme abordado anteriormente, a perspectiva predominante na literatura consultada é a da morfopragmática. As intenções e emoções subjetivas do falante ocupam lugar de destaque na obtenção do significado da forma complexa. Em oposição a essa postura, no próximo capítulo, mostraremos que é possível um tratamento semântico para os diminutivos do português brasileiro. Consequentemente, a classificação do grau frente às morfologias flexional e derivacional também será revista.

É possível introduzir, porém, a problematização que faremos quanto à ênfase que se tem dado à arbitrariedade de acionamento da morfologia avaliativa. Como uma das implicações do critério da relevância sintática, isto é, por não serem sintaticamente motivados, considerou-se que os diminutivos são facultativamente utilizados. Desse modo, o falante opta livremente por usá-los ou não. Também decorre de tal assunção a ideia de que a forma diminutiva, como forma derivada, pode ser perfeitamente substituída pela forma-base sem grandes problemas.

No entanto, os exemplos abaixo mostram que a intercambialidade entre forma não-diminutiva e forma diminutiva é, no mínimo, questionável no que diz respeito à interpretação:

- (4)
- a. O **menininho** bonito chegou cedo na escola.
 - b. O menino **bonitinho** chegou cedo na escola.
 - c. O menino bonito chegou **cedinho** na escola.
 - d. O menino bonito chegou cedo na **escolinha**.

É inegável que o diminutivo não desencadeia concordância sintática. Todavia, isso não deve significar irrelevância semântica no seu uso. Em cada uma das ocorrências, o sufixo de diminutivo modifica o significado de diferentes formas: “menininho” (1a), “bonitinho” (1b), “cedinho” (1c) e “escolinha” (1d). Mesmo admitindo, por ora, a abordagem pragmática, cada situação apresenta atitudes distintas frente a um determinado tipo de referente. O conteúdo proposicional de cada sentença não é exatamente o mesmo. Dessa forma, é preciso ressaltar a liberdade de escolha do acréscimo de diminutivo. A presença ou ausência desse morfema é significativa no plano interpretativo.

3.3.3 Guimarães & Mendes (2011): uma proposta de infixação

Guimarães & Mendes (2011), conforme reconhecido por eles próprios, defendem uma tese “heterodoxa” sobre o morfema de diminutivo ‘inh’ do português brasileiro. Consideram que os dados da língua são mais bem acomodados sob uma análise que tome os morfemas avaliativos como infixos. Antes de assumirem esse posicionamento, revisam, porém, as considerações teóricas das propostas tradicionais de sufixação.

Identificam-se duas hipóteses sufixativas: Hipótese Sufixativa Conservadora (HS-C) e Hipótese Sufixativa Radical (HS-R). De acordo com a primeira (ZANOTTO, 1986 *apud* GUIMARÃES & MENDES, 2011), a anexação do diminutivo não é dependente de contexto de inserção, mas segue apenas um “molde” de posições ordenadas segundo as regras da língua. Já a segunda (SILVA & KOCH, 1983 *apud* GUIMARÃES & MENDES, 2011) diz que a diminutivização leva em conta o gênero da raiz participante. Abaixo estão as ilustrações de cada modelo:

(5) HS-C

[raiz]	[grau]	[VF]	[Num]
gat-/bol-	∅	a	(s)
gat-/bol-	inh	a	(s)

(6) HS-R

[raiz] _[±FEM]	[VF]	[Num]
gat-/bol-	a	(s)
gat-/bol-	inha	(s)

A derivação exemplificada em (5) mostra que HS-C parte de uma estrutura morfológica dos nomes em que cada elemento mórfico já possui um lugar previsível. O espaço reservado para a morfologia avaliativa pode ser preenchido por um morfema relevante (diminutivo/aumentativo) ou -∅ (“grau normal”). Nessa mesma perspectiva, as possibilidades de inserção de morfema na posição reservada à vogal final são guiadas pelo sistema da língua, que admite -a, -e, -o ou -∅ como elemento final. Em (6), a forma que o sufixo de diminutivo

assume, -inho ou -inha, é condicionada pela raiz, que selecionará o primeiro se for especificada como masculina [- FEM] ou o segundo se for feminina [+ FEM].

Os autores destacam que as hipóteses sufixativas parecem estar em distribuição complementar. Suas (in)adequações teóricas se distinguem no que tange à capacidade explicativa de cada uma quanto à formação de (i) nomes masculinos terminados em -a (“poeta”, “problema”, “sistema”) e (ii) nomes terminados em -e na forma subjacente, isto é, inclusive aqueles cuja vogal se superficializa apenas na forma plural (“tigre”, “Matilde”, “colher(e)”). A Hipótese Sufixativa Conservadora consegue explicar os diminutivos formados a partir de (i), mas não dá conta dos construídos a partir de (ii). Já a Hipótese Sufixativa Radical não gera adequadamente diminutivos de (i), porém, cobre as formações derivadas de (ii)².

O elemento que encerra os diminutivos formados a partir de nomes masculinos terminados em -a é idêntico à vogal final da base (“problema → o probleminha”). Desse modo, não é o gênero da raiz em si que está em jogo, determinando -inho para masculino ou -inha para feminino, mas sim o elemento marcado já previsto pelo sistema (-a, -e, -o ou -ø) para ocupar a posição de gênero, neste caso, -a. Consequentemente, HS-C gera corretamente os dados: “probleminha”, “sambinha”, “atletinha”. HS-R, por sua vez, ao se basear unicamente no gênero da raiz, bloqueia o diminutivo em -inha por se tratar de formações masculinas, derivando erroneamente: “*probleminho”, “*sambinho”, “*atletinho”.

Contrariamente, os diminutivos formados a partir de nomes terminados em -e na forma subjacente nunca apresentam a vogal da forma primitiva (“tigre → *tigrinhe”). São os valores do traço de gênero associado à raiz, masculino [- FEM] ou feminino [+ FEM], que licenciam -inho ou -inha, respectivamente. Logo, HS-C sobregera dados como “*tigrinhe”, “*Matildinhe”, “*colherinhe”. Mas, HS-R prevê a geração correta desses diminutivos: “tigrinho”, “Matildinha”, “colherinha”.

A fim de que as hipóteses sufixativas superem suas limitações teóricas, Guimarães & Mendes (2011) propõem ajustes tanto ao sistema de HS-C como ao de HS-R. Regras morfológicas adicionais são postuladas para ampliação da cobertura empírica de cada modelo. Para a Hipótese Sufixativa Conservadora sugerem uma regra que garanta que a vogal final /e/,

² A análise de Guimarães & Mendes (2011) também inclui considerações sobre nomes femininos terminados em -o e a variação dialetal que esses dados apresentam na formação do diminutivo: foto → fotinha/fotinho, moto → motinha/motinho. Por uma questão de recorte teórico-argumentativo, exporemos somente os pontos destacados em (i) e (ii).

marcadamente em presença do morfema de diminutivo (DIM), seja realizada como [o] ou [a] com base no gênero. Já para a Hipótese Sufixativa Radical, incluem uma regra que possibilita que nomes masculinos, excepcionalmente os terminados em -a, formem diminutivos em -inha. Em (7) e (8), ilustram-se os respectivos mecanismos adicionais:

(7) {VF /e/} → X/ {raiz nominal do gênero α} {DIM} __

onde X = {^{VF}/o/} *elsewhere*

X = {^{VF}/a/} se α = [+ FEM]

(8) {^{VF}/_{-low}} → X/ {raiz nominal do gênero α} {DIM} __

onde X = {^{VF}/o/} *elsewhere*

X = {^{VF}/a/} se α = [+ FEM]

Contudo, alternativamente, embora discutida por poucos, os autores ressaltam ser possível lançar mão de uma Hipótese Infixativa (HI) para explicar os dados. Nessa abordagem (MONTEIRO, 1998 *apud* GUIMARÃES & MENDES, 2011), inicialmente, combinam-se raiz e vogal final, formando uma base complexa cuja estrutura interna se torna opaca no ciclo derivacional subsequente. O morfema de diminutivo ‘inh’, analisado como infixo, então, insere-se no interior dessa base. A representação exposta abaixo busca captar os estágios derivacionais mencionados:

(9) HI

[raiz] →	[raiz]	+	[VF] →	[[raiz] [VF]] →	[[raiz] [grau] [VF]]
gat-/bol-	gat-/bol-	a	gat-/bol-	a	gat-/bol- -inh- a

A Hipótese Infixativa parece ser uma “variante notacional” da Hipótese Sufixativa Conservadora. Ambas compartilham das mesmas vantagens e impasses. Assim como HS-C, HI dá conta da geração de dados gramaticais no que se refere aos diminutivos formados de nomes masculinos terminados em -a. Uma dada raiz (problem-, samb-, atlet-) se amalgama à vogal final relevante (-a) e, posteriormente, ‘inh’ é infixado entre esses dois elementos,

produzindo adequadamente: “probleminha”, “sambinha”, “atletinha”. Outra semelhança é que HI também prevê incorretamente a formação de diminutivos com a vogal final -e a partir de nomes que possuem tal elemento final subjacentemente: *tigrinhe, *Matildinhe, *colherinhe.

Assim, o ajuste implementado à HS-C deve ser estendido à HI. Com o propósito de que HI não se limite empiricamente, a regra adicional apresentada em (3) é aplicada ao modelo em questão para que a vogal /e/ seja reinterpretada nos diminutivos, com a formação de -inho ou -inha.

As três propostas podem ser teoricamente sustentadas com as devidas adaptações técnicas. Guimarães & Mendes (2011), no entanto, argumentam em favor da Hipótese Infixativa em detrimento das sufixativas. Primeiramente, consideram HS-R anti-natural. Enquanto o mecanismo adicional de HS-C e HI leva em conta o gênero, comportamento característico da língua, a regra morfológica estipulada para HS-R (cf. (4)) se baseia em uma espécie de concordância fônica, que não é prevista pelo sistema. Descartam, portanto, essa última hipótese.

Restando HS-C e HI, defende-se que esta apresenta vantagens sobre aquela. Os autores problematizam a definição de infixo, questionando a restrição que tecnicamente assume que esse tipo de morfema somente se anexa no interior de bases monomorfêmicas. Tomam, porém, esse mesmo comportamento como favorável à tese que defendem.

Empiricamente, somente HI consegue dar conta de dados monomorfêmicos. Os diminutivos exemplificados em (10), portanto, não podem ser acomodados por nenhuma das abordagens sufixativas:

- (10) a. Lucas → Luqu-inh-a(s)
 b. Carlos → Carl-inh-o(s)
 c. Marcos → Marqu-inh-o(s)
 d. Guarulhos → Guarulh-inh-o(s) ?

Ainda segundo a proposta, outras unidades também monomorfêmicas, como advérbios e formas verbais gerundivas, podem ser internamente acrescidas de ‘inh’. Os dados fornecidos são os seguintes:

- (11) a. O Gesoel e a Ana estão [[namor][a][nd[**inh**]o]] no sofá.

b. Eu vou tomar banho [agor[**inh**]a] mesmo.

c. Ele vem [bajul[a][nd[**inh**]o]] a Ana todos os dias.

No que concerne ao aspecto semântico, Guimarães & Mendes (2011) trazem alguns questionamentos. Para o significado dos dados listados acima, elencam três ocorrências de ‘inh’: diminutivo afetivo (11a), encurtador de intervalo temporal (11b) e depreciativo (11c). Assim, indagam, ainda que brevemente, a respeito de como o sistema calcularia formalmente cada um desses significados: pela semântica composicional ou pragmática? Especificamente, perguntam: “qual é o significado básico de ‘inh’? Será que estamos diante do mesmo ‘inh’ em todos os casos?”.

Concluem, então, que ainda há muito a ser descoberto por pesquisas futuras. As diferentes nuances de ‘inh’ devem ser investigadas a fim de que se possa esclarecer como são computadas linguisticamente. Em relação às análises concorrentes (sufixativa conservadora, sufixativa radical e infixativa), todas três precisam ser ajustadas para que possam explicar os fatos. Entretanto, a Hipótese Infixativa se mostra mais vantajosa por somente ela acomodar dados da língua não-triviais.

3.3.4 Discussão

Conforme Guimarães & Mendes (2011) destacam, a análise dos dados sob uma abordagem infixativa quase nunca é considerada na literatura. Como um tratamento alternativo inicial para os diminutivos, é inegável a relevância teórica da proposta defendida. Nesse sentido, logicamente, para que seu *status* entre os estudos morfológicos seja equiparado ao das hipóteses sufixativas, a formulação de maiores refinamentos é indispensável.

Uma constatação bastante interessante a que os autores chegam é a de que, seja qual for o quadro teórico que se adote, não há como fugir da postulação de mecanismos adicionais no sistema. As vogais finais -o e -a expressam, respectivamente, masculino e feminino, mas não para todos os casos. A primeira marcação excepcional a ser feita, então, é garantir que nomes masculinos terminados em -a (e nomes femininos terminados em -o), previstos na língua independentemente do não-atendimento ao padrão, sejam derivados.

Além disso, a superficialização da vogal final -e em formas simples frente ao não aparecimento dessa vogal nas formações diminutivas constitui mais um desafio à

sistematização. Se se assume que -e é uma opção de realização da vogal final da língua, não se explica, sem a postulação de regras adicionais, por que o diminutivo não mantém tal elemento. Por outro lado, se se assume que a vogal final leva em conta a informação de gênero, com o padrão -o para o masculino, -a para o feminino e possíveis marcações especiais, a forma diminutiva é atendida, mas a forma primitiva fica sem explicação técnica.

Guimarães & Mendes (2011) reconhecem que os argumentos que sustentaram podem ser aprofundados por trabalhos futuros. A predileção pela hipótese infixativa, por exemplo, precisa ser ainda mais bem justificada. A maior vantagem dessa análise apontada é o fato de apenas ela dar conta de dados monomorfêmicos. Entretanto, os próprios autores destacam exceções em que o diminutivo não é formado simplesmente pelo acréscimo de ‘inh’ no interior de uma base monomorfêmica: “César → *Ces-inh-ar/Cesinha”; “Rubens → Rubenzinho/Rubinho”. A princípio, parece que, mais uma vez, seria necessário lançar mão de outras operações morfológicas que garantam o ‘apagamento’ de elementos da base na formação diminutiva.

Maiores esclarecimentos acerca do sistema de derivação dos dados não-nominais (“namorandinho”, “bajulandinho”) também precisam ser feitos. Segundo a hipótese infixativa, a raiz e a vogal final formam uma única unidade em algum ponto da derivação, sendo o diminutivo, posteriormente, anexado no interior dessa base monomorfêmica. A pergunta que fica em aberto é: também existe a possibilidade de que o mesmo aconteça em relação a outros morfemas, com [raiz + VF + outros morfemas] formando um complexo singular antes da inserção de ‘inh’? Se não há tal opção, então, o objeto [[[raiz] [VF]] [gerúndio]] é plurimorfêmico. Com isso, não se pode dizer que ‘inh’ se insere à unidade monomorfêmica –ndo porque tal morfema não constitui uma unidade, mas, sim, parte de um objeto maior por estar associado à raiz-VF. Desse modo, é necessário fornecer mais detalhes a respeito das etapas de derivação de palavras complexas de modo que ainda seja válido considerar o morfema de diminutivo como infixado.

As indagações sobre as contribuições semânticas do diminutivo, por sua vez, são extremamente pertinentes. No próximo capítulo, sob um tratamento semântico em detrimento do pragmático, mostraremos que é possível sistematizar o sentido básico desse morfema.

3.3.5 Armelin (2015): gênero e morfologia avaliativa

Em sua tese de doutorado, Armelin (2015) propõe uma abordagem sintática para os aumentativos e os diminutivos do português brasileiro. Mais especificamente, o enfoque desse trabalho gira em torno da interação entre gênero e morfologia avaliativa, a qual é defendida como essencial para a compreensão das formações aumentativas e diminutivas³.

A referida pesquisa adota os pressupostos da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993, 1994 e literatura subsequente). Conforme já mencionado anteriormente, esse quadro teórico se caracteriza por assumir a Sintaxe como único módulo gerador de expressões linguísticas, tanto as de nível morfológico, quanto as de nível sentencial. Inicialmente, os primitivos gramaticais, raízes e traços morfossintáticos abstratos, armazenados na lista 1, sofrem pelo menos duas operações sintáticas: *Merge* ‘concatenar’ e *Copy* ‘copiar’.

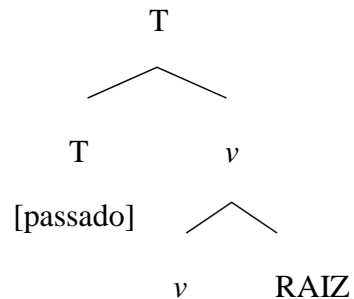
Assume-se que raízes são desprovidas de quaisquer informações gramaticais antes da derivação sintática. A concatenação desses elementos a núcleos categorizadores especializados (*n*, *v*, *a*) é o que permite a superficialização de diferentes categorias (nome, verbo, adjetivo). Uma vez já arranjada sintaticamente, a estrutura abstrata é enviada à Estrutura Morfológica, onde poderá ser manipulada, por operações morfológicas (*fission* ‘fissão’, *impoverishment* ‘empobrecimento’ etc.), antes do recebimento da interpretação fonológica, em PF. Nesse momento da derivação, isto é, tardiamente, acontece a realização fonológica dos terminais sintáticos com a inserção de itens de vocabulário da lista 2 (*vocabulary insertion* ‘inserção vocabular’). Finalmente, a interpretação semântica, em LF, utiliza as informações quanto às possibilidades de significado da lista 3, Enciclopédia.

No entanto, ressalta-se também a utilização das ideias de Borer (2013a), um modelo particular da abordagem sintática de formação palavras. Embora compartilhe várias características da Morfologia Distribuída, esse referencial teórico se distingue por pelo menos duas postulações. Considera-se que (i) as raízes podem ser fonologicamente individuadas na sintaxe e (ii) a categorização desses elementos dispensa a presença de um núcleo categorizador especializado, já que os próprios núcleos funcionais – como D, T, por exemplo – são capazes de cumprir tal tarefa. Para ilustrar essa última propriedade, a comparação

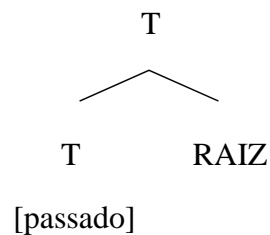
³ Tanto a apresentação quanto a discussão da proposta de Armelin (2015) terão como recorte as considerações sobre os diminutivos, foco da análise desta dissertação.

apresentada pela autora quanto à formação do passado no inglês nas duas análises é bem ilustrativa:

(12) a. categorização de raízes na Morfologia Distribuída



b. categorização de raízes no modelo de Borer (2013a)



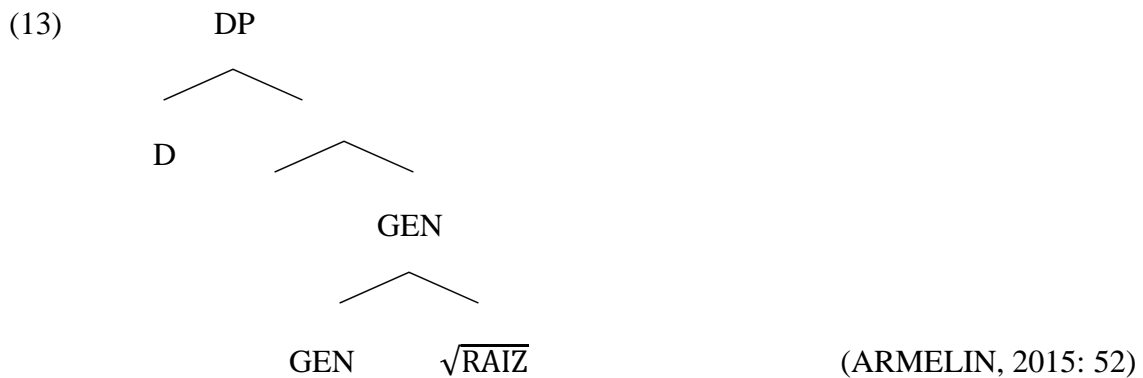
Segundo Armelin (2015), as formações avaliativas podem assumir diferentes configurações a depender da relação que estabelecem com gênero. Entre os diminutivos, por exemplo, a autora aponta uma distinção de comportamento clara. Aqueles formados por *-inh* apresentam a mesma vogal final das formas primitivas (“problemaa → probleminhaa”); os formados por *-zinh*, contudo, seguem o padrão *default* de gênero da língua, com *-o* para o masculino e *-a* para o feminino (“problema → problemazinho”).

Assim, como as considerações sobre morfologia avaliativa estão estritamente pautadas em assunções sobre gênero, primeiramente se faz necessário apresentar a proposta da autora em relação a esse último fenômeno. A vogal final dos nomes do português brasileiro tem recebido duas classificações na literatura: vogal temática e gênero. Esta considera unicamente a distinção masculino/feminino. Aquela pode distinguir quatro agrupamentos (ALCÂNTARA, 2010): classe I, marcada pela vogal átona final *-o* (“quadro”, “tribo”); classe II, definida pela vogal *-a* (“drama”, “fada”); classe III, identificada pela vogal *-e* (“basquete”,

“cidade”) ou classe IV, cujos representantes não dispõem de morfema de classe formal (“bagagem”, “chá”).

Armelin (2015) defende uma proposta de unificação entre vogal temática e gênero em favor deste. Considera injustificável a rotulação da vogal final dos nomes como vogal temática devido à sua falta de motivação formal. Enquanto morfemas de classe são postulados com base exclusivamente no critério de terminação fonológica, o traço de gênero parece ser gramaticalmente mais relevante, uma vez que produz efeitos sintático-semânticos, como a concordância.

Propõe-se, então, uma estrutura sintática dos nominais portugueses que assume a adjunção de uma raiz a um núcleo funcional de gênero (GEN). Esse núcleo é responsável por atribuir categoria nominal à raiz, bem como estabelecer concordância entre o nome, o determinante e seus modificadores.



A realização fonológica desse objeto abstrato organizado sintaticamente segue o que ficou conhecido como “Princípio do Subconjunto” (*Subset Principle*, do inglês), de Halle (1997), que diz o seguinte:

“o expoente fonológico de um Item de Vocabulário é inserido numa posição se o item satisfaz todos ou um subconjunto de traços especificados naquela posição. A inserção não acontece se o Item de Vocabulário contiver traços não presentes no morfema. Onde vários Itens de Vocabulário satisfazem as condições de inserção, o item que respeita o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido” (tradução nossa)⁴.

⁴ No original: “The phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a position if the item matches all or a subset of the features specified in that position. Insertion does not take place if the Vocabulary Item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary Items meet the conditions for

Desse modo, a depender do contexto morfossintático, duas possibilidades de inserção vocabular são estabelecidas para o núcleo GEN. Uma delas leva em conta o padrão geral da língua, com os itens de vocabulário -o, para o masculino, e -a, para o feminino. A outra, por sua vez, obedece a configurações locais especificadas por determinadas raízes. Nesse caso, contrariamente ao padrão esperado, o item -o realiza o gênero feminino (como em “foto”, “libido”, “tribo”) e -a expressa o masculino (como em “fantasma”, “mapa”, “planeta”). Para ilustrar, a distribuição dos expoentes fonológicos de gênero pode ser vista em (3) abaixo:

- (14) a. $/o//$ *default*
 $[m]_{\text{gen}} \leftrightarrow -$
 $/a// \{ \sqrt{\text{MAP}}; \sqrt{\text{FANTASM}}; \sqrt{\text{PLANET}}; \sqrt{\text{PROBLEM}} \text{ etc.} \}$
- b. $/a//$ *default*
 $[f]_{\text{gen}} \leftrightarrow -$
 $/o// \{ \sqrt{\text{FOT}}; \sqrt{\text{LIBID}}; \sqrt{\text{MOT}}; \sqrt{\text{TRIB}} \text{ etc.} \}$

No que se refere aos nomes terminados em -e, a autora não inclui a referida vogal entre os itens realizadores de gênero. Defende, porém, duas explicações para seu aparecimento. A vogal -e pode ser adicionada no componente morfológico, caso em que deve ser analisada como elemento epentético, para que se garanta que certas raízes, como art-, club-, febr-, nev-, sejam encerradas por elemento vocálico e, conseqüentemente, atendam ao padrão silábico da língua. Ou, para casos em que -e surge independentemente de uma necessidade de boa formação estrutural, como o que se observa nos nomes “doce”, “pele”, “folclore”, a alternativa é dizer que a vogal faz parte da própria raiz.

Ainda para justificar seu posicionamento de que -e não expressa gênero, a pesquisadora utiliza o diminutivo como diagnóstico para a identificação de “legítimos” expoentes do núcleo GEN. Nomes com -e final sempre formam diminutivos ou em -o ou em -a: “pente” → “pentinho/*pentinhe”, “parede” → “paradinha/*paredinhe”. Por não se superficializar na forma diminutiva, -e não é considerado uma opção de realização de gênero. Ocupa o núcleo GEN, em seu lugar, o morfema -ø. Isto é, postula-se que tanto os nomes

insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen”.

terminados em -e como os nomes sem elementos vocálicos finais – os tradicionalmente chamados de “atemáticos” – têm seus núcleos de gênero realizados por -ø:

$$(15) /ø/ \rightarrow \{\sqrt{\text{ART}}; \sqrt{\text{PEL}}; \sqrt{\text{FLOR}}; \sqrt{\text{CLUB}}; \sqrt{\text{DOC}}; \sqrt{\text{MAR}} \text{ etc}\}^5.$$

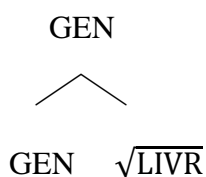
Armelin (2015) explicita mais considerações para a implementação de seu sistema unificado. A primeira delas diz respeito às contribuições interpretativas do núcleo GEN. Partindo da premissa de que gênero linguístico tem como significado básico gênero biológico, considera que GEN pode ser composicionalmente ou não-composicionalmente interpretado. Nesta situação, imprevisivelmente, segundo sua proposta, a vogal final não expressa gênero biológico, uma vez que seus referentes são inanimados, como o que acontece com os pares “bolso/bolsa”, “barco/barca”. Naquela, GEN, por estar associado a raízes que se referem a seres animados, indica, previsivelmente, o sexo dos referentes, como em “menino/menina”, “gato/gata”.

Essas diferenças interpretativas são utilizadas como pano de fundo para o que sugere como possíveis especificações do traço de gênero. Postula-se que o núcleo GEN pode ser (i) isoladamente especificado para [masculino], (ii) isoladamente especificado para [feminino] ou (iii) duplamente especificado para {[masculino] e [feminino]}. Os dois primeiros tipos de especificação traduzem a não-composicionalidade semântica. Já a bivalência possibilita o contraste biológico masculino/feminino, ou seja, está relacionada à composicionalidade. Neste caso, um dos traços é realizado – [masculino] ou [feminino] – enquanto a contraparte de gênero distinto fica disponível no sistema como potencialmente prevista na língua.

Em (16) e (17), apresentamos as representações estruturais para cada tipo de especificação evidenciadas em Armelin (2015: 77/78):

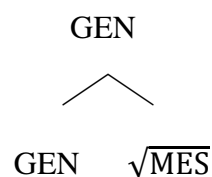
(16) núcleo de gênero isoladamente especificado

a. LIVRO



[m] → /o/

b. MESA

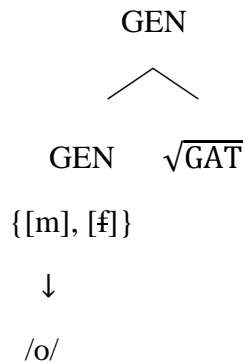


[f] → /a/

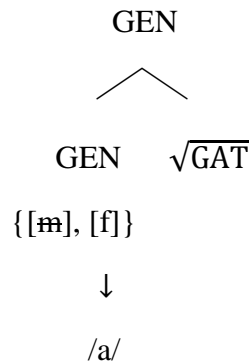
⁵ No modelo de Armelin (2015), o morfema -ø é um expoente de gênero que pode ser associado tanto a raízes que formam nomes masculinos (“clube”, “mar”) quanto a raízes que resultam em nomes femininos (“arte”, “flor”).

(17) núcleo de gênero duplamente especificado

a. GATO

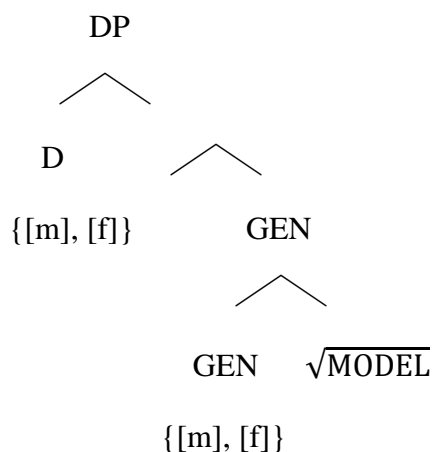


b. GATA

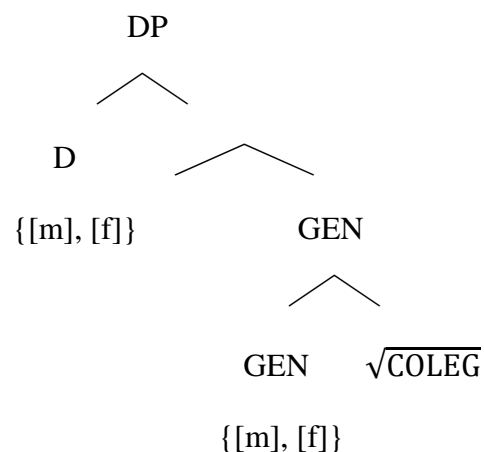


Armelin (2015) também busca analisar os nomes que exibem a mesma forma morfofonológica tanto para o masculino quanto para o feminino, como “modelo”, “colega”, “chefe”. Propõe que o contraste de gênero, nesses casos, não é expresso pela vogal final, mas sim pela flexão do determinante (ou modificadores). Assim, como as raízes dos nomes em questão denotam ser animado e podem formar pares masculino/feminino com o contraste do artigo, aproxima a derivação dos exemplos mencionados à configuração de (17), isto é, trata-se de dupla especificação, com interpretação composicional, podendo o determinante ser mapeado como “o” ou “a”:

(18) a. O/A MODELO



b. O/A COLEGA



(ARMELIN, 2015: 79)

A realização fonológica do núcleo GEN dos dados acima, por sua vez, é condicionada localmente pela raiz. A autora coloca nomes como “modelo” e “colega” no mesmo grupo de “tribo” e “mapa”, respectivamente. Do mesmo modo que a vogal final destes termos é

contextualmente marcada, os itens de vocabulário inseridos naqueles, /o/ para model- e /a/ para coleg-, são especificados pelas raízes relevantes. Listam-se as vogais finais dos nomes em análise da seguinte forma (ARMELIN, 2015: 80):

- (19) a. GEN \leftrightarrow o/ \sqrt{TRIB} , \sqrt{LIBID} , \sqrt{MODEL} , \sqrt{PILOT} etc.
 b. GEN \leftrightarrow a/ \sqrt{MAP} , \sqrt{COMET} , \sqrt{POET} , \sqrt{COLEG} etc.

Finalmente, uma vez expostas as ideias que servirão de base para os argumentos de Armelin (2015), concentremos a atenção na análise da referida proposta sobre os diminutivos do português brasileiro. A principal hipótese é a de que a vogal que completa os morfemas avaliativos -inh e -zinh revela diferentes estruturas sintáticas desses sufixos, que captam as relações destes com o núcleo GEN.

Para a derivação das formações diminutivas, contudo, destacam-se, algumas propriedades empíricas. Primeiramente, um comportamento bastante notável é o fato de diferentes categorias gramaticais permitirem construções com o morfema de diminutivo – nome: “menino \rightarrow menininho”; adjetivo: “bonito \rightarrow bonitinho”; advérbio: “agora \rightarrow agorinha”; particípio: “arrumado \rightarrow arrumadinho”; gerúndio: “namorando \rightarrow namorandinho”. Outra característica que pode ser observada é a manutenção da categoria da base na formação da palavra complexa.

Ao se ater às construções participiais, a autora aponta que a possibilidade de anexação de morfema avaliativo está relacionada à presença de traços nominais na forma-base. Os participios formados com os auxiliares “ser/estar” se distinguem daqueles combinados com os auxiliares “ter/haver” por apenas os primeiros poderem ser flexionados em gênero e número. Interessantemente, somente “ser/estar” permitem que seus participios sejam diminutivizados. Dessa forma, constata-se a necessidade da existência de traços nominais na forma primitiva para que haja o licenciamento do diminutivo. Tais ponderações estão ilustradas em (20):

(20) construções participiais

SER/ESTAR

TER/HAVER

a. A documentação foi conferida

a'. Ela tem corrido/*a todos os dias

b. A documentação foi conferidinha

b'. *Ela tem corridinho todos os dias

c. A comida está pronta

c. Ela já havia saído/*a

d. A comida está prontinha

d. *Ela já havia saidinho

No que se refere ao gênero, observa-se a preservação dessa informação gramatical na forma diminutiva. A inserção da vogal final de construções avaliativas com -inh tanto segue o padrão geral da língua, -o para o masculino e -a para o feminino (“livro → livrinho”, “mesa → mesinha”), como obedece às especificações quanto às raízes da formação, -o para o feminino e -a para o masculino (“tribo → tribinho”, “mapa → mapinha”). Isso significa que a forma não-diminutiva e a forma diminutiva possuem o mesmo expoente fonológico de gênero.

Também se discute a natureza formal do diminutivo com vistas a identificar qual deve ser sua posição sintática nas estruturas em que figura. Ao compará-lo com gênero e número, a autora considera que “o diminutivo não deve ser considerado um traço sintaticamente ativo”. Três critérios são adotados para a tomada dessa conclusão: (i) obrigatoriedade, (ii) concordância e (iii) recursividade.

Enquanto gênero e número são obrigatórios, estabelecem concordância sintática e não são empregados recursivamente, o diminutivo, contrariamente, em sua visão, é opcional, não desencadeia concordância e pode ter aplicação recursiva. Os nomes necessariamente apresentam marcações referentes aos dois primeiros conceitos gramaticais. Em contrapartida, argumenta que as estruturas nominais são bem formadas mesmo com a ausência do morfema de diminutivo, o que não justificaria a postulação de um traço [\pm DIM].

No interior de um sintagma, gênero e número são informações relevantes segundo as quais os termos se flexionam. Já o diminutivo não exige que os demais elementos exibam a mesma variação formal: “O menino bonito acordou bravo” vs. “O menininho bonito acordou bravo” (ARMELIN, 2015: 113).

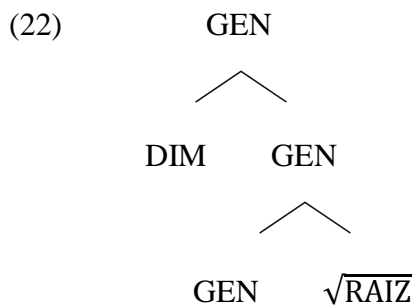
Por fim, a possibilidade de haver mais de uma marcação de diminutivo na mesma palavra constitui mais um motivo para a separação desse morfema de gênero e número. Os exemplos fornecidos por Armelin (2015: 113) para a recursividade no uso de -inh são os seguintes:

(21) a. “Gostar do carinha bonzinho e da **menininhinha** certa todo mundo quer” (tirado do Facebook).

b. “Eu que não quero nem posso ter um **cachorrinhinho** desses [...]” (tirado do Facebook).

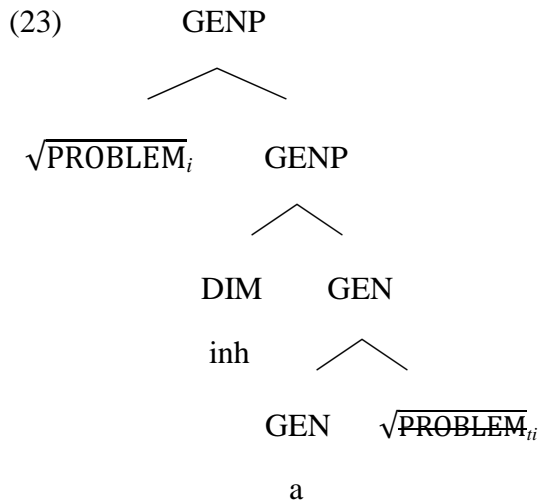
Dessa forma, Armelin (2015) busca propor uma estrutura sintática para formações diminutivas com *-inh* que respeite as constatações empíricas abordadas acima. Como a raiz determina a realização fonológica do núcleo GEN, esses dois elementos devem estar localmente adjungidos um ao outro. A presença do núcleo de gênero categoriza a raiz e licencia a construção avaliativa. Além disso, de modo a garantir que a vogal final que completa o diminutivo seja a mesma associada à base, isto é, para que o expoente de GEN dos diminutivos também seja condicionado pela raiz (conforme fica evidenciado nos casos não-*default*), o núcleo de diminutivo (DIM) deve compartilhar estruturalmente o núcleo GEN da raiz. O rótulo do objeto sintático [DIM, GEN], por sua vez, não pode ser [DIM], por não haver motivações, com base nos argumentos utilizados, para incluí-lo como parte da projeção estendida do nome.

A seguinte estrutura, então, é postulada para a derivação dos diminutivos em *-inh* (ARMELIN, 2015: 120):



A posição alta do núcleo DIM na estrutura acima é justificada como vantajosa devido ao seu escopo sobre o complexo formado pela raiz e gênero, garantindo-se que a semântica da forma diminutiva tenha relação com a da forma não-diminutiva. Um aparente problema para a estrutura, no entanto, diz respeito à ordem linear. A previsão que a configuração traz é a de que a ordem a ser derivada será a sequência agramatical *raiz-gênero-diminutivo. Por conta disso, a autora propõe mecanismos de movimento responsáveis pela derivação da forma de superfície raiz-diminutivo-gênero.

Sugere-se, então, a subida da raiz nas formações diminutivas. A raiz se move como um sintagma para a posição irmã de uma projeção máxima GENP. Desse modo, ela ‘pula’ o núcleo GEN, conferindo a ordem linear correta raiz-diminutivo-gênero, como ilustrado em (23):



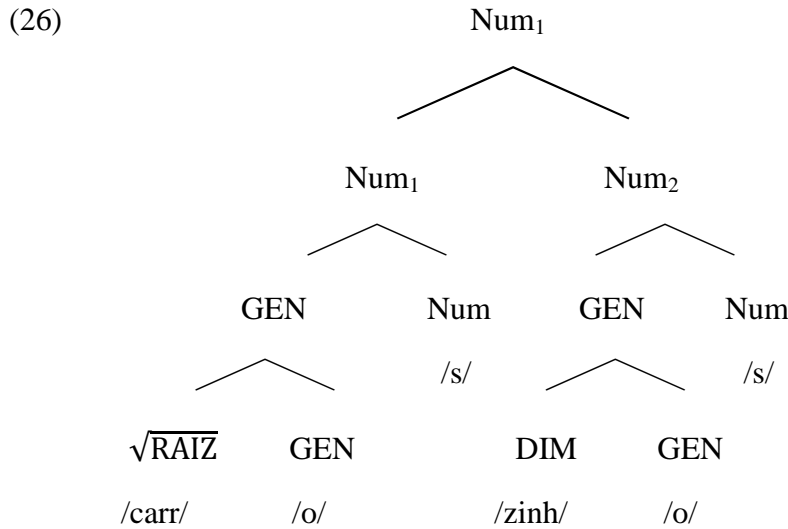
Feitas essas considerações sobre -inh, é possível passar ao exame das formações avaliativas introduzidas pela consoante -z (-zinh). Algumas diferenças podem ser observadas nessas construções. Uma delas diz respeito às relações estabelecidas entre -zinh e o núcleo GEN. Diferentemente de -inh, esse morfema não é completado pela mesma vogal que encerra a raiz. Além disso, a forma de *output* apresenta tanto a vogal associada à raiz quanto a vogal do próprio sufixo de diminutivo. Os dados abaixo constituem exemplos dessas duas situações empíricas descritas. Mais especificamente, os listados em (24a) evidenciam a primeira; os de (24b), a segunda:

- (24) a. problemazinho; artistazinho; tribozinha; fotozinha; peix(o)ezinho; cidad(o)ezinha.
 b. bolhazinha; cartolazinha; meninozinho.

Fonologicamente, a autora considera que -inh e -zinh apresentam comportamentos distintos frente a número. Somente este, em sua visão, pode ser antecedido por alterações morfofonológicas desencadeadas pela pluralização:

- (25) a. pastel → pastéis → pasteizinhos/pastelzinhos
 b. avião → aviões → aviõezinhos/aviãozinhos

Assim, a estrutura sintática proposta para as formações com -zinh deve levar em conta o fato de que o diminutivo possui seu próprio núcleo de gênero, independente do núcleo GEN associado à raiz. Além disso, deve-se garantir que marcações de número plural possam aparecer tanto antes de -zinh (alterações morfofonológicas) como após esse morfema (-s). A representação em (26) busca captar tais fatos (ARMELIN, 2015: 172):



Output: carrozinhos

Em relação às propriedades semânticas, mais uma vez, opera-se com a distinção composicionalidade/não-composicionalidade. A assimetria entre *-inh* e *-zinh* está no fato de este somente poder ser composicionalmente interpretado, ao passo que aquele admite as duas possibilidades de interpretação. Um dos exemplos é o par “beijinho/beijozinho”. O primeiro termo pode significar, composicionalmente, “beijo pequeno” ou, não-composicionalmente, “tipo de doce”. Já o segundo possui apenas a acepção de “beijo pequeno”.

Assumindo Borer (2013a), Armelin considera que os sentidos, ou conteúdo, são calculados localmente, em configurações sintáticas específicas. Nesse sistema, a delimitação para a interpretação não-composicional é o segmento mais baixo da projeção estendida. Isso decorre da assunção de que a atribuição de significado é realizada no momento em que um núcleo funcional entra na estrutura sintática, devendo o significado atribuído ser carregado por toda a derivação.

A autora, então, faz uma ressalva à estrutura sugerida para formações diminutivas com *-inh* (cf. (22)). O núcleo GEN intervindo entre DIM e a raiz seria um problema para a possibilidade de interpretação não-composicional. Para evitá-lo, propõe que a não-composicionalidade seja capaz de ser licenciada a núcleos integrantes da primeira projeção estendida. Como DIM, em sua análise, está sob a dominância de GEN, garante-se a atribuição de leitura não-composicional a ele.

Também é revista a estrutura defendida para as formações em *-zinh*. Nesse caso, entretanto, expõe-se mais um argumento em favor da representação estabelecida (cf. (14)). A

maior quantidade de material sintático que intervém entre DIM e a raiz explica por que o morfema -zinh não desencadeia interpretação não-composicional.

3.3.6 Discussão

Passemos agora à análise das considerações de Armelin (2015). Por um lado, destacamos a preocupação desse trabalho em sistematizar formalmente, sob os pressupostos teóricos que adota, as construções avaliativas. Bastante notável também é a originalidade das ideias defendidas. Mas, por outro, chamaremos atenção para alguns pontos da referida proposta que, a nosso ver, merecem maiores esclarecimentos.

Seguindo a mesma sequência em que apresentamos a análise em discussão na subseção anterior, o que se destaca logo de início são as possibilidades de realização fonológica do núcleo GEN. Três expoentes podem ocupar o núcleo GEN:

- (27) a. [m]/ *default*
 -o ↔ -
 [f]/ { $\sqrt{\text{FOT}}$; $\sqrt{\text{LIBID}}$; $\sqrt{\text{MOT}}$; $\sqrt{\text{TRIB}}$ etc.}
- b. [f]/ *default*
 -a ↔ -
 [m]/ { $\sqrt{\text{MAP}}$; $\sqrt{\text{FANTASM}}$; $\sqrt{\text{PLANET}}$; $\sqrt{\text{PROBLEM}}$ etc.}
- c. [m]/ { $\sqrt{\text{CLUB}}$; $\sqrt{\text{DOC}}$; $\sqrt{\text{MAR}}$ etc.}
 -∅ ↔ -
 [f]/ { $\sqrt{\text{ART}}$; $\sqrt{\text{PEL}}$; $\sqrt{\text{FLOR}}$ etc.}

Segundo a proposta, o diminutivo serve como diagnóstico para a postulação de morfemas realizadores de gênero. Sempre que um diminutivo é formado a partir de um nome terminado em -e, o expoente de gênero segue o padrão geral da língua, com -o para o masculino (“clube → clubinho”) e -a para o femininino (“chave → chavinha”). Ou seja, por

não haver diminutivização em -e (*-inhe), essa vogal não é incluída entre os expoentes de GEN, sendo sua superficialização observada em alguns nomes da língua explicada sob aspectos fonológicos.

Uma das constatações centrais defendidas por Armelin (2015) é a de que a peça fonológica que ocupa o núcleo de gênero de construções avaliativas em -inh e o item que realiza o núcleo GEN da base são correspondentes. No entanto, no caso dos nomes terminados em -e, a vogal que encerra a forma diminutiva não corresponde à vogal final da forma não-diminutiva; conseqüentemente, os respectivos expoentes de GEN, /o/ ou /a/ vs. /ø/, não são idênticos.

Quanto às considerações sobre os diminutivos, discordamos de algumas posições. Adiantando uma tese que será elaborada no próximo capítulo, a comparação feita entre gênero, número e diminutivo não pode ser tomada como argumento para se postular que o morfema avaliativo não constitui núcleo de uma projeção própria. É inegável, no entanto, que existam diferenças sintáticas entre cada um.

Em termos de obrigatoriedade sintática, realmente, o diminutivo parece não ser motivado pelo contexto oracional. Conseqüentemente, também a concordância entre os vários expedientes sintáticos não é, necessariamente, observada. A total opcionalidade da expressão de grau, porém, é questionável. Semanticamente, tal conceito é relevante.

Não se deve adotar exclusivamente o critério sintático. Motivação semântica – mas, não sintática – pode ser observada no comportamento de núcleos que rotulam a projeção estendida em que figuram. Por exemplo, os morfemas de tempo que expressam pretérito imperfeito no português brasileiro, -va (1ª conjugação) e -ia (2ª e 3ª conjugações), ocupam o núcleo da projeção de tempo da estrutura verbal (T); contudo, não possuem motivação sintática:

(28) a. João **estudava** todos os dias pela manhã.

b. João **vendia** verduras todos os dias pela manhã.

Os dados acima mostram que o emprego das flexões verbais -va e -ia é semanticamente determinado. Não é a construção sintática que os impõe. Note que, por exemplo, nas sentenças sob análise, o tempo presente, em vez do passado, seria perfeitamente

possível: “João **estuda** todos os dias pela manhã”/ “João **vende** verduras todos os dias pela manhã”.

No que diz respeito à recursividade, cabe uma caracterização mais coerente com a realidade empírica dos dados. Para relembrar, a autora fornece os seguintes exemplos: “menininha” e “cachorrinho”. Não nos parece espontânea a produção de construções com dois morfemas *-inh* consecutivos. Mais naturalmente, os dados reais da fala são mais prováveis que sejam construções com *-inh* seguido de *-zinh*: “meninhazinha”, “cachorrinhozinho”⁶.

Armelin (2015) defende que não há argumentos para a postulação do traço [– DIM]. Sustenta-se, então, que a expressão de grau é dispensável à estrutura sintática. Entretanto, no capítulo 4, mostraremos, com base em Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005), que toda categoria sintática prevê, mesmo que não esteja morfologicamente marcada, a indicação sobre o grau de determinada propriedade.

Em relação às diferenças entre *-inh* e *-zinh*, além da questão de como o gênero é estruturalmente associado a cada morfema, apresentam-se outros comportamentos empíricos para sustentar a separação dos sufixos. O aspecto fonológico das formações em que os sufixos figuram possui contra-argumentos. Considera-se que apenas *-zinh* permite que alterações morfofonológicas sejam precedentes. Entretanto, o morfema *-inh* também pode ser antecedido por alterações morfofonológicas provocadas pela marcação de plural:

- (29) a. p[o]rco → p[ɔ]rcos → p[ɔ]rquinhos
 b. n[o]vo → n[ɔ]vos → n[ɔ]vinhos
 c. [o]lho → [ɔ]lhos → [ɔ]lhinhos
 d. [o]vo → [ɔ]vos → [ɔ]vinhos

Em (29), observamos o fenômeno da metafoia, que se trata da alternância do timbre da vogal. Ou seja, nos dados acima, o marcador de número plural desencadeia mudança na altura da vogal: de vogal posterior média-alta arredondada, no singular, à vogal posterior média-baixa arredondada, no plural. Dessa forma, assim como projeções de número foram colocadas antes de *-zinh*, é preciso garantir que a estrutura postulada para *-inh* também

⁶ Os dados de Armelin foram coletados do Facebook. Esse tipo de fonte é problemático porque os informantes costumam ser, conscientemente, criativos nas redes sociais.

represente a possível presença de alterações morfofonológicas antes do morfema de diminutivo.

No aspecto semântico, mais uma vez, opera-se com a distinção composicionalidade *vs.* não-composicionalidade. Assume-se que penas as formações diminutivas construídas com *-inh* permitem ambas possibilidades de interpretação, ao passo que aquelas construídas com *-zinh* apenas possuem leitura composicional.

Armelin (2015), no entanto, não fornece argumentos que evidenciem o caráter composicional da morfologia avaliativa. Conforme abordado na subseção 3.3.1, a vasta maioria dos estudos morfológicos consultados considera que os morfemas de diminutivo têm a função de veicular significados variados, com conotações expressivas altamente subjetivas. Tal consideração, aliás, é utilizada para classificar os morfemas avaliativos da língua como derivacionais. Logo, embora implicitamente, a autora tome o significado de tamanho pequeno como sentido básico do diminutivo, é necessário justificar o porquê de fazê-lo, pois essa assunção vai de encontro ao que, até o momento, parece ser consensual entre os morfólogos.

Coloca-se, então, uma questão que será discutida nesta dissertação. Em que consiste a composicionalidade dos morfemas avaliativos? De acordo com o que ficou conhecido em semântica como princípio de Frege⁷, que rege a composicionalidade de sentido, o significado de uma expressão complexa é produto do significado das partes que a constituem. Se se parte da premissa de que o diminutivo carrega conteúdos polissêmicos pragmaticamente diversificados, onde estaria seu aspecto composicional/ qual sua contribuição interpretativa básica? Esboçaremos respostas para essas perguntas no próximo capítulo.

3.4 Conclusão do capítulo

Este capítulo cobriu uma parcela da literatura sobre os diminutivos do português brasileiro, tanto a abordagem da tradição gramatical quanto a dos estudos linguísticos. Para esta, discutiram-se algumas questões que não ficaram bem resolvidas.

Mostrou-se que, desde Camara Jr (1970), os morfólogos têm considerado o grau como derivação. De um modo geral, há um consenso de que os sufixos de diminutivo são

⁷ The meaning of an expression is a function of the meanings of its parts and of the way they are syntactically combined (FREGE, 1952). Tradução livre: “o significado de uma expressão é a função dos significados de suas partes e da maneira como elas são sintaticamente combinadas”.

responsáveis por veicular uma multiplicidade de conceitos pragmáticos à base. Consequentemente, também se postula a opcionalidade do acionamento desses morfemas. Porém, apresentou-se, de forma introdutória, a ideia de que a “escolha” do falante possui repercussões semânticas que impossibilitam a simples substituição de uma forma diminutiva por outra não-diminutiva.

Outra proposta discutida foi a de Guimarães & Mendes (2011). Esse trabalho advoga um tratamento alternativo para as formações diminutivas ao analisá-las como resultado de infixação. Ressaltou-se a necessidade de mais detalhamentos acerca das etapas de derivação do modelo proposto. Em contrapartida, foi destacado como extremamente relevante a esta pesquisa os questionamentos de ordem semântica levantados pelos autores.

Por último, avaliou-se a proposta de Armelin (2015). Essa tese de doutorado sugere uma formalização para as construções avaliativas que se presta a captar a interação entre diminutivos e gênero. Foram contestadas algumas assunções a partir das quais Armelin (2015) sistematiza as formações diminutivas. Dentre outras, questionou-se a ideia de que os morfemas de diminutivo não projetam ao aproximá-los de categorias, como os morfemas de tempo, que, embora não sejam motivados sintaticamente (e sim semanticamente), rotulam as estruturas de que fazem parte.

Assim, é necessária uma caracterização mais coerente das propriedades morfossemânticas dos diminutivos. Essa é a principal tarefa a que se dedica o próximo capítulo.

Capítulo 4 – Diminutivos: uma proposta de reanálise do grau

4.1 Introdução

No capítulo anterior, discutiram-se diversas análises sobre os diminutivos do português brasileiro. Neste, será defendida uma proposta que advoga a natureza flexional dos sufixos *-inho/-zinho* e que ressalta o sentido básico desses morfemas de intensificação ou atenuação de uma dada dimensão. A seção 4.2 se ocupa do aspecto morfológico, com a identificação dos critérios de distinção entre flexão e derivação e um exame acerca do estatuto do grau. A seção 4.3 discute as considerações da semântica de graus, além de fornecer um tratamento semântico unificado para as formações diminutivas. A seção 4.4 propõe uma nova análise dos diminutivos do português brasileiro com base nas constatações das seções anteriores. Por último, a seção 4.5 recapitula as questões que guiaram a investigação desta pesquisa.

4.2 Considerações morfológicas

Esta seção apresenta a base teórica para a redefinição do estatuto morfológico dos diminutivos. Serão abordados os parâmetros de classificação utilizados pelos morfólogos na distinção entre flexão e derivação (subseção 4.2.1). Além disso, será discutida uma postura mais esclarecedora de diferenciação entre essas morfologias, principalmente no que diz respeito a uma caracterização mais adequada acerca da flexão (subseções 4.2.2 e 4.2.3).

4.2.1 Flexão e derivação

De um modo geral, os morfólogos têm dividido duas espécies distintas de formações: uma flexional e outra derivacional (HASPELMATH & SIMS, 2002). Uma diferença inicial diz respeito à terminologia comumente empregada na análise de cada fenômeno. Enquanto elementos flexionais são descritos como categorias; os derivacionais são referidos como significados. Isso porque a flexão se presta a uma função sintática. As formas do inglês (*he/she*) *walk-s* e (*they*) *walk-Ø*, por exemplo, representam duas categorias flexionais, que indicam os conceitos gramaticais de ‘terceira pessoa do singular’ e ‘terceira pessoa do plural’,

respectivamente. Já a derivação veicula conteúdos diversos. Translinguisticamente, as formações derivacionais expressam nome de ação: *drink-er* ‘aquele que bebe’; nome de qualidade: *kind-ness* ‘bondade’; adjetivo facilitador: *read-able* ‘o que é passível de ser lido’ etc.

Assim, já é possível perceber que a distinção flexão/derivação não constitui simplesmente uma questão terminológica. Várias propriedades têm sido apontadas para distinguir uma da outra. É importante ressaltar, porém, que, enquanto algumas características são tidas como definidoras, há aquelas de validade relativa.

Haspelmath & Sims (2002) elencam doze critérios comumente empregados pelos morfólogos na separação entre morfologia flexional e morfologia derivacional. Inicialmente, numa perspectiva dicotômica, em que flexão e derivação são entendidas como processos discretos, três critérios são largamente utilizados: (i) relevância sintática; (ii) obrigatoriedade; (iii) possibilidade de substituição por palavras simples. Cada um desses critérios, contudo, apresenta alguns problemas, os quais acabam relativizando classificações que se valem unicamente deles.

O primeiro considera que apenas categorias flexionais contribuem às relações sintáticas, isto é, tais elementos são requeridos sintaticamente. Por isso, categorias de concordância constituem típicos representantes. Os marcadores de caso, que são determinados pelo contexto sintático (acusativo para objeto direto; genitivo para NP que modifica um nome etc.), também estão entre os exemplos. Entretanto, há categorias tradicionalmente analisadas como flexionais, por satisfazerem outras propriedades, que não são sintaticamente motivadas. Tempo e aspecto, por exemplo, não são frutos de relações de concordância. Além disso, é incoerente dizer, conforme consequência do critério, que a derivação não possui relevância sintática alguma. Como ilustração, o comportamento sintático dos lexemas “construir” e “construção” é distinto. A derivação desta forma a partir daquela possui efeitos sintáticos: João construiu a casa vs. A construção da casa pelo João.

O critério (ii) postula que a flexão é obrigatória; a derivação, opcional. As formas que constituem um paradigma flexional não podem se superficializar sem a presença de um afixo que contenha informação gramatical condizente. Em português, para a terceira pessoa do singular do presente do indicativo, “(ele) canta- \emptyset /vende- \emptyset /sorri- \emptyset ”, ainda que fonologicamente não esteja manifesto, o paradigma verbal pressupõe que toda forma apresente um morfema – nesse caso, zero – para expressar número e pessoa. Já a derivação não apresenta um

paradigma em que todas as formas se diferenciem pela presença de determinado afixo. Ambos os membros do par “bom-bondade”, por exemplo, estão relacionados à mesma qualidade, isto é, não é o sufixo derivacional que traz em si esse conteúdo.

Entretanto, nem sempre é simples identificar a obrigatoriedade ou opcionalidade de um elemento. A negação é um exemplo. Quando expressa flexionalmente, como em japonês *kir-ana-i* ‘não corta’ vs. *kir-u* ‘corta’, não é evidente se a forma não-negativa apresenta conceito não-negativo. Quando manifesta derivacionalmente, como no inglês *happy* ‘feliz’ vs. *unhappy* ‘infeliz’, também é incerto se é a ausência do prefixo *un-* (morfema zero) que faz a forma ter o conceito não-negativo.

O terceiro critério se assemelha ao primeiro, pois considera que apenas palavras derivadas podem ser substituídas por palavras simples. Palavras flexionadas possuem especializações gramaticais que as tornam insubstituíveis em contextos sintáticos específicos. Como ilustração, Haspelmath & Sims (2002: 73) citam a construção comparativa, em que apenas a forma complexa pode ser utilizada: *Brazil is bigger/*big than Argentina* ‘o Brasil é maior que a Argentina’. Diferentemente, lexemas derivados se comportam gramaticalmente do mesmo modo que formas simples. Em *the construction of the bridge by the Arabs* ‘a construção da ponte pelos Árabes’ e *the book of songs by Tagore* ‘o livro das canções de Tagore’, *construction* ‘construção’ e *book* ‘livro’ figuram no mesmo contexto (*of-phrase* + *by-phrase*).

Além desses critérios assumidos pela perspectiva dicotômica, os autores destacam que outros parâmetros foram postulados sob uma abordagem que separa flexão de derivação em termos escalares (*continuum*). Mais uma vez, porém, algumas questões ficam mal resolvidas.

Segundo o critério (iv), formas flexionadas expressam o mesmo conceito da base, já as derivadas expressam novos conceitos. De acordo com o critério (v), enquanto categorias flexionais possuem conteúdos abstratos, os significados derivacionais são concretos. Ambas as assunções, porém, são vagas. Além de ser difícil estabelecer uma correspondência fiel entre base e forma flexionada (contraste singular-plural, por exemplo), pode-se questionar se o conceito da forma derivada deve necessariamente diferir do da base (*bake* → *baker* vs. *kind* → *kindness*, por exemplo). Quanto à separação sentido abstrato vs. sentido concreto, é verdade que morfemas derivacionais expressam conceitos concretos, como o sufixo *-eiro* do português em “laranjeira”; entretanto, essa constatação não é válida para todos os casos, como evidencia o sufixo *-hood* do inglês, que possui um significado abstrato de ‘status’: *childhood*.

Os critérios (vi) e (vii) são mais seguros/coerentes. Este postula que enquanto o significado das categorias flexionais é menos relevante, os significados derivacionais são muito relevantes para a base. Um morfema flexional que indica tempo, por exemplo, não afeta o tipo de ação denotada pelo verbo. Já a semântica do lexema formado derivacionalmente é determinada pelo afixo: como ilustração, a palavra “jogador” não mais denota a ação descrita pela base e, sim, o agente dessa ação. Aquele parâmetro, por sua vez, diz que a flexão é semanticamente regular; a derivação, semanticamente irregular. Como representante da previsibilidade semântica, em português, o morfema -s acrescido aos nomes sempre indica plural. Em contrapartida, no inglês, o sufixo *-ation* atribui uma série de conceitos, tais como lugar (*fortification* ‘fortificação’), objeto (*publications* ‘publicações’), grupo de pessoas (*population* ‘população’) etc.

O critério (viii) considera que categorias flexionais têm alta aplicação, sem arbitrariedades, ao passo que a derivação possui aplicação limitada. Marcadores de concordância e caso, morfemas de tempo-aspecto-modo e morfemas de grau comparativo são largamente aplicados a suas bases. Afixos derivacionais, porém, podem faltar a alguns lexemas. O sufixo *-ess* do inglês ilustra esse tipo de limitação: enquanto nomes como *authoress* ‘autora’ e *heiress* ‘herdeira’ são gramaticais na língua, formas como **professoress* e **presidentess* não são bem formadas (HALPELMATH & SIMS, 2002: 75).

Os parâmetros (ix) e (x) dizem respeito à estrutura de palavras complexas e também trazem postulados que não devem ser radicalizados. Segundo (ix), a flexão é periférica, já a derivação fica mais próxima da raiz (exemplo: *king-dom-s* ‘reinos’: raiz-derivação-flexão). O décimo parâmetro determina que a flexão induz menos alomorfia da base que a derivação. As seguintes comparações entre formas flexionadas e derivadas evidenciam a alomorfia da raiz mais presente nestas (HASPELMATH & SIMS, 2002: 76): *destroy*_[raiz]-*destroyed*_[flexão]-*destruction*_[derivação] ‘destruir-destruído-destruição’, *broad*_[raiz]-*broader*_[flexão]-*breadth*_[derivação] ‘largo-mais largo-largura’.

Os dois últimos critérios, por sua vez, também distinguem as duas morfologias, mas não possuem validade plena. O critério (xi) diz que apenas categorias flexionais podem codificar conceitos cumulativamente. O morfema verbal -mos, como em “cantamos”, por exemplo, expressa tanto número (plural) quanto pessoa (1^a). Esse tipo de acúmulo de informações é menos característico da derivação. Os autores apontam, no entanto, que o morfema derivacional do holandês que expressa ‘agente’ e ‘gênero feminino’ *-ster* é um

contraexemplo (*reizigster* ‘a viajante’). Já o critério (xii) considera que a derivação, e não a flexão, pode ser reiterada.

Conforme abordado inicialmente, a perspectiva dicotômica (PERLMUTTER, 1988; SCALISE, 1988; entre outros), valendo-se dos três primeiros parâmetros que discutimos, adota uma separação estrita entre flexão e derivação. Esse tipo de divisão radical, conhecido como *Split Morphology*, reflete na arquitetura da gramática dessa abordagem. Assume-se que regras derivacionais são operadas no Léxico, isto é, são pré-sintáticas. Já as regras flexionais são efetuadas pela Sintaxe, ou seja, ocorrem pós-sintaticamente.

Alguns morfólogos, no entanto, advogam uma perspectiva de *continuum* (BYBEE, 1985; PLANK, 1994; entre outros). Como os diferentes critérios nem sempre possuem aplicação plena, defendem que afixos devem ser classificados de acordo com maior ou menor grau de prototipicidade em relação às morfologias flexional e derivacional.

4.2.2 Booij (1994, 1996): a flexão não é monolítica

Os morfólogos, de forma relativamente consensual, tomam flexão e derivação como processos distintos (BYBEE, 1985; SCALISE, 1986). A partir de Perlmutter (1988), a morfologia foi cindida em dois componentes diferentes da gramática: derivação, de natureza mais lexical, por isso, pré-sintática, e flexão, decorrente de propriedades morfossintáticas, portanto, pós-sintática. Booij (1996), por sua vez, defende a tese de que flexão e derivação devem ser mantidas no mesmo componente morfológico, embora seja realmente necessário distingui-las. Para sustentar sua posição contrária à *Split Morphology Hypothesis*, o autor mostra que a flexão pode alimentar a formação de palavras (tanto a derivação quanto a composição), ou seja, tal interação só pode ser captada em um modelo em que regras flexionais e derivacionais pertençam a um único componente.

O linguista considera que a flexão não é monolítica, mas sim de duas espécies: a flexão inerente (*inherent inflection*) e a flexão contextual (*contextual inflection*). Esta é o tipo de categoria realmente ditada por um contexto sintático, como os marcadores de concordância número-pessoal entre os verbos e seus sujeitos ou objetos; nas línguas românicas, a marcação de gênero e número dos adjetivos, que é estabelecida pela concordância com os nomes (núcleo de um sintagma nominal); a marcação de Caso de um sintagma nominal realizada no núcleo desse constituinte etc. Aquela, por sua vez, apesar de poder apresentar relevância

sintática, não é requerida pela sintaxe. Incluem-se categorias como o número dos substantivos; o grau comparativo e superlativo; tempo e aspecto dos verbos; entre outras.

Estudos sobre aquisição da linguagem fornecem evidências empíricas para a divisão proposta por Booij (1996). As pesquisas têm demonstrado que a aquisição da flexão inerente precede a contextual, por exemplo. Para a aquisição da morfologia flexional do holandês, Schaelaerckens e Gillies (1987, *apud* BOOIJ, 1996) mostram que a aquisição dos nomes plurais acontece muito mais cedo que a aquisição das formas finitas dos verbos. Durante algum tempo, as crianças holandesas usam a forma infinitiva do verbo como forma geral em combinações sujeito-verbo, quando já dominam a forma plural dos substantivos.

As pesquisas de Clahsen (1992, *apud* BOOIJ, 1996) a respeito do desempenho de crianças alemãs que têm deficiência na linguagem mostraram que, na aquisição da morfologia flexional, essas crianças só tinham problemas com a concordância sujeito-verbo, caso e a concordância artigo-nome, ou seja, a maior dificuldade delas era tipicamente com a flexão contextual.

Em relação aos aspectos morfológicos, primeiramente, existe uma diferença semântica clara entre as duas flexões. A flexão inerente, assim como a derivação, expressa um conteúdo mais “autônomo”, no sentido de que sua semântica não se restringe a uma mera expressão de uma configuração sintática, como é o caso de redundância da flexão contextual. A informação gramatical de plural de um substantivo, por exemplo, independe da estrutura sintática ao passo que a desinência número-pessoal de um verbo flexionado é sintática e semanticamente vinculada a um sujeito e/ou objeto. Booij menciona Kurytowicz (1964, *apud* BOOIJ, 1994), que já havia atentado para tal diferença. Esse autor argumenta que determinadas categorias flexionais – como os graus de comparação nos adjetivos – são intrinsecamente semânticas, uma vez que não constituem reflexos redundantes da relação sintático-estrutural de um sintagma.

Outra distinção diz respeito à extensão de aplicabilidade de cada tipo. Bybee (1985) aponta que uma categoria flexional prototípica é aquela que apresenta generalidade lexical plena. Mais uma vez, podem-se identificar diferenças no comportamento de nomes e verbos, por exemplo. Em relação à categoria número, estes possuem um paradigma flexional mais completo que aqueles, já que tanto casos de *pluralia tantum* (“férias”, “núpcias”, “pêsames”) como *singularia tantum* (“índole”, “sangue”) são comumente observáveis na classe dos nomes. Com base no holandês, Booij aproxima o grau comparativo e superlativo dos

adjetivos ao número dos substantivos. Adjetivos não gradáveis como *gouden* ‘dourado’, *dood* ‘morto’, *oneindig* ‘infinito’ não apresentam formas comparativas e superlativas.

A possibilidade de lexicalização também aponta para dois tipos de flexão. De maneira semelhante à derivação, a flexão inerente pode assumir significados idiossincráticos. Pode-se exemplificar tal situação com verbos do português inerentemente flexionados. As formas verbais no infinitivo, como “dever”, “poder”, podem se lexicalizar em nomes (“o dever”, “o poder”).

Além disso, apenas a flexão inerente pode compor processos de formação de palavras. Booij (1994, 1996) mostra que esse tipo de flexão pode aparecer em formas derivadas ou compostas. Para ilustrar, o morfema de número plural em holandês -en pode se adjungir ao núcleo de uma composição que expresse noção de coletividade – [docent-**en**]-kamer ‘sala dos professores’ – bem como ser acrescido ao radical de uma palavra primitiva que servirá de base para a derivação de substantivos coletivos com o sufixo derivacional -dom: [muzikat-**en**]-dom ‘grupo de músicos’.

A aplicação recursiva de morfemas, característica da derivação, também constitui uma propriedade da flexão inerente, unicamente. Em Bretão, por exemplo, os substantivos podem receber duas marcas de plural: loen ‘fera’ > loened ‘feras’ > loenedou ({-ed}+{-ou}) ‘feras’.

Desse modo, existem vários casos tradicionalmente classificados como flexão, mas que, na verdade, possuem propriedades semelhantes à derivação, além de interagirem com esta no processo de formação de um novo lexema. Corrobora-se, assim, um tratamento mais diversificado da flexão, considerando duas espécies (a contextual e a inerente), e a postulação de um único componente lexical no qual regras flexionais e derivacionais atuam conjuntamente.

4.2.3 Adaptação da proposta de Booij

Os argumentos fornecidos por Booij (1994, 1996) de que flexão deve ser entendida como um fenômeno heterogêneo nos parecem adequados. Tradicionalmente, não se costuma separar as categorias flexionais em inerente ou contextual. O que existe, em vez disso, é o privilégio desta em detrimento daquela. Isto é, critérios puramente sintáticos ainda imperam

sobre a classificação de processos morfológicos, sem margem à inclusão de propriedades semânticas relevantes a determinadas construções.

A flexão inerente e a derivação, por compartilharem semelhanças e interagirem entre si, são alocadas no mesmo componente da gramática, o lexical. No entanto, a partir do referencial teórico que adotamos, Lobato (2010), duas questões se colocam. Primeiramente, abordamos, no capítulo 2, argumentos desfavoráveis à postulação da existência do módulo gramatical Léxico. Desse modo, qual deve ser, então, o *locus* da flexão inerente e da derivação? Em segundo lugar, também foi discutida a necessidade de a teoria linguística refletir os pressupostos teóricos que a compõem. No modelo gerativista, a hipótese da modularidade tem um espaço central; conseqüentemente, é coerente propor que espécies distintas de morfologia façam parte do mesmo módulo?

Começemos pela última questão. Obviamente, sob a proposta organicamente modular de Lobato (2010), flexão e derivação não podem ser processadas por um único módulo da gramática. Embora Booij (1996) tenha ressaltado as similaridades entre flexão inerente e derivação, chamamos a atenção para o fato de ainda estarmos diante de categorias distintas conforme evidenciam os rótulos de cada uma.

A flexão inerente e a flexão contextual, sim, pertencem, apesar de serem de tipos diferentes, à mesma espécie de morfologia. Ambas estão envolvidas nas construções sintáticas e, portanto, é o módulo Sintaxe que opera tanto com uma quanto com a outra. A diferença, porém, é que a flexão inerente organiza relações paradigmáticas, que consistem nos impactos semântico-sintáticos que palavras complexas têm na sentença, ao passo que a flexão contextual se ocupa de relações sintagmáticas, com reflexos nas combinações dos termos de uma estrutura sintática. Já a derivação, por não estar associada a conteúdos de natureza gramatical, mas, primordialmente, à formação de palavras, fica a cargo da Morfologia.

4.3 Considerações semânticas

Nesta seção, examina-se o conteúdo semântico dos morfemas de diminutivo. Na subseção 4.3.1, expõem-se as principais ideias da semântica de graus de Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005). A fim de aplicar os postulados desses trabalhos, desenvolve-se, na subseção 4.3.2, a análise que trata os sufixos *-inho/-zinho* como modificadores de grau.

4.3.1 Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005): sobre a gradabilidade, suas formas de expressão e significância linguística

Comparar objetos em termos de quantidade de certa propriedade que possuem é um aspecto da cognição humana elementar. Confirmação disso é o fato de todas as línguas possuírem conceitos gradáveis e elementos gramaticais para estabelecer comparações com eles. Foco de análise de diversos estudos, os adjetivos gradáveis, como *tall* (“alto”), *bright* (“claro”), *beautiful* (“bonito”) etc., são exemplos clássicos de categorias que expressam o grau do conteúdo que denotam.

A semântica de predicados que contenham tais expressões é mais adequadamente descrita em termos de relações entre representações abstratas de medidas, mais do que pela mera associação de um conceito a determinado argumento. Essas representações são denominadas “escalas”, que são pontos ou intervalos, graus, ordenados em uma dada dimensão (altura, beleza, claridade, limpeza etc.). Segundo Kennedy (2000: 4), “Graus representam medidas do quanto um objeto possui uma propriedade graduável, e a função semântica de uma propriedade graduável como ‘alto’ ou ‘baixo’ é mapear objetos em seus domínios a graus numa escala apropriada” (tradução livre)¹.

Como ilustração, o linguista cita três sentenças com adjetivos graduáveis, cujas condições de verdade são determinadas com base nas relações entre graus. Isto é, conforme pode ser observado em (1), a sentença será verdadeira se o argumento sujeito possuir a quantidade da propriedade denotada pelo adjetivo esperado em cada situação:

- (1) a. Carmen is taller than Mike.
 a'. O grau de altura de Carmen excede o grau de altura de Mike.
 b. Carmen is tall.
 b'. o grau de altura de Carmen é tão grande quanto um certo parâmetro de altura (determinado contextualmente).
 c. Carmen is 6 feet tall.

¹ Versão original: ““Degrees represent measures of the extent to which an object possesses a gradable property, and the semantic function of a gradable property such as tall or short is to map the objects in its domain to degrees on the appropriate scale”.

c'. o grau de altura de Carmen é tão grande quanto o grau denotado pela expressão '6 feet' (= 1,83 m)

Kennedy (2000) nota à época que ainda não havia sido investigada a possibilidade de a semântica de outras categorias poder ser captada em termos de representações escalares. Conforme apontado pelos primeiros estudos sobre a semântica de grau, Sapir (1944) e Bolinger (1972), a gradabilidade é uma propriedade que se estende a todas as categorias sintáticas.

Além dos adjetivos, verbos, nomes e preposições, por exemplo, também podem ter seus conceitos definidos em termos de grau. Um verbo como *build* 'construir' denota um "processo de criação", tornando possível o alinhamento de objetos com base numa escala de "completude".

Quanto aos nomes, distinguem-se os contáveis dos de massa. Estes mapeiam, mais comumente, escalas de "quantidade", como ocorre com o substantivo do inglês *wood* 'madeira', que pode ser quantificado pela expressão *two cords (of)* 'duas cordas (de)'. Já os nomes contáveis apresentam uma complexidade maior por poderem mapear diversas escalas de várias propriedades que podem estar associadas a eles. Um nome como *house* pode introduzir uma escala que mensure "quantidade" (*half a house, three houses* 'metade de uma casa', 'três casas'), bem como, podemos incluir, medidas de graus distintos de "conforto", "espaço", "qualidade do bairro" etc.

As preposições também são graduáveis. Como exemplo, a preposição *from* mapeia uma escala de "distância", que pode ser temporal ou espacial. O ordenamento de objetos opera de acordo com o quão distantes estão de um ponto de referência.

Nessa mesma linha de raciocínio, Kennedy & McNally (2005) desenvolvem uma tipologia semântica de predicados graduáveis do inglês². Com foco nos adjetivos graduáveis, constatam que as diferenças de escalas – aberta ou fechada – diretamente relacionadas ao tipo de parâmetro – relativo ou absoluto – produzem efeitos na distribuição de modificadores de grau.

A partir de dados empíricos, como os de (2), os autores observam que os advérbios de intensidade *well, much* e *very* selecionam classes distintas de adjetivos graduáveis:

² Tal tipologia é assumidamente universal. Para sua aplicação a dados do português brasileiro, confira Quadros-Gomes (2008, 2011).

(2) a. By the time it reached the Manchester Palace, it had become a well/??very/??much documented tour.

b. Even at the then much/??well/??very praised Alfort school, their four-year course was considered to be too long.

c. Kim was very/??well/??much worried by the diagnosis.

Também se ressalta nos dados acima o fato de os adjetivos em questão serem participios deverbais. Logicamente, sua semântica de grau possui alguma relação com a estrutura eventual dos verbos dos quais derivam.

Conforme mencionado anteriormente, adjetivos estabelecem relações entre indivíduos e graus em uma escala, isto é, mensuram o quanto de certa propriedade ou dimensão determinado argumento possui. Adjetivos como “grande/”pequeno”, “caro/”barato”, “bonito/”feio”, “velho/”novo”, “quente/frio” localizam seus argumentos a um grau nas escalas de “tamanho”, “custo”, “beleza”, “idade”, “temperatura”, respectivamente. Adjetivos desse tipo se caracterizam por não admitirem condições de verdade rígidas, uma vez que o julgamento de suas proposições como “verdadeiro” ou “falso” é contextualmente dependente.

A título de ilustração, para que a sentença “O livro está caro” seja verdadeira, é necessário que o grau do custo do livro seja maior que um parâmetro que assumidamente estabeleça o que se entende por “caro”, porém, a veracidade da proposição pode não se sustentar frente a inúmeras outras comparações. Se o produto estiver à venda por R\$ 40,00, mas se sabe que seu preço normalmente não passa de R\$ 20,00, o livro é inegavelmente caro. Contudo, se se compara o preço do livro na estante (R\$ 40,00) a outros itens como caneta (R\$ 1,00) e caderno (R\$ 35,00) ou se o falante desconhece a faixa de preço do livro e apenas parte do princípio de que somente o deixará de comprar se ele estiver acima de R\$ 50,00, o livro não será considerado caro, sendo a sentença, então, julgada como falsa.

Para esses casos, Kennedy & McNally (2005) atribuem escala aberta. Denominam-na de aberta justamente devido ao fato de o parâmetro de comparação que exigem não ser fixo, mas variável. Além do grau do argumento do adjetivo, é necessário um segundo termo da comparação, mesmo que não seja pronunciado, determinado livremente pelo falante. Daí vem o caráter “relativo” do parâmetro associado à escala aberta.

Por outro lado, há adjetivos que trazem em si – na propriedade ou dimensão referente a seu argumento – o próprio parâmetro da comparação. Isso significa que o julgamento de proposições em que esses elementos figuram é feito com base em parâmetro implicitamente dado pela entidade modificada pelo adjetivo e não por um contexto externo. Por esse motivo, suas escalas são definidas como “fechadas” e seu parâmetro “absoluto”.

Pares como “cheio”/“vazio”, “limpo”/“sujo”, “aberto”/“fechado”, “reto”/“torto”, “seco”/“molhado” são alguns dos representantes da classe dos adjetivos de escala fechada. Todavia, analisando a estrutura de diferentes escalas por meio de seus polos, ocupados por antônimos como os dos pares destacados, observa-se uma diferença de fechamento, podendo a escala ser parcialmente fechada ou totalmente fechada.

Uma escala parcialmente fechada é aquela que somente uma das pontas é fixa. Por isso, seu fechamento pode ser no grau mínimo ou no máximo. Na primeira situação, a medida relevante é qualquer valor acima de 0%. Por exemplo, para que a sentença “a porta está aberta” seja verdadeira, o grau de “abertura” da “porta” - argumento do adjetivo “aberto” – deve possuir algum valor mínimo, caso contrário, em sendo 0, é falsa, configurando-se o polo oposto da escala, “fechada”. Situação similar ocorre com o par “seco”/“molhado”. Considerando a escala de “umidade”, julga-se como “seco” o argumento que não possuir nenhum grau dessa dimensão, mas se avalia como “molhado” objeto que possua qualquer valor positivo de umidade.

Uma escala parcialmente fechada no grau máximo tem seu extremo superior definido. Um exemplo é o par “reto”/“torto”. Uma linha somente deve ser considerada “reta” se possuir 100% da escala de “retidão”. Qualquer valor abaixo do máximo, seja 1% ou 99%, é suficiente para torná-la “torta”, em menor ou maior grau.

Diferentemente, escalas fechadas no grau máximo exigem total coincidência entre o grau do argumento e o parâmetro. O par “vazio”/“cheio” ilustra bem esse fato. Cada um dos adjetivos ocupa os polos da escala de “ocupação”. Um objeto será considerado “vazio” se possuir 0% de conteúdo, mas “cheio”, se exatamente 100% de sua capacidade estiver ocupada.

Assim, Kennedy & McNally (2005) conseguem fornecer uma explicação semântica para a distribuição complementar dos intensificadores *well*, *very* e *much*. *Well* somente seleciona adjetivos de escala fechada no grau máximo e de parâmetro absoluto (*acquainted*,

understood); *very* intensifica apenas adjetivos de escala aberta e de parâmetro relativo (*interested, worried*); *much* modifica unicamente adjetivos de escala fechada no grau mínimo e de parâmetro absoluto (*needed, praised*). Consequentemente, fica demonstrada a relevância linguística dos conceitos operados pela semântica de graus, já que, empiricamente, diferenças de escalas determinam as possibilidades de modificação de grau.

4.3.2 Diminutivos: a regularidade da semântica de grau

Em 1996, em um artigo intitulado *Universal tendencies in the semantics of the diminutives*, Jurafsky analisa um grupo de mais de 60 línguas com vistas a identificar as variadas acepções diacrônicas e sincrônicas dos diminutivos nominais. Adotando o conceito de categoria radial de Lakoff (1987), que consiste em uma espécie de arqueologia do significado, o linguista propõe um modelo de polissemia estruturada para os diminutivos.

Jurafsky (1996) busca estabelecer relações entre os diferentes sentidos dos diminutivos a partir da constatação de um eixo semântico central comum. Aparentemente caóticas e dissociadas entre si, as distintas noções associadas ao sufixo de diminutivo, em sua visão, partem de um mesmo centro – do significado de tamanho pequeno/criança. Com base nas línguas pesquisadas, o autor constata que o conceito de tamanho pequeno é intimamente relacionado ao de criança, que, em comparação aos adultos, logicamente, são menores. A partir daí, por extensão metafórica e inferencial, surgem os outros sentidos, como afetividade, carinho, intimidade, facilmente associados a crianças, que, a priori, são pequenas.

O modelo de polissemia estruturada, assim, já aponta para uma problematização da irregularidade semântica dos diminutivos, bastante enfatizada na literatura linguística como vimos nos capítulos anteriores. Na referida abordagem, a possibilidade que, translinguisticamente, o sufixo de diminutivo tem de atribuir uma gama variada de significados é consequência de uma especialização de seu significado de tamanho pequeno, um conteúdo comparativo-gradual frente a um padrão.

A partir desse tipo de intuição, propomos um novo olhar para o fenômeno, de que a polissemia dos morfemas avaliativos é, na verdade, ilusória. Assumimos as considerações da semântica de grau (KENNEDY, 2000, 2007; KENNEDY & MCNALLY, 2005; entre outros)

para postular que os sufixos de diminutivo devem ser analisados como típicos modificadores de grau³ (e não como morfemas discursivo-pragmáticos).

Os sufixos de diminutivo possuem, essencialmente, um conteúdo gramatical. Qualquer conotação expressiva que possam vir a atribuir, superficialmente, não deve ser tomada como imediata, mas secundária. O conteúdo proposicional das construções avaliativas é sempre determinado por relações de comparação estabelecidas com o conceito da base. Marca-se formalmente um vocábulo com morfema de diminutivo para expressar o quanto de determinada propriedade um dado referente possui. No caso específico desse morfema de grau, é possível tanto a ênfase na maximização (intensificação) quanto na minimização (atenuação).

Primeiramente, então, veremos como essa ideia pode ser aplicada à classe dos nomes. Baseando-se quase que unicamente nessa categoria, os estudos linguísticos ressaltam largamente que a morfologia avaliativa se presta à veiculação de uma multiplicidade de significados ligados à emotividade do falante, podendo conferir conteúdos positivos – apreciação, afetividade, educação etc. – ou negativos – depreciação, menosprezo. Contudo, sob a perspectiva que advogamos, o que está em jogo nas formações diminutivas é a presença do significado regular de grau. Os seguintes dados evidenciam nosso posicionamento:

- (3) a. Esse **solzinho** está tão bom!
- b. Aqui caiu uma **chuvinha**.
- c. Preciso de uns **diazinhos** de prazo.
- d. Saímos para fazer umas **comprinhas**.

Em cada um desses exemplos, o vocábulo diminutivizado indica o grau de determinada dimensão associada à forma primitiva. Para os termos destacados em (3a) e (3b), a escala considerada é a de “intensidade”. Em ambos os casos, o diminutivo expressa que o grau dessa propriedade dos referentes de “sol” e “chuva” fica abaixo de um dado parâmetro de comparação, ou seja, “solzinho” e “chuvinha” são pouco intensos. Do mesmo modo, a semântica dos termos destacados em (3c) e (3d) pode ser captada com base no ordenamento de graus. Nesses itens, a escala mapeada pelos nomes, em particular, é a de “quantidade”. O

³ O único trabalho que esboça, de forma preliminar, esse tipo de tratamento de que temos conhecimento é o de Quadros Gomes (2013).

número de “dias” e “compras” é comparado a um parâmetro. “Diazinhos” e “comprinhas” estão abaixo de uma dada medida fixada como excessiva.

Conforme abordado na subseção anterior, a complexidade que se observa na categoria nominal é o fato de diferentes propriedades poderem ser aplicadas a seus referentes. Kennedy (2000) lembra que Sapir (1944: 94) destacava que:

“Duas casas selecionadas aleatoriamente possibilitam o contraste de ‘mais’ ou ‘menos’ em centenas de características constitutivas do conceito ‘casa’. Assim, a casa A é mais alta, mas a casa B possui mais cômodos, enquanto C é tão menor que A e B que é considerada “menos casa” que elas [...]” (tradução nossa)⁴.

Dessa forma, concernente aos nomes, admite-se que possa haver certa variação no tipo de escala considerada. Além disso, o parâmetro de comparação é relativo. Ou seja, o grau de certa qualidade, dentre diversas possíveis, é confrontado com uma medida contextualmente determinada. Com essas observações, é possível reanalisar dados comumente utilizados como argumentos da “vasta expressividade” da morfologia avaliativa.

Inicialmente, consideremos os casos que são associados a conotações positivas:

- (4) a. Hoje eu vou fazer o prato predileto do meu **filhinho**.
- b. Que **bebezinho** fofo!
- c. Me dê uma **licencinha** pra eu passar, por favor.
- d. Hoje, sim, eu tenho um **carrinho** na garagem.
- e. Eu trouxe um **presentinho** para você.

O que se nota nesses dados, mais visivelmente, é a expressão de afetividade (4a e 4b), educação (4c) e modéstia (4d e 4e). Todavia, tais conceitos não seriam licenciados se não existisse, anteriormente, o mapeamento da escala de “tamanho”, de modo que o grau dessa dimensão dos referentes seja localizado abaixo de um parâmetro. Ora, isoladamente, ou

⁴ No original: “Any two houses selected at random offer the contrast of “more” and “less” on hundreds of features which are constitutive of the concept “house.” Thus, house A is higher but house B is roomier, while existent C is so much smaller than either A or B that it is “less of a house” than they [...]”.

melhor, somente contrastando-se as formas diminutivas às não-diminutivas ou, inclusive, às aumentativas, apenas a denotação de “tamanho pequeno” é possível (ou pelo menos, é a mais evidente): “bebê/bebezinho/bebezão”; “presente/presentinho/presentão”. Isso revela que o conteúdo básico do morfema avaliativo é o comparativo-gradual.

Os diferentes conceitos expressivos vêm dos valores pragmáticos que, subjetiva ou socialmente, podem ser associados à modificação de grau. Nos casos em questão, é a construção sentencial como um todo que dá margem para outros sentidos. Assim, ainda que, no mundo real, o grau de tamanho de cada referente não seja menor que um dado parâmetro, expressa-se tal conteúdo porque ele pode evocar no ouvinte diferentes sentimentos. Logo, em (4a e 4b), não importa se as entidades nomeadas pelos vocábulos “filho” e “bebê” possuem um grau de tamanho acima do considerado pequeno, o falante diminutiviza o grau dessa dimensão para expressar carinho. Em (4c), o esforço que se espera do ouvinte é minimizado, conferindo, com isso, educação ao pedido. Finalmente, em (4d e 4e), a modéstia é consequência da atenuação do tamanho dos referentes dada pelas formas diminutivas “carrinho” e “presentinho”.

Ainda considerando a modificação de grau como função principal do diminutivo, analisemos os dados que são tradicionalmente julgados como negativos ou pejorativos listados abaixo:

- (5) a. Esse **timinho** não faz nenhum gol!
- b. Eu encontrei o **namoradinho** dela na rua.

Propomos para esses exemplos a ideia de que a comparação gradual intrínseca ao emprego do sufixo de diminutivo é feita com um “protótipo conceitual”. Em (5a), o parâmetro de comparação é o próprio conceito que pode se ter sobre em que consiste um “time” – uma equipe bem articulada, que trabalha em cooperação etc. A avaliação do falante está em decidir, levando em conta seus julgamentos, mas também as propriedades do próprio objeto, se se deve referenciar uma entidade como estando acima ou abaixo de um determinado padrão. “Timinho” é usado para significar que o referente não satisfaz um conceito esperado, ou seja, está abaixo de um dado parâmetro, implicando, nessa situação, pejoratividade.

Em (5b), está em jogo um conjunto de propriedades que definem alguém como “namorado”. O falante compara o referente a um protótipo de namorado. Estando ele abaixo desse modelo, emprega o nome diminutivizado, que, por evidenciar que o referente não

atende a determinadas expectativas, acaba ganhando também conotação negativa. Mais uma vez, é a partir da noção de grau que outros conteúdos, subjetivos, podem ser veiculados.

Talvez, então, nossa proposta constitua um maior esclarecimento a respeito da diversidade de conceitos assumidamente relacionados aos morfemas avaliativos de construções nominais. É possível que o falante selecione a escala a ser mapeada dentro de um conjunto de possibilidades, bem como seja quem determine o parâmetro. Ainda assim, no entanto, estaremos diante de relações de comparação. Não negamos também que possa haver diferentes intencionalidades por trás da diminutivização. Mas, quaisquer efeitos pragmáticos observados em formações diminutivas (afetividade, modéstia, educação, depreciação) são licenciados, mesmo que subjacentemente, pelo mapeamento de uma propriedade/conceito em uma escala.

A regularidade semântica da expressão de grau fica ainda mais evidente quando se examinam construções diminutivas das demais categorias gramaticais. É possível observar na literatura que as considerações feitas sobre o diminutivo se baseiam em análises cujas conclusões são tomadas com base em um único objeto de investigação: a classe dos nomes. Ainda se faz necessária, assim, uma abordagem mais ampla do fenômeno da gradação, de tal modo que as postulações sobre o diminutivo nominal também tenham validade para as demais categorias.

A literatura não atenta para o fato de que, diferentemente dos nomes, que dão margem a significados pragmáticos secundários, em construções não-nominais, o sufixo de diminutivo veicula tão somente modificação de grau. Outra diferença em relação aos nomes é que enquanto o diminutivo associado a essa classe marca um grau diminuído/atenuado de determinada dimensão frente a um parâmetro, o morfema anexado às demais categorias pode expressar não apenas atenuação, mas intensificação da base. Os seguintes exemplos confirmam esses fatos:

(6) Pronomes

a. Me dê uma foto **delezinho**⁵.

Interpretação: atenuação, ‘diminuição do grau de tamanho do referente’; ou intensificação, ‘uma foto exatamente dele e não de outra pessoa’.

⁵ Dado gentilmente fornecido pelo Prof. Dr. Andrew Nevins.

b. Quem foi lá pedir o aumento? **Euzinho!**

Interpretação: intensificação, ‘ênfase de que foi a própria pessoa e não outra’.

(7) Quantificadores

a. João comeu **tudinho!**

Interpretação: intensificação, ‘absolutamente tudo’.

b. Quando eu cheguei lá, não tinha mais **nenhunzinho!**

Interpretação: intensificação, ‘absolutamente nada’.

(8) Adjetivos

a. O balde está **cheinho** d’água.

Interpretação: intensificação, ‘tão cheio quanto poderia estar’.

b. Não consigo alcançar porque sou **baixinho**

Interpretação: intensificação, ‘menor que outras pessoas baixas’.

c. Só aqui na ponta está **sujinho**

Interpretação: atenuação, ‘sujo, mas não ao extremo’.

(9) Advérbios/locuções adverbiais

a. A escola fica **pertinho** daqui.

Interpretação: intensificação, ‘extremamente perto’

b. Minha avó caminha **devagarzinho** quase parando!

Interpretação: intensificação, ‘extremamente devagar’

c. Acordei **de manhãzinha** para terminar o trabalho.

Interpretação: intensificação, ‘o período mais cedo da manhã’

d. Ela colocou o pacote lá **em ciminha** do armário.

Interpretação: intensificação, ‘num ponto bem alto do armário’

(10) Verbos nas formas nominais: particípio e gerúndio

a. O biscoito está **torradinho**, do jeito que você gosta.

Interpretação: intensificação, ‘bem torrado’

b. A mochila está **rasgadinha** no bolso da frente.

Interpretação: atenuação, ‘pouco rasgada’

c. Pedro foi **correndinho** pegar o remédio.

Interpretação: intensificação, ‘correndo bem rápido’

Os dados destacados de (6) a (10) e suas respectivas interpretações demonstram que contextos semânticos que envolvam a minimização ou maximização do grau de determinada dimensão são responsáveis pelo acionamento dos sufixos de diminutivo -inho/-zinho. Para detalhar, analisemos a semântica de grau de pelo menos uma alternativa de cada item. Em (6a), existe a opção de, intencionalmente, expressar que o grau de tamanho do referente está abaixo de um parâmetro com o intuito de conferir carinho ao enunciado, bem como a possibilidade de enfatizar o conceito “uma foto dele”. Nessa última situação, intensifica-se que, dentro de um conjunto de fotos possíveis, por exemplo, o objeto em questão é aquele que retrate a figura do referente do pronome (e não qualquer outro).

Os demais exemplos também são semanticamente relevantes por expressarem conteúdo relativo à comparação de graus. Em (7a), surpreendentemente, até mesmo um modificador de grau, “tudo”, é maximizado pelo diminutivo. Em (8a), o próprio adjetivo “cheio” já mapeia uma escala de “ocupação” em que o grau de seu argumento, “o balde”, deve marcar 100% dessa dimensão. A intensificação, no entanto, consiste na ênfase da completude máxima. Em (8c), contrariamente, a ênfase está no mínimo. Na escala de “sujeira”, tanto a entidade que possuir 1% quanto a que tiver 70% (ou mais) dessa

propriedade serão consideradas sujas, mas apenas aquela, ou seja, a que possui menor grau está “sujinha”.

Em (9a), eleva-se o grau de “proximidade” do argumento “a escola” em relação ao ponto de localização denotado pelo dêitico “daqui”. Semelhantemente, em (10a), o grau da propriedade de ser “torrado” é aquele que mais se iguala ao grau do parâmetro estabelecido com base no gosto do ouvinte. Em (10c), o diminutivo intensifica a ação progressiva denotada por “correr”.

Desse modo, não se pode afirmar que o grau expressa necessariamente conteúdos subjetivos polissêmicos determinados primordialmente pela pragmática. Se para os nomes, superficialmente, talvez tal postulação possa ter alguma validade até certo ponto, para todas as demais classes, não. Logo, é preciso, no mínimo, relativizar a noção de irregularidade semântica dos diminutivos que tanto tem sido enfatizada na literatura. Existe sim regularidade semântica nos diminutivos morfológicos. O sufixo faz a palavra resultante significar que está acima ou abaixo de um parâmetro relacionado a uma base X, invariavelmente.

Consequentemente, é possível problematizar a opcionalidade dos morfemas avaliativos comumente apontada pelos morfólogos. Costuma-se dizer que o falante possui livre escolha no acionamento dos sufixos de diminutivo. No entanto, vimos que o conteúdo gramatical regular que tais morfemas expressam é dependente de um contexto semântico de minimização ou maximização. O falante não pode simplesmente optar pelo uso do diminutivo sem que essa “decisão” produza efeitos de significado na forma-base.

A forma não-diminutiva e a diminutiva não são meramente intercambiáveis. Seus valores de verdade não são idênticos. Tanto o conteúdo proposicional da base quanto o da palavra complexa podem ser descritos em termos do mapeamento de escala; contudo, apenas esta contém a informação de que o grau de certa propriedade é atenuado ou intenso.

Por exemplo, não há total equivalência semântica entre “Maria está **magra**” vs. “Maria está **magrinha**”. Considerando a faixa de até 60kg como parâmetro na escala de “peso”, os vocábulos “magra” e “magrinha” compartilham do fato de que seus argumentos, “Maria”, possuem um grau dessa dimensão dentro do intervalo tido como indicativo de magreza. Entretanto, a forma diminutiva não será empregada se a distância do peso do indivíduo em relação ao parâmetro não for expressiva – 59kg, digamos. Nessa situação, utiliza-se a forma

simples. A forma morfológicamente complexa se presta a evidenciar que o grau da propriedade mensurada se localiza bem abaixo do parâmetro – 39kg, a título de ilustração.

Além disso, existem sentenças que, aliás, somente são gramaticais com a presença do diminutivo. Nessas ocorrências, não há qualquer livre arbítrio do falante, uma vez que a ausência da sufixação avaliativa implica má formação sentencial:

- (11) a. Claro que me assustei. Você chegou **de fininho**⁶/*de fino.
 b. Eu saí **de mansinho**/*de manso para não acordar você.
 c. Você fica **de gracinha**?/de graça aí, mas o caso é sério.
 d. Quem não gosta de dormir **de conchinha**/*de concha?

4.4 Proposta de reanálise do grau

Assumindo as considerações de Booij (1996) e tomando o diminutivo como modificador de grau, diferentes resultados serão apontados ao se reanalisar o comportamento dos diminutivos frente às categorias flexionais e derivacionais.

Em relação ao critério de mudança de significado e parte do discurso, não há dúvidas de que o grau diminutivo apresenta um comportamento tipicamente flexional. Ora, primeiramente, as categorias do *input* e *output* se mantêm idênticas:

- (12) [[eu]_{pro} zinho]_{pro}; [[menino]_N inho]_N; [[limpo]_A inho]_A; [[perto]_{Adv} inho]_{Adv}; [[correndo]_v inho]_v.

Além do acréscimo do sufixo de diminutivo não alterar a categoria, não há mudança do conceito lexical da base. Em todos os casos citados, o significado lexical é preservado. O vocábulo apenas varia na forma para expressão de um conteúdo gramatical – o de grau.

É interessante notar que mesmo as análises que consideram o grau como primordialmente derivacional veem nesse critério um argumento para se relativizar a classificação dessa categoria. Entretanto, ainda assim há a defesa de que os demais parâmetros indicariam a natureza derivacional dos diminutivos.

⁶ Dado gentilmente fornecido pela Profa. Dra. Ana Quadros Gomes.

Esta pesquisa argumentou a favor da ideia de que a essência gramatical dos sufixos de diminutivo -inho/-zinho é estabelecer uma comparação gradual em relação à base. Desse modo, quanto à regularidade semântica, deve-se entender que noções de emotividade/afetividade, caso presentes, são componentes de natureza secundária. Defendemos que o diminutivo expressa, necessária e regularmente, grau.

No que se refere à produtividade do grau em português, além dos nomes, o diminutivo pode se anexar a praticamente todas as categorias, exceto artigos, pronomes átonos, preposições, conjunções, por exemplo. De um modo geral, a literatura não nega a ampla produtividade, mas destaca que esse seria mais um dos poucos aspectos do grau que se assemelharia às categorias flexionais.

Costuma-se ressaltar como característica derivacional dos afixos gradativos a arbitrariedade no acréscimo dessas morfemas, uma vez que são imotivados pela construção sintática. Conforme ficou consagrado nos termos de Anderson (1982), apenas a flexão é relevante sintaticamente. Em uma sentença como “Os meninos comeram **tudinho**”, adotando o critério de relevância sintática, o modificador de grau -inho em “tudo” seria ativado opcionalmente pelo falante.

O que parece ficar em aberto, contudo, é o alcance da opcionalidade do falante. Consideramos que não é possível uma mera intercambialidade entre forma primitiva e forma complexa sem que haja alteração semântica de um conceito gramatical, nesse caso de “tudo → tudinho”, o de grau máximo. A sufixação de diminutivo não é tão arbitrária quanto se tem postulado. Apesar de não ser imposta por relações sintáticas, sua motivação semântica é inegável. Adotando a proposta de Booij (1996), tal fato – relevância semântico-sintática e não apenas sintática – deve ser levado em conta como critério flexional.

Quanto à recursividade, tradicionalmente, essa característica é colocada como um comportamento empírico que afasta o grau das categorias flexionais. Na nossa nova perspectiva de análise, porém, essa propriedade já não é mais um problema, uma vez que um dos tipos de flexão, a inerente, diferencia-se do outro, a contextual, justamente por poder ser recursiva.

Postura similar vale para a possibilidade de lexicalização. O fato de os diminutivos poderem assumir conceitos totalmente imprevisíveis sempre foi ressaltado como aspecto típico de derivação. No entanto, é preciso considerar que essa propriedade também identifica

a flexão inerente. Aliás, categorias que sempre receberam a classificação de flexão, como número, também podem formar vocábulos com significados idiossincráticos: “perua”: tipo de veículo.

Pelas considerações mencionadas, ao reanalisar o comportamento dos diminutivos do português brasileiro em relação aos critérios que diferenciam flexão de derivação, constatamos que esses morfemas avaliativos parecem apresentar uma natureza muito mais flexional do que se tem levado em conta na literatura. Isso, é claro, se se partir do princípio de que o diminutivo é antes de mais nada um modificador de grau e não um operador estilístico ou discursivo.

Um ponto importante também é o de que não se está propondo o nivelamento da categoria grau com outras categorias flexionais claramente motivadas pela sintaxe. Assumimos a análise de Booij (1996), que evidencia dois tipos de flexão: uma requerida sintaticamente, a contextual, e outra, a inerente, ativada por questões semânticas, embora também possa possuir impactos sintáticos. Sendo assim, propomos que o grau diminutivo do português brasileiro deve ser classificado quanto ao seu estatuto morfológico como flexão, enquadrando-se na do tipo inerente (contra GONÇALVES, 2008, 2011; entre outros).

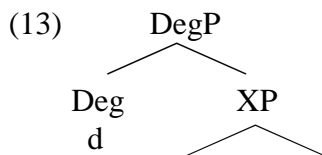
O exame das diversas análises sobre o tema, além das novas conclusões a que chegamos, possibilita uma sistematização mais adequada dos morfemas de diminutivo. Até o momento, sempre se considerou os sufixos -inho/-zinho como derivacionais. Tal assunção, mais do que uma mera classificação, implica uma série de inadequações teóricas na formalização da morfologia avaliativa.

Não constitui nosso objetivo esmiuçar detalhes sobre o novo modelo de derivação da estrutura dos diminutivos para o qual nossa análise aponta. Essa tarefa extrapola os limites desta dissertação, adentrando domínios mais aprofundados de uma tese de doutorado, na qual, teremos condições de executá-la. Por ora, apontaremos alguns direcionamentos que devem guiar um futuro tratamento formal das construções avaliativas.

Mantemos as ideias de Lobato (2010), de que a arquitetura da gramática deve ser modular. Cada módulo deve possuir objeto e função precípuos. Os morfemas de diminutivo, incluídos, agora, no rol das flexões, devem ser manipulados pela Sintaxe. Por se tratar da flexão do tipo inerente, mais especificamente, é a Sintaxe Paradigmática que lida com a derivação das palavras diminutivizadas.

Conforme abordamos na subseção 4.3.1, Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005) destacam que comparar ou estabelecer ordenamentos de graus de uma dada dimensão é uma habilidade cognitivo-semântica básica das línguas naturais. Tanto o é que a gradabilidade é uma propriedade intrínseca a diversas categorias gramaticais. Mesmo que não exista morfologia de grau pronunciada, o conteúdo proposicional das expressões linguísticas pode ser obtido com base num tratamento semântico escalar.

Isso significa que para qualquer estrutura que seja – nominal, adjetival, adverbial etc –, a interpretação em termos de escalas se faz presente e deve ser formalmente captada. Na literatura linguística (KENNEDY, 1999), a categoria DegP tem sido postulada como projeção máxima de grau. No nosso modelo, -inho/-zinho, enquanto modificadores de grau, devem ocupar o núcleo de *DegP*, *Deg* (*d*), que seleciona uma projeção XP (NP, AP, AdvP etc) como complemento:



Dessa forma, contra análises como a de Armelin (2015), as formações diminutivas não devem ser rotuladas por nenhuma outra categoria – como GENP – que não corresponda à informação gramatical que os morfemas -inho/-zinho atribuem.

4.5 Retomada das questões norteadoras e apontamento das questões remanescentes

A pesquisa buscou responder as questões que propôs investigar. Obviamente, no entanto, alguns pontos que emergem da própria análise ficaram para um trabalho futuro. Esta seção, então, ressalta as repostas que fornecemos bem como aponta os aspectos que ainda precisam ser explorados.

Para facilitar a retomada das questões norteadoras, repetiremos as perguntas que foram levantadas no capítulo 2 antes de discuti-las. As duas primeiras foram as seguintes:

- 1) Qual a caracterização mais adequada da distinção flexão/derivação?
- 2) Qual o verdadeiro estatuto morfológico dos morfemas avaliativos?

Conforme exposto na subseção 4.2.1, estabelecer os parâmetros de distinção entre flexão e derivação tem sido um desafio árduo para os morfólogos. Entretanto, mostramos, na subseção 4.2.2, com base em Booij (1994, 1996), que os critérios que identificam a flexão devem levar em conta o fato de que essa morfologia possui dois tipos. Um deles, a “inerente”, é determinado mais semântica que sintaticamente. Isso significa que aspectos sintáticos, como a concordância, não são os únicos indicadores de categorias tipicamente flexionais.

Booij (1994, 1996), por apresentar um tratamento que evidencia o fato de a flexão não ser monolítica, nos parece uma proposta empiricamente mais adequada. Com esse ponto de partida, a análise dos sufixos -inho/-zinho frente a alguns parâmetros de classificação levou à redefinição do estatuto morfológico de morfemas avaliativos. O grau diminutivo do português brasileiro apresenta as seguintes características: alta produtividade; manutenção da categoria da base; motivação e regularidade semântica; recursividade⁷; e possibilidade de “lexicalização”⁸. Sendo assim, diferentemente da postura inaugurada por Camara Jr (1970), tais morfemas são flexionais.

Uma questão interessante a ser investigada, porém, diz respeito à aquisição da morfologia avaliativa. A produção de diminutivos pode ser observada desde muito cedo na fala infantil. Como a presente pesquisa inclui os morfemas de diminutivo entre as flexões, a comparação entre o domínio da morfologia avaliativa e o uso das demais categorias flexionais nos estágios iniciais de aquisição constituiria mais um argumento empírico para corroborar a necessidade de utilizar um tratamento heterogêneo da flexão para a classificação do grau.

Quanto às perguntas referentes ao plano semântico, destacaram-se:

3) Qual é o conteúdo essencial dos sufixos -inho/-zinho? É possível estabelecer um tratamento semântico unificado para os diminutivos?

4) Como explicar a possibilidade de expressão de significados variados?

Assumindo os trabalhos de Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005), mostrou-se que a expressão do grau é uma operação semântica básica das línguas naturais. Nesse sentido, a principal tese que defendemos foi a de que a interpretação das formações diminutivas parte do sentido básico que os sufixos -inho/-zinho expressam: maximização ou minimização de

⁷ Conforme abordado no capítulo 4, a recursividade e a lexicalização não impedem a classificação dos morfemas de diminutivo como flexão, do tipo inerente.

⁸ Veja nota anterior.

uma propriedade/conceito. As conotações expressivas resultam dos efeitos pragmáticos que a intensificação ou atenuação de uma dada dimensão podem possuir.

Como questão remanescente, fica para uma futura pesquisa de doutorado que se pretende realizar, uma investigação mais detalhada a respeito de como os morfemas de diminutivo interagem com as diferentes escalas (aberta e fechada). Nesse sentido, também será interessante comparar os efeitos de significado produzidos pelos diminutivos em relação ao que se obtém com os aumentativos -ão/-zão: “maridinho/maridão”, “magrinho/magrão”, “pertinho/pertão” etc. A identificação das semelhanças e diferenças semânticas entre o diminutivo e o aumentativo pode explicar, por exemplo, por que o primeiro é bem mais produtivo que o segundo (“euzinho/*euzão”, “de manhãzinha/?de manhãzão”), além de também captar comportamentos característicos deste, mas não daquele, como a nominalização agentiva: “respondão/*respondinho”, “mandão/*mandinho”.

Além disso, também se faz necessário um maior aprofundamento, em termos formais, da maneira pela qual o conteúdo semântico regular de grau é calculado de forma a licenciar conotações expressivas. Ou seja, ainda falta explicar como o sistema computacional consegue derivar as interpretações que “extrapolam” o conteúdo de grau. Como os sufixos -inho/-zinho modificam uma diversidade de escalas, é válido investigar se os valores atribuídos a elas podem apontar uma sistematização formal mais elaborada dos diminutivos.

A última questão que foi levantada, por sua vez, tem como objetivo identificar a parte da gramática que contribui para o acréscimo dos sufixos -inho/-zinho:

5) Qual módulo da gramática deve lidar com a formação de diminutivos morfológicos?

No modelo de arquitetura gramatical que foi adotado, proposto por Lobato (2010), a construção de palavras pode envolver a contribuição de três módulos: Estrutura Conceptual, Morfologia e Sintaxe⁹. A morfologia flexional, nessa teoria, deve ser processada por um módulo próprio: o sintático. Este pode organizar tanto relações sintagmáticas quanto paradigmáticas. Mais especificamente, na subseção 4.2.3, foi sugerido que a Sintaxe Paradigmática opera com categorias flexionais cuja principal motivação é a de acrescentar efeitos semânticos e não a de traduzir, necessariamente, relações sintáticas entre os termos de uma sentença. Portanto, a constituição dos sufixos de grau diminutivo do português brasileiro depende do acesso ao módulo sintático.

⁹ Confira a seção 2.4 do capítulo 2 desta dissertação.

4.6 Conclusão do capítulo

Este capítulo buscou estabelecer uma nova perspectiva de análise acerca dos diminutivos do português brasileiro. No domínio morfológico, defendeu-se a reclassificação dos morfemas de grau como flexão. No plano semântico, destacou-se que o significado básico dos sufixos *-inho/-zinho* é o de maximização ou minimização de uma determinada propriedade/conceito.

A discussão dos diversos parâmetros utilizados para separar as formações flexionais das derivacionais mostrou que, embora seja necessário, não é fácil determinar essa distinção. No entanto, Booij (1994, 1996) constitui uma análise mais esclarecedora sobre a questão ao propor que a flexão não é monolítica, mas, sim, heterogênea. Segundo esse trabalho, existem dois tipos de flexão: a contextual, que é requerida sintaticamente, e a inerente, exigida por fatores semânticos com possíveis impactos sintáticos.

Foi sugerida uma adequação das ideias de Booij (1994, 1996) à proposta de Lobato (2010). Naquelas análises o Léxico constitui um dos módulos gramaticais, onde a flexão inerente e a derivação são alocadas. Por haver motivos para questionar a existência do Léxico como componente autônomo da gramática e pelo fato de flexão inerente e derivação, apesar das semelhanças, constituírem processos distintos, outro direcionamento foi indicado. A derivação, enquanto processo de formação de palavras, é operada pela Morfologia. Já as flexões inerente e contextual, marcadas pela regularidade e expressão gramatical, são constituídas pela Sintaxe Paradigmática e Sintaxe Sintagmática, respectivamente.

Justificou-se analisar os sufixos de diminutivo como modificadores de grau com base nos trabalhos de Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005). A comparação e a mensuração da quantidade de determinada dimensão constituem uma operação cognitiva humana básica. A principal tese defendida foi a de que os morfemas *-inho/-zinho* concretizam esse tipo de conteúdo semântico, pois expressam, primordialmente, um sentido regular de intensificação ou atenuação.

Por fim, buscou-se apontar um possível modelo formal a ser mais bem explorado por uma pesquisa futura. Nesse esboço, uma projeção de grau, *DegP*, é constituída por um núcleo *Deg* (*d*), que toma um *XP* como complemento. Essa configuração garante que diversas categorias possam ser modificadas por morfemas de grau, além de captar, formalmente, a

informação gramatical (maximização ou minimização) que resulta como produto final da diminutivização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho examinou as construções avaliativas do português brasileiro, em especial, os diminutivos formados por -inho/-zinho. Sua principal contribuição foi propor uma nova perspectiva de análise para o tema. Morfologicamente, problematizou-se o estatuto derivacional desses morfemas consolidado na literatura. Foram apresentados argumentos favoráveis à classificação dos sufixos como flexão. Semanticamente, ressaltou-se a regularidade do conteúdo gramatical que -inho/-zinho atribuem a suas bases. Foi proposto que os diminutivos são modificadores de grau, isto é, sua contribuição composicional para o significado leva em conta intensificação ou atenuação de uma determinada propriedade/conceito.

Primeiramente, especificou-se o âmbito teórico no qual esta pesquisa está inserida: a teoria gerativa. No capítulo 1, os pressupostos desse modelo foram abordados. O capítulo 2, por sua vez, procurou mostrar como a arquitetura gramatical tem sido concebida ao longo do desenvolvimento de trabalhos gerativistas. Mostrou-se que a proposta de Lobato (2010) para a formação de palavras é mais vantajosa por pelo menos duas razões fundamentais: primeiro por assumir uma estrutura da gramática condizente com as teses gerativistas, principalmente no que se refere à modularidade da Faculdade de Linguagem, e, segundo, porque capta mais adequadamente a distinção entre as morfologias flexional e derivacional.

O capítulo 3 fez uma revisão teórica da literatura sobre os diminutivos, que funcionou como uma espécie de introdução à reanálise desses morfemas proposta no capítulo subsequente. Discutiram-se os pontos fortes e fracos de algumas análises da abordagem linguística. Para as que seguem os postulados de Camara Jr (1970), mostrou-se que a opcionalidade da afixação avaliativa, largamente defendida, precisa ser relativizada. O uso do diminutivo produz efeitos de significado que inviabilizam a mera intercambialidade entre forma primitiva e forma complexa. Em relação à proposta de infixação de Guimarães & Mendes (2011), ressaltaram-se a relevância dos questionamentos expostos nesse estudo bem como a necessidade de mais aprofundamentos para uma possível implementação teórica dessa abordagem alternativa.

Já quanto à formalização da estrutura sintática dos diminutivos proposta por Armelin (2015), foram problematizadas as propriedades empíricas sintáticas, semânticas e fonológicas dos diminutivos assumidas por esse trabalho. Referente às primeiras, questionou-se o fato de o diminutivo não constituir núcleo de uma projeção própria. No que diz respeito às segundas,

chamou-se a atenção para a necessidade de uma caracterização mais adequada sobre a composicionalidade semântica das formações diminutivas uma vez que nuances pragmáticas variadas podem ser veiculadas. Em relação às terceiras, finalmente, destacou-se que o morfema *-inh*, assim como *-zinh*, também pode ser precedido por mudanças desencadeadas pela marcação de plural.

Identificar o sentido básico dos diminutivos e explicar como outras nuances podem vir a surgir constituiu um dos focos do capítulo 4. A partir da semântica escalar de Kennedy (2000) e Kennedy & McNally (2005), foi proposto que os sufixos *-inho/-zinho* devem ser analisados como modificadores de grau. Postulou-se que esses morfemas têm como função gramatical a indicação de grau máximo ou mínimo de determinada dimensão frente a um parâmetro. Os demais conceitos – positivos (afetividade, apreciação, modéstia) ou negativos (depreciação, pejoratividade) – decorrem dos efeitos pragmáticos que a modificação de grau (intensificação/atenuação), sentido regular dos diminutivos, pode viabilizar.

Outro ponto levantado no capítulo 4 foi a revisão da classificação morfológica do grau diminutivo. Apresentaram-se os parâmetros que distinguem flexão de derivação e se elegeu a proposta de Booij (1994, 1996) como a mais adequada. Esse trabalho explicita dois tipos de flexão, a contextual, sintaticamente motivada, e a inerente, ativada por questões semânticas. Os morfemas *-inho/-zinho* foram incluídos entre os representantes desse último tipo.

Por fim, teceram-se breves considerações a respeito de um novo modelo formal para os diminutivos. Foi sugerido, preliminarmente, que a estrutura de construções avaliativas deve possuir uma projeção de grau, *DegP*, em que seu núcleo, *Deg (d)*, seleciona um *XP* como complemento. Deve-se captar que as formações diminutivas se distinguem das formações não-diminutivas por serem construções em que a quantidade de determinada propriedade/conceito é minimizada ou maximizada. Uma representação formal como essa dá conta do fato de que diferentes categorias gramaticais podem ser diminutivizadas, além de garantir que o morfema de diminutivo ocupe um núcleo de uma projeção à qual verdadeiramente pertence: grau.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADES, C. A expressão da modularidade. **Scientiae Studia**. São Paulo, v. 7, n. 2, p. 283-308, 2009.

ALCÂNTARA, C. da C. As classes formais do português brasileiro. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.

ALLEN, M. R. **Morphological Investigations**. Unpublished doctoral dissertation, University of Connecticut, 1978.

ANDERSON, S. R. Where's Morphology? **Linguistic Inquiry** 13, 571-612, 1982.

_____. **A-morphous Morphology**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1992.

ANDERSON, S. R & LIGHTFOOT, D. The Human Language Faculty as an Organ. **Annual Review of Physiology**, v. 62, p. 697-722, 2000.

ARMELIN, P. R. G. **A relação entre Gênero e Morfologia Avaliativa nos Nominais do Português Brasileiro: Uma Abordagem Sintática da Formação de Palavras**. 2015. 247f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ARONOFF, M. **Word-formation in Generative Grammar**. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.

BISOL, Leda. O Diminutivo e suas Demandas. **D.E.L.T.A.**, v. 26, n. 1, p. 59-85, 2010.

BOOIJ, G. Against split morphology. In: BOOIJ, G. & VAN MARLE, J. (eds), **Yearbook of Morphology 1993**. Dordrecht: Kluwer, 1994, 27-49.

_____. Inherent vs. contextual inflection and the split morphology hypothesis. In: BOOIJ, G. & VAN MARLE, J. (eds), **Yearbook of Morphology 1995**, Dordrecht: Kluwer, 1996, 1-16.

BORER, H. **Taking Form: Structuring Sense**, Vol. III. Oxford: Oxford University Press, 2013a.

BYBEE, Joan L. **Morphology: a study of the relation between form and meaning**. Amsterdam: Benjamins, 1985.

CAMARA JR., J. Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

_____. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

_____. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R; ROSENBAUM, P. (Eds.). **Readings in English Transformational Grammar**. Waltham, MA: Ginn and Company, 1970, p. 184-221.

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

_____. **Linguagem e Mente**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. [Trad. Lúcia Lobato].

_____. **New Horizons in the Study of Language and Mind**. UK: Cambridge University Press, 2000.

_____. Language and other cognitive systems: what is special about language? **Language Learning and Development**, v. 7, p. 263-278, 2011.

COSMIDES, L. & TOOBY, J. Origins of domain specificity: the evolution of functional organization. In: HIRSCHFELD, L. A. & GELMAN, S. A. (Org.). **Mapping the mind: domain specificity in cognition and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 85-116.

DI SCIULLO, A. M & WILLIAMS, E. **On the Definition of Word**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987.

FARACO, C. E. & MOURA, F. M. **Gramática**. 19 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FERREIRA, Marcelo. Diminutives in Brazilian Portuguese and Output-Output Correspondence. In: GESS, R. S. & EDWARD, J. (eds). **Theoretical and Experimental Approaches to Romance Linguistics**. New York: John Benjamin Publishing Company, 2005, p. 109-123.

FODOR, J. A. **The modularity of mind**: an essay on faculty psychology. Cambridge: MIT Press, 1983.

FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P. T. & BLACK, M. (eds.). **Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege**. Oxford: Blackwell, 1952, p. 56-78.

GONÇALVES, C. A. V. Flexão e derivação: o grau. In: VIEIRA, S.R. & BRANDÃO, S. F. **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2008, p. 147-168.

_____. **Iniciação aos estudos morfológicos**: flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto, 2011.

GUEVARA, E. & SCALISE, S. The lexicalist approach to Word-formation and the notion of the Lexicon. In: ŠTEKAUER, P. & LIEBER, R. (eds). **Handbook of Word-Formation**. Dordrecht: Springer, 2005, p 147-187.

HALLE, M. & MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K; KEYSER, S. J. (Eds.). **The view from Building 20**: Essays in Honor of Sylvain Bromberger. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

_____. Some Key Features of Distributed Morphology. **MIT Working Papers in Linguistics 21**. Papers on Phonology and Morphology, v. 21, 1994, p. 275-288.

HASPELMATH, M. & SIMS, A. **Understanding Morphology**. London: Hodder Education, 2002.

JOHNSON, J. & NEWPORT, E. Critical Period Effects on Universal Properties of Language: the Status of Subjacency in the Acquisition of a Second Language. **Cognition**, v. 39, p. 215-258, 1991.

JURAFSKY, Daniel. Universal tendencies in the Semantics of the Diminutive. **Language**, v. 72, n. 3, p. 533-578, 1996.

KENNEDY, C. **Scalar representations in natural languages**. Northwestern University, 2000.

_____. **Projecting the adjective: the syntax and semantics of gradability and comparison**. PhD Thesis. UCSC. New York: Garland Press, 1999.

KENNEDY, C & MCNALLY, L. Scale Structure, Degree Modification, and the Semantics of Gradable Predicates. **Language**, v. 81, n. 2, p. 345-381, 2005.

KIPARSKY, P. From cyclic phonology to lexical phonology. In: HULST, H. van der & SMITH, N. (Orgs.). **The Structure of Phonological Representations**. Dordrecht: Foris, 1982, p. 131-176.

LAPOINTE, S. **The Theory of Grammatical Agreement**, PhD dissertation. University of Massachusetts Amherst, 1980.

LEE, Seung-Hwa. Sobre a Formação de Diminutivo do Português Brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 8, n.1, p. 113-123, 1999.

LENNEBERG, E. **Biological Foundations of Language**. NY: John Wiley & Sons, 1967.

LIEBER, R. **Deconstructing Morphology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

LOBATO, L. M. **A construção de palavras e a arquitetura da faculdade da linguagem**. SALLES, H.; NAVES, R.; PILATI, E.; VICENTE, H. (Orgs.), vol. 1. Brasília: Link Comunicação e Design, 2010.

LOURES, L. H. **Análise contrastiva de recursos morfológicos com função expressiva em francês e português**. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, UFRJ.

LYONS, J. **Lingua(gem) e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1987.

MENUZZI, S. **On The Prosody of the Diminutive Alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese**. Unpublished. HIL/University of Leiden, 1993.

_____. Sobre a evidência para a maturação de universais linguísticos. **Letras de Hoje**, v. 36, n. 3, p.141-166, 2001.

PALLIER, C. Critical periods in language acquisition and language attrition. In: KÖPKE, B.; SCHIMID, M. S.; KEIJZER, M. & DOSTERT, S. (Eds.). **Language Attrition: Theoretical Perspectives**. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

PERLMUTTER, D. M. The Split Morphology Hypothesis: Evidence from Yiddish. In: HAMMON, M & NOONAN, M. (eds.). **Theoretical Morphology**, San Diego: Academic Press, 1988, p. 79-100.

PINKER, S. **Como a mente funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PLANK, F. Inflection and derivation. In: ASHER, R. E. (ed.), **The Encyclopedia of Language and Linguistics**, Oxford.: Pergamon, v. 3, 1994, p. 1671-1678.

QUADROS GOMES, A. P. Adjetivos: o domínio das escalas. In: XI Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo, 2009, São Paulo. **Caminhos do linguista: manual de sobrevivência**. Seleção de textos proferidos durante o XI Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo. São Paulo: Paulistana, 2009.

_____. A semântica de graus em PB. In: Simpósio Internacional de Letras e Linguística SILEL, Uberlândia-MG. **Anais do SILEL**, 2011.

_____. O que o formante -inho (dito “diminutivo”, aqui analisado como um modificador de graus/ intensificador) nos diz sobre a “classe” dos adjetivos?. In: **II Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ**, 2013, p. 16-18.

ROCHA, L. C. **Flexão e derivação no português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1994.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 32 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

SCALISE, S. **Generative Morphology**. Dordrecht: Foris, 1984.

_____. Inflection and Derivation. **Linguistics**, v. 22, p. 566-581, 1986.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIEGEL, D. **Topics in English Morphology**. New York: Garland, 1974.

SKINNER, B. F. **Verbal Behavior**. NY: Appleton-Century-Crofts, 1957.

SWEET, H. Word, logic, and grammar. In: WYLD, H. C. **Collected Papers of Henry Sweet**. Oxford: Clarendon, 1-33, 1913.